



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CV – Nº 834 – 3º quadrimestre de 2017

ISSN 0011-7641

ECEME — A Escola “dos Métodos” p.4

*RICHARD FERNANDEZ NUNES, CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS,
Flávio Roberto Bezerra Morgado e Rogério Amorim Gonçalves*

O preparo psicológico do combatente p.17

REINALDO NONATO DE OLIVEIRA LIMA e Bárbara Marra de CARVALHO SOUZA NEVES

Das bandeiras às fronteiras p.38

DANTE RIBEIRO DA FONSECA

A DEFESA NACIONAL

Editor

Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Richard Fernandez Nunes (presidente)
 Carlos Eduardo De Franciscis Ramos
 José Maria da Mota Ferreira
 Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
 Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
 Fernando Velóz Gomes Pedrosa (relator)
 Carlos Eduardo de Moura Neves
 Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
 Praça Gen. Tibúrcio, 125
 Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
 Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
 juliaduarte@gmail.com

Impressão

Globalprint

Direção, edição e distribuição

BIBLIX

Palácio Duque de Caxias
 Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marclio Dias
 Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
 Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
 www.bibllex.eb.mil.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser enviados para a ECENE

(adefesanacional@gmail.com)

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos será feita na Administração:
 Tel.: (21) 2519-5715



Fac-Símile da portada do N.º 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



Nossa Capa

Homenagem aos 100 anos da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em outubro de 1917.

O Laurindo Pitta participou do conflito em 1918, em tarefas de apoio, e é o único remanescente da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG).

Prestou serviço de rebocador ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e à Base Naval do Rio de Janeiro até a década de 90.

Em 1997, a Marinha o restaurou, adaptando um compartimento onde apresenta a exposição permanente A Participação da Marinha na Primeira Guerra Mundial. Desde então, vem sendo empregado na realização do Passeio Marítimo pela Baía de Guanabara.

Fonte: www.marinha.mil.br

Fotografia: © Carlos Luis M. C. da Cruz, disponível em commons.wikimedia.org (sob a licença Creative Commons Atribuição CC BY-SA 3.0)

Tratamento de imagem e diagramação: Julia Duarte

EDITORIAL

Prezados leitores,

Ao longo de mais de um século de funcionamento, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) consolidou-se como “a escola do método”, em referência ao seu foco tradicional no uso do método de solução de problemas militares, até recentemente conhecido como o “estudo de situação”. O primeiro artigo desta edição, *ECEME – A Escola “dos Métodos”: do ensino integral à educação integrada*, de autoria do Gen Bda Richard Fernandez Nunes, com os coronéis Carlos Eduardo De Franciscis Ramos, Flávio Roberto Bezerra Morgado e Rogério Amorim Gonçalves, amplia essa percepção, incluindo os métodos pedagógicos que guiam o processo ensino-aprendizagem daquela Escola e os métodos de pesquisa científica, trazidos mais recentemente à Instituição com a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares. Dentro dessa perspectiva, os autores propõem que a ECEME seja vista hoje como “a escola dos métodos”.

Em outubro de 2015, o Exército Brasileiro criou o Centro de Psicologia Aplicada do Exército, encarregado de conduzir pesquisas científicas no campo da psicologia aplicada aos contextos militares e de realizar avaliações psicológicas do pessoal militar. O artigo de autoria do Cel Reinaldo Nonato de Oliveira Lima e da 2º Ten Bárbara Marra de Carvalho Souza Neves trata sobre *O preparo psicológico do combatente no contexto do poder de combate*, destacando a importância que a Instituição atribui ao preparo psicológico dos seus integrantes, com especial atenção para o combatente, que normalmente é submetido a extremos limites de estresse ao longo da vida militar.

O artigo *A coordenação civil-militar e o gerenciamento de crises na Guerra do Vietnã* é de autoria do CT Raphael do Couto Pereira, do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Trata-se do estudo de um caso histórico, no qual o autor examina o emprego de pelotões de ação combinada durante a Guerra do Vietnã. Esses pelotões, compostos por membros de milícias locais e praças do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, trouxeram resultados muito positivos para as forças norte-americanas, pois o contato constante com as comunidades desencorajava a cooptação da população local pela guerrilha.

A palavra “bandeirante” nos remete imediatamente às expedições que partiram do planalto de São Paulo para desbravar o interior do Continente e

tomar posse de terras ignotas para a Coroa de Portugal. No artigo *Das bandeiras às fronteiras: São Paulo, Belém e a expansão a oeste de Tordesilhas*, o Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca, da Universidade Federal de Rondônia, amplia esta concepção, apresentando o papel das bandeiras que tinham por base a vila de Belém, na capitania do Grão-Pará. O autor destaca não apenas a participação nortista no processo de delineamento das fronteiras, mas seu pioneirismo, anterior ao ciclo do ouro, que desencadeou as expedições mais profundas das bandeiras paulistas.

Os professores Eduardo Atem de Carvalho, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, e Rogério Atem de Carvalho, do Instituto Federal Fluminense, trazem o artigo *Um sucessor para o Leopard 1A5BR no Exército Brasileiro: um estudo prospectivo*. Os autores examinam a evolução dos carros de combate e de seu emprego em combate, discutem questões industriais envolvidas na sua concepção e produção e lançam vistas para o futuro, analisando as diversas opções existentes no mercado ou a possibilidade de desenvolvimento de novos projetos com vistas à substituição dos carros de combate atualmente em uso no Exército Brasileiro.

A nova contribuição do Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz, antigo professor de História do Colégio Militar do Recife e atualmente professor do Curso de Especialização em História Militar Brasileira da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), apresenta *O 7º Corpo de Voluntários da Pátria: de São Paulo ao Paraguai*. O artigo traça a trajetória de uma unidade composta por civis voluntários que, começando sem qualquer treinamento anterior nem experiência militar, teve destacada participação na contraofensiva ao Paraguai e cujas grandes perdas dão testemunho da determinação e dos sacrifícios dos voluntários paulistas.

Encerrando esta edição, o artigo *A otimização da operacionalidade da Brigada de Infantaria Paraquedista por meio da racionalização administrativa*, do Maj Allan de Almeida Serrão, discute o impacto das atividades administrativas no desempenho militar das unidades operacionais, em um estudo comparativo com o modelo adotado pela Brigada de Infantaria Ligeira Paraquedista “Almogávares”, do Exército Espanhol.

Esperamos que a leitura desta edição de *A Defesa Nacional* estimule o desenvolvimento profissional dos leitores militares e contribua para o debate sobre a defesa nacional no âmbito acadêmico e na sociedade em geral. Encerrando o ano de 2017, fazemos votos de um Feliz Natal e de que o novo ano faça renascer as esperanças no coração dos brasileiros.

SUMÁRIO

ECEME — A Escola “dos Métodos”: do ensino integral à educação integrada	4
<i>Richard Fernandez Nunes</i>	
<i>Carlos Eduardo De Franciscis Ramos</i>	
<i>Flávio Roberto Bezerra Morgado</i>	
<i>Rogério Amorim Gonçalves</i>	
O preparo psicológico do combatente no contexto do poder de combate	17
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
<i>Bárbara Marra de Carvalho Souza Neves</i>	
A coordenação civil-militar e o gerenciamento de crises na Guerra do Vietnã	28
<i>Raphael do Couto Pereira</i>	
Das bandeiras às fronteiras: São Paulo, Belém e a expansão a oeste de Tordesilhas	38
<i>Dante Ribeiro da Fonseca</i>	
Um sucessor para o Leopard 1A5BR no Exército Brasileiro: um estudo prospectivo	54
<i>Eduardo Atem de Carvalho</i>	
<i>Rogério Atem de Carvalho</i>	
O 7º Corpo de Voluntários da Pátria: de São Paulo ao Paraguai	70
<i>Carlos Roberto Carvalho Daróz</i>	
A otimização da operacionalidade da Brigada de Infantaria Paraquedista por meio da racionalização administrativa	82
<i>Allan de Almeida Serrão</i>	

ECEME — A Escola “dos Métodos”

Do ensino integral à educação integrada

*Richard Fernandez Nunes**

*Carlos Eduardo De Franciscis Ramos***

*Flávio Roberto Bezerra Morgado****

*Rogério Amorim Gonçalves*****

Introdução

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) — Escola Marechal Castello Branco — vem consolidando reputação de excelência no ensino militar ao longo de seus mais de cem anos de história. É o estabelecimento de mais alto nível do sistema de educação e cultura do Exército Brasileiro, no qual tanto oficiais da linha bélica quanto médicos e engenheiros militares realizam os cursos de altos estudos¹ e de política e estratégia.²

Ingressar nos cursos de altos estudos militares é um marco na carreira do oficial, pois significa triunfar em um difícil e disputado concurso de admissão. Ser selecionado para os cursos de política e estratégia ratifica o reconhecimento da Força ao potencial de

experimentados coronéis. Concluir quaisquer desses cursos representa a aquisição de competências para o exercício de cargos de elevada responsabilidade e a renovação de compromissos assumidos com a Instituição, desde a incorporação às fileiras do Exército.

A projeção da ECEME no cenário internacional é considerável. Centenas de oficiais de nações amigas, de todos os continentes, têm frequentado o Curso de Estado-Maior há várias décadas. Muitos desses oficiais têm alcançado cargos relevantes em seus países. Mais recentemente, a criação do CIEE, em 2013, potencializou essa posição de destaque desfrutada pela Escola.

A também recente criação do Instituto Meira Mattos (IMM) e o reconhecimento dos cursos de seu Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM)³

* Gen Bda (AMAN, Art/84, EsAO/93, ECEME/01), comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

** Cel Inf (AMAN/90, EsAO/98, ECEME/07), chefe do Instituto Meira Mattos e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da ECEME.

*** Cel Cav (AMAN/91, EsAO/98, ECEME/06), chefe da Seção de Doutrina da ECEME e coordenador militar da área temática “Conflitos Bélicos”, do Observatório Militar da Praia Vermelha.

**** Cel Art R/1 (AMAN/85, EsAO/94, ECEME/05), instrutor do Curso de Preparação ao concurso de admissão à ECEME.

pela CAPES completam o papel desempenhado pela ECEME como centro de estudos de excelência. A Escola, agora, conta em seus corpos docente e discente com professores e alunos civis nos cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado em Ciências Militares.

Ao longo de sua exitosa trajetória, a ECEME tem-se notabilizado por “pensar o Exército” e prestar relevantes contribuições ao Sistema de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) bem como tem subsidiado, por meio de seus projetos interdisciplinares, estudos sobre temas de interesse dos órgãos de direção-geral, operacional e setorial.

Calcada no trinômio ensino-pesquisa-doutrina, a ECEME conduz seus cursos em regime de dedicação exclusiva, em tempo integral. Tendo adotado a metodologia do ensino por competências,⁴ a Escola vê-se agora diante da necessidade de evoluir de uma integralidade quantitativa para uma integração qualitativa, contextualizada e sinérgica de todas as suas atividades.

A integração dos processos e projetos e a interação entre as diversas estruturas componentes das organizações, cada vez mais sujeitas a ambientes complexos e em permanente transformação, constituem desafio para os gestores da atualidade. A ECEME, logicamente, vivencia essa realidade.

Em virtude de haver adotado, aprimorado e consolidado metodologia de estudo de situação para a solução de problemas militares, formando gerações de planejadores e comandantes para os mais altos escalões da Força, a ECEME passou a ser conhecida como “A Escola do Método”.⁵

Mas esse cognome precisa ser contextualizado aos atuais desafios enfrentados pela Escola. A Escola do Método tem, na ver-

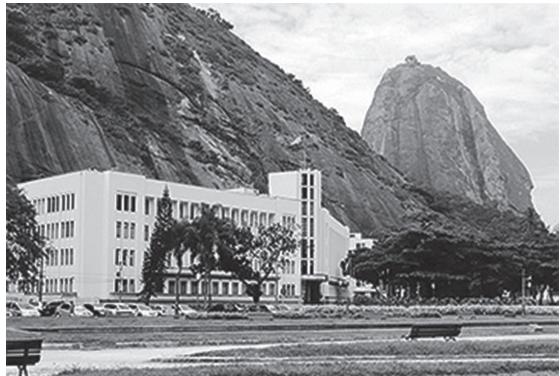


Figura 1 – Fachada da ECEME

Fonte: ECEME

dade, combinado distintas metodologias nos seus processos de ensino-aprendizagem.

É propósito deste artigo apreciar essas metodologias e demonstrar como a complementaridade que elas proporcionam é capaz de constituir o motor da evolução de um sistema de ensino integral para um processo de educação integrada, compreendendo todos os vetores e iniciativas da Escola.

A relevância do método

Segundo Nascentes (1955), a palavra método tem sua origem etimológica no termo grego *methodos*, composto de *meta* (depois de, fim) e de *hodos* (via, caminho). Servir-se de um método é, antes de tudo, tentar ordenar o trajeto através do qual se possam alcançar os objetivos projetados. É um caminho para se chegar a um fim.

A adoção de uma metodologia para a resolução de problemas militares ganhou força entre os prussianos quando, após as guerras napoleônicas, passaram a sistematizar os trabalhos de seus estados-maiores, entendidos como órgãos compostos por oficiais com tarefas defini-

das para assessoramento aos comandantes nos processos de tomada de decisão. O general Helmuth Von Moltke, chefe do Estado-Maior Geral Prussiano, durante a segunda metade do séc. XIX, cunhou o Método das Diretivas Gerais (HOLBORN, 2015), com vistas ao planejamento criativo e à execução flexível das operações em todos os escalões da força terrestre. A cunhante vitória alcançada na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, demonstrou sua eficácia.

Derrotada naquele conflito, coube à França criar a École Supérieure de Guerre, onde passou a funcionar, a partir de 1876, o primeiro curso, em regime de dedicação integral, para capacitar oficiais a exercer funções de estado-maior. Tal iniciativa, coerente com um mundo em acelerado processo de industrialização e modernização, foi seguida pelas principais potências da época.

A criação da ECEME, decorrente da necessidade de prover o Estado-Maior do Exército (EME)⁶ com oficiais adequadamente preparados para suas tarefas de direção-geral, foi a resposta do Brasil a essa onda modernizadora. O envio para estágios, na Alemanha, de capitães e tenentes, que passaram à História como os “Jovens Turcos”,⁷ também foi simbólico da crescente busca por renovação.

Ao término da I Guerra Mundial, a contratação da Missão Militar Francesa representou impulso inovador e estruturante para a Força Terrestre. Teve grande importância para a evolução da ECEME, de 1920 a 1940. Em termos pedagógicos, foi introduzida a metodologia do estudo de caso, trazendo mais realismo ao aprendizado, com exercícios táticos na carta e no terreno, ênfase no trabalho de comando e no processo ativo, pelo qual o aluno aprendia fazendo.

A participação vitoriosa do Brasil na II Guerra Mundial, para a qual concorreram vários oficiais formados ou vinculados à Escola, conferiu inegável prestígio à ECEME, devido ao reconhecimento obtido pelos trabalhos de estado-maior que realizaram, em âmbito nacional e internacional. No pós-guerra, o aprimoramento do trabalho de comando e do estudo de situação do comandante, conforme as reformas pedagógicas promovidas por Castello Branco,⁸ consolidou a qualidade do método preconizado pela Escola. Seu emprego, ajustado à realidade nacional, contribuiu para a formulação de uma doutrina militar brasileira, capaz de orientar o preparo e o emprego da Força Terrestre para as suas diversas missões, justificando plenamente o epíteto “A Escola do Método”, atribuído à ECEME.

Mas a abordagem metodológica não se restringe àquela necessária para o planejamento das operações militares. A integralidade da educação vivenciada pelos alunos da ECEME compreende o estudo de variados assuntos, que suscitam questões para as quais se aplica apropriado método de análise. Tal método é incluído no currículo do Curso de Preparação e exigido no concurso de admissão à Escola, sendo posteriormente praticado na realização dos trabalhos escolares. A aplicação desse método pelos oficiais formados na ECEME contribui para cunhar marca de reconhecida qualidade ao assessoramento que têm proporcionado a processos decisórios nos diversos escalões da Força Terrestre, diante da ampla variedade de problemas a solucionar, muitos deles inéditos.

No que diz respeito à pesquisa acadêmica, a epistemologia das Ciências Militares

subentende, logicamente, metodologia própria para a apreciação de seu objeto de estudo. Os trabalhos elaborados pelos alunos da Escola, nas linhas de pesquisa dos Estudos da Paz e da Guerra e da Gestão de Defesa, em estrita observância ao método científico, estão em perfeito alinhamento com o processo de ensino-aprendizagem conduzido na centenária Escola Marechal Castello Branco.

Metodologias aplicadas na ECEME

Método baseado na Taxonomia de Bloom

Diversos são os instrumentos metodológicos existentes em apoio ao planejamento didático e pedagógico bem como de organização, estruturação e definição de objetivos instrucionais e de instrumentos de avaliação. A Taxonomia de Bloom⁹ é um desses instrumentos, cuja finalidade é auxiliar a identificação e a declaração dos objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo, que engloba a aquisição do conhecimento, competência e atitudes, visando facilitar o planejamento do processo de ensino e aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010).

Desta forma, a metodologia da Taxonomia de Bloom foi um desses instrumentos adotados e preconizados pela ECEME para a apresentação de estudos sobre temas diversos e para a solução de questões teóricas propostas no contexto das disciplinas de fundamentação. Sua aplicação pode ser observada em dois momentos distintos: preparação e concurso de admissão à Escola e durante a realização dos cursos presenciais.

Essa taxonomia compreende três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor.

No domínio cognitivo, em que é aplicada na ECEME, abrange os objetivos que enfatizam os processos mentais, os resultados intelectuais como conhecimento, compreensão e análise, entre outras habilidades de raciocínio. Trata-se de um sistema ordenado por níveis (ou categorias) para a classificação da aprendizagem, do mais simples ao mais complexo. Segundo Ferraz e Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é também uma possibilidade de organização hierárquica dos processos cognitivos, consoante os níveis de complexidade e objetivos de desenvolvimento desejados.

Na ECEME, a metodologia para a realização de estudos e solução de questões está calcada, principalmente, na compreensão do nível de desempenho (ND), ou seja, na profundidade de raciocínio que deve ser demonstrada pelo aluno/candidato na solução dos problemas propostos. São cobrados os ND compreensão (nas servidões apresentar, caracterizar e justificar) e análise (nas servidões analisar, comparar e estudar).

A aplicação do método pode, então, ser resumida na identificação do objeto a ser trabalhado e na composição do nível de desempenho exigido para a solução da questão, expressa por um verbo no infinitivo. Estes aspectos são verificados ao longo das diversas partes constitutivas da resposta: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Os alunos do Curso de Preparação à ECEME (CP/ECEME), conduzido à distância, e os candidatos do Concurso de Admissão (CA) são orientados a responder aos questionamentos levando em consideração os seguintes parâmetros: conhecimento, método e expressão escrita. Apesar de o conhecimento ser o aspecto mais valorizado,

a interpretação acurada, a esquematização adequada e a redação clara e precisa também são fundamentais para a obtenção de bons resultados (ECEME, 2017).

Naturalmente, essa metodologia continua a ser observada na realização de diversos trabalhos escolares exigidos durante os cursos presenciais da ECEME. Em todos os casos, a fundamentação com lógica e coerência é mais valorizada que a resposta objetiva propriamente dita. A ênfase na argumentação tem-se refletido na especial atenção atribuída ao Pensamento Crítico, hoje, uma das disciplinas eletivas mais requisitadas na Escola.

Com a obrigatoriedade do CP/ECEME, a partir de 2018, para todos os oficiais da linha bélica, inclusive os que, não desejando candidatar-se ao CA, encaminharem-se para a “Carreira em Y”,¹⁰ a metodologia nele aplicada será comum aos diferentes perfis profissiográficos que, a partir de então, irão se originar, o que lhe confere especial relevância.

Cabe ressaltar que esse tipo de abordagem de temas de interesse das Ciências Militares suscita a produção de trabalhos que se coadunam com a publicação na revista *A Defesa Nacional*, cuja seleção de artigos e ensaios é encargo da ECEME, uma vez que a editoração e a publicação são finalizadas pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx).

O método do processo de planejamento

Segundo Moore (2010), a pesquisa psicológica tem desvendado muitos dos atalhos inteligentes e sofisticados que nossos cérebros utilizam para nos ajudar a terminar o dia, ou seja, o ser humano é obrigado a

tomar uma série de decisões, em curto espaço, a fim de alcançar os seus objetivos, utilizando um processo racional de tomada de decisão para cada situação.

No que diz respeito aos problemas militares, as forças armadas brasileiras têm empregado processo para a sua solução baseado em análise metódica, consoante a teoria de René Descartes e de acordo com a maioria das doutrinas militares adotadas no mundo (BRAIT, 2010).

Baseado nesse método lógico, notadamente geométrico, analisa-se a missão, considerando-se as condições de tempo e espaço e decompondo-se as demais condicionantes intervenientes, a fim de se elaborarem linhas de ação capazes de superar as capacidades inimigas, até se chegar a uma decisão adequada.

A Doutrina Militar de Defesa estabelece que, em termos de organização, preparação e condução da guerra, as responsabilidades são escalonadas nos níveis de decisão político, estratégico, operacional e tático (BRASIL, 2007).

O nível operacional, correspondente a um *teatro* ou *área de operações*, ou *zona de defesa*,¹¹ é o responsável pelo planejamento e condução da campanha militar, integrando forças terrestres, navais e aéreas, buscando atingir os objetivos e o estado final desejado definidos no nível estratégico, por meio do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

A Doutrina de Operações Conjuntas estabelece o Processo de Planejamento Conjunto (PPC) como o instrumento utilizado por um estado-maior conjunto para realizar o planejamento e a condução de uma campanha militar.

O planejamento no nível operacional é constituído de dois componentes, que se desenvolvem simultaneamente: um componente conceitual, associado à compreensão do problema (o que fazer); e um componente detalhado, dedicado à solução deste problema (como fazer). Estes componentes integram de forma cíclica e contínua, desde o início do planejamento até a obtenção do estado final desejado (BRASIL, 2011).

Alinhado com o nível operacional, o Exército Brasileiro adota, no nível tático, o Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), o qual visa a planejar, preparar, executar e reavaliar continuamente o cumprimento das missões atribuídas a todos os escalões de emprego da Força Terrestre (BRASIL, 2014).

O PPCOT também é constituído pelos componentes conceitual e detalhado. O Planejamento Conceitual, constante da MCOE (Metodologia de Concepção Operativa do Exército), visa a obter uma compreensão inicial do ambiente operacional e do problema, permitindo, no curso das operações, aprimorar tal entendimento, reavaliando-o continuamente. O Planejamento Detalhado (Exame de Situação) destina-se a estabelecer uma sequência lógica e ordenada dos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas operações, quais sejam: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo, e considerações civis.

Verifica-se o alinhamento existente entre os níveis operacional e tático, tendo em vista que ambos utilizam os componentes conceitual e detalhado em seus

processos de planejamento.

É indispensável que todo oficial de estado-maior seja um profundo conhecedor dos métodos de processo de planejamento utilizados nos níveis operacional e tático, tendo em vista que uma de suas principais competências, constantes nos mapas funcionais, é o planejamento e a condução de operações militares.

Em consequência, parte fundamental dos planos de disciplinas dos CAEM é dedicada ao método de planejamento operativo, que se constitui na principal ferramenta para a solução dos problemas militares existentes no ambiente operacional complexo do mundo atual. O ensino dessa metodologia é realizado de modo integrado, por meio de uma sistemática chamada de “cascata”, por meio da qual se proporciona o entendimento das etapas correspondentes aos distintos níveis decisórios, desde o político até o tático.

O compromisso da ECEME para com a Instituição, de manter os oficiais de estado-maior a par da evolução dos assuntos ministrados na Escola, materializa-se com a publicação da revista semestral do PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME), coletânea temática de artigos, em sua grande maioria, redigidos por instrutores e alunos da Escola.

O método científico em Ciências Militares

Para Marconi e Lakatos (2006), o conhecimento científico é real, incerto, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato. Por tudo isso, para que este conhecimento seja transformado em ciência, é imperiosa a utilização de métodos especí-

ficos. O método científico se traduz por um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que permite ao investigador alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros, por meio de um caminho a ser seguido. Neste mesmo alinhamento, Severino (p. 100, 2014) afirma que

a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoian- do-se em fundamentos epistemológicos.

O moderno conceito de método estabelece que o método científico é a teoria da investigação e só alcança seus objetivos quando cumpre total ou parcialmente as seguintes etapas: identificação do problema; busca de conhecimentos e instrumentos afetos ao problema; tentativa de solução do problema, produção de novas ideias (hipóteses); obtenção de uma solução (total ou parcial); investigação do impacto da solução verificada; comprovação da solução; e correção de procedimentos (BUNGE, 1980 apud MARCONI; LAKATOS , 2006).

Neste sentido, o reconhecimento das Ciências Militares como pertencente ao rol das ciências estudadas no país¹² bem como sua regulamentação por meio de ato do comandante do Exército¹³ indicavam a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia própria aplicada à investigação de conhecimentos relativos à esfera militar ou estudados sob a sua ótica.

A metodologia científica aplicada às Ciências Militares, logicamente associada aos programas de pós-graduação, compõe a terceira vertente metodológica observada na ECEME.

A despeito de a pesquisa acadêmica ter-se iniciado na ECEME há várias décadas,¹⁴ fundamentalmente como contribuição ao aprimoramento da doutrina militar, foi somente com a criação da Seção de Pós-Graduação, em 2001, que se alcançou a necessária sistematização dessa atividade.

A ECEME é essencialmente uma escola de pós-graduação. Todos os seus cursos regulares correspondem a especializações *lato sensu*, conforme prevê a Lei Nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 – Lei do Ensino no Exército.

A criação do IMM, em 2012, representou significativa evolução desse *status*,¹⁵ uma vez que resultou no reconhecimento, pela CAPES, dos cursos de mestrado acadêmico, de doutorado e de pós-doutorado em Ciências Militares. Duas linhas de pesquisa foram definidas: Estudos da Paz e da Guerra e Gestão de Defesa. Desta forma, os alunos militares passaram a poder candidatar-se a esses programas *stricto sensu*, que também são oferecidos a estudantes civis, por meio de edital publicado anualmente.

Essa iniciativa provocou o aprimoramento da pesquisa acadêmica conduzida pela Escola e fomentou a celebração de acordos e parcerias com instituições nacionais e estrangeiras. Os projetos de pesquisa ganharam em consistência e relevância. Tudo isso alicerçado na adesão, cada vez mais criteriosa, à metodologia científica adequada às Ciências Militares, constante nos planos de disciplinas dos cursos da ECEME.

Com isso, as centenas de monografias elaboradas a cada ano — trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de

mestrado, teses de doutorado e artigos de pós-doutorado — têm-se caracterizado tanto pela abrangência quanto pela profundidade dos temas estudados.

Tem-se observado crescente produção de artigos científicos, publicados tanto na *Collecção Meira Mattos – revista das ciências militares* — o meio avaliado pelos pares, indexado e quadrimestral de divulgação acadêmica da ECEME — quanto em revistas congêneres, nacionais e internacionais.

Do ensino integral à educação integrada

Os cursos presenciais da ECEME são conduzidos em tempo integral e demandam dedicação exclusiva de todos os integrantes da Escola. No CCEM, a fase presencial corresponde a dois anos; nos demais, a um ano letivo.

Os cursos proporcionados aos oficiais brasileiros, inclusive o de preparação, têm caráter corporativo, inserindo-se no itinerário formativo, iniciado nas escolas de formação¹⁶ e continuado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em todo esse processo, avultam de importância a consolidação dos valores mais caros à Instituição e o aproveitamento das experiências vivenciadas por alunos e instrutores ao longo da carreira. Tais circunstâncias não apenas favorecem como também recomendam a integração entre os diversos cursos, disciplinas e atividades conduzidas na Escola.

Analizado o ambiente escolar, verificou-se que há oportunidades a explorar capazes de agregar valor ao processo ensino-aprendizagem, tirando-se proveito do seu caráter integral para potencializar a atuação do considerável conjunto de talentos reunido na ECEME, aprofundar os conteúdos desenvolvidos na Escola

(factuals, conceituais, procedimentais e atitudinais) e inter-relacionar os diversos métodos adotados.

Neste sentido, iniciativas integradoras vêm sendo adotadas com o intuito de se alcançar adequado grau de convergência dos veteores que materializam a prática pedagógica da Escola. Para isso, os projetos interdisciplinares (PI), por sua profundidade, abrangência e relevância, passaram a se constituir nos elementos focais dessa sinergia. Em vez de seguirem rumos autônomos e sem sincronia com as demais, atividades como o Programa de Leitura, o Ensino de Idiomas, os Assuntos da Atualidade, e os Ciclos de Estudos Estratégicos estão sendo planejadas de modo a se alinharem aos temas selecionados para os PI.

Cabe destacar que o PI do CPEAEx, de nível político-estratégico, é realizado em coordenação com o Estado-Maior do Exército (EME), desde a definição do tema até a sua apresentação ao Alto-Comando do Exército, passando por entregas parciais ao longo de sua elaboração. O PI do CCEM, de nível operacional e tático, é desenvolvido pelo 2º Ano e coordenado com os demais órgãos do SIDOMT (3ª Subchefia/EME, Centro de Doutrina do Exército e Assessoria de Doutrina do DECEEx), sendo apresentado ao Comando de Operações Terrestres (COTER).

Além destes, também são realizados PI pelo CCEM/Med e pelo CDEM, em coordenação com a Diretoria de Saúde e com o Departamento de Ciência e Tecnologia, respectivamente.

Por se constituírem em núcleos focais de integração das atividades escolares, são divulgados a todo o efetivo da ECEME, por meio das chamadas Jornadas de Integração, nas quais são apresentados o andamento dos

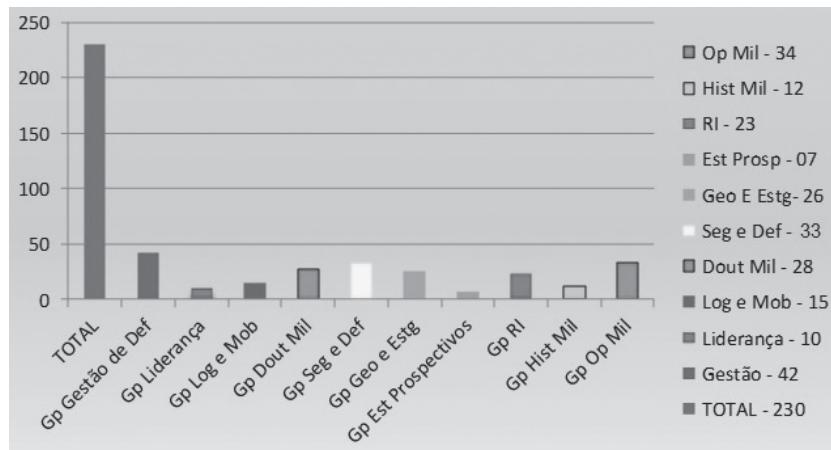


Tabela 1 – Integração acadêmica dos trabalhos em curso na ECEME, organizados em grupos de estudo, sob supervisão do IMM: ano 2017

Fonte: Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG) do IMM, 2017

projetos bem como o estágio alcançado pelos trabalhos correlatos da pesquisa acadêmica a cargo do IMM. Assim, organizam-se grupos de estudo, compostos por alunos de todos os cursos, indistintamente, constituindo-se em fóruns de discussão de temas afins, de troca de informações e de apoio mútuo.

Devido à natureza dos temas e à sequência de abordagem das disciplinas curriculares, é recomendável que o PI do CCEM seja o eixo integrador das atividades do 1º semestre letivo, ao passo que o do 2º semestre corresponda ao PI do CPEAEx.

Em 2017, por exemplo, o tema escolhido para o PI do CCEM foi o da “Segurança Integrada”. Ele motivou a discussão de assuntos da atualidade, selecionados por sua relação com o emprego do Exército em operações no ambiente interagências, particularmente em face da crise vivida pela segurança pública. Os conceitos inseridos no PI foram, em boa parte, confrontados com trabalhos afins de pesquisa acadêmi-

ca. E o XVI Ciclo de Estudos Estratégicos, promovido em maio, versou sobre a “Crise na Segurança Pública e Defesa Nacional”,¹⁷ com a realização de painéis e a apresentação de diversos trabalhos.

Quanto ao PI do CPEAEx, o tema principal é o de “Uma Nova Agenda de Segurança e Defesa” sob a perspectiva do Exército.

De igual modo, assuntos da atualidade de correspondentes foram discutidos em tempos disponibilizados para todos os cursos. Por fim, o XVII Ciclo de Estudos Estratégicos, realizado em setembro, tratou de “Uma Nova Agenda de Defesa Nacional para o Brasil”.¹⁸

Entre outras relevantes ações integradoras está a adoção das disciplinas eletivas para o CCEM (1º e 2º anos), de caráter extracurricular, que reúnem instrutores e docentes das diversas divisões da Escola, sempre buscando a matricialidade do conhecimento, com abordagens complementares aos currículos dos cursos e alinhadas com os assuntos pesquisados na Escola.

Ainda neste sentido, o desenvolvimento e a sistematização de uma disciplina integradora, de caráter obrigatório, para os discentes civis dos cursos de mestrado e doutorado do PPGCM, têm permitido a desejada integração dos conhecimentos peculiares das Ciências Militares, de domínio dos

discentes militares, mas ainda inatingíveis aos discentes civis. A estrutura de créditos da disciplina “Tópicos Introdutórios às Ciências Militares” contempla, além de aspectos teóricos, também as visitas técnicas e os trabalhos em campo, como parte das atividades já realizadas pelos diversos cursos da Escola. Como exemplo, cita-se a participação em exercícios táticos integradores; em exercícios de planejamento estratégico e operacional e nas viagens de estudos estratégicos, entre outras.

Em síntese, integração é a palavra de ordem. Os resultados que se tem observado indicam maior convergência de todas as ações realizadas e de todos os métodos empregados, comprometendo toda a Escola com os propósitos de cada curso e todas as atividades com o objetivo maior da ECEME: forjar líderes para os altos escalões do Exército e desenvolver as competências compatíveis com esse desafio, além de proporcionar a desejável integração civil-militar no estudo de temas de interesse para a segurança e a defesa do Brasil.

Por fim, cabe destacar neste artigo a mais recente iniciativa integradora da Escola: a criação do Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV).¹⁹ Trata-se de um instrumento de acompanhamento geopolítico da conjuntura, por meio do qual questões estratégicas receberão tratamento multidisciplinar, calcado nas diversas metodologias empregadas na ECEME.

Inicialmente, as áreas temáticas selecionadas são: 1) Conflitos Bélicos; 2) Sistemas de Armas; 3) Terrorismo; 4) Missões de Paz; 5) Guerra Cibernética; 6) Movimentos Populacionais; 7) Crime Organizado Inter-

nacional e Segurança Pública; e 8) Recursos Naturais e Fontes de Energia. Sob a coordenação do IMM, cada um desses tópicos será observado por um grupo de trabalho composto por um coordenador militar, um coordenador acadêmico, observadores (incluindo os diversos instrutores e alunos de nações amigas), adjuntos de coordenação (alunos civis bolsistas do PPGCM), e colaboradores externos.

Dentre as formas de divulgação dos trabalhos do OMPV, destaca-se a elaboração de análises estratégicas apoiadas em mapas temáticos, desenvolvidos por meio de *software* de geoprocessamento,²⁰ que proporcionarão um aprimoramento das práticas pedagógicas da Escola e serão disponibilizadas para os diversos órgãos do Exército e entidades parceiras bem como para toda a sociedade. Fica, assim, patente que a Escola que “pensa o Exército” precisa aprimorar constantemente a maneira de “pensar o Brasil e o sistema internacional”.



Figura 2 – Logo do Observatório Militar da Praia Vermelha

Fonte: ECEME

Conclusão

Os diferentes métodos utilizados na ECEME são instrumentos indispensáveis, não apenas para o processo de ensino-aprendizagem conduzido pela Escola, como também para as competências funcionais que os concluintes de seus cursos devem desempenhar.

A Escola está fortemente comprometida com o Processo de Transformação do Exército, exercendo papel de destaque e inovação em dois de seus vetores: Educação e Cultura, no qual se constitui no estabelecimento de mais alto nível; e Doutrina, contribuindo decisivamente para a sua formulação e divulgação. Devido à diversidade de seus cursos e à amplitude dos seus currículos, coopera também, ainda que indiretamente, para o avanço dos demais vetores desse processo.

Consciente de sua relevância para a Instituição, a ECEME percebe que a integração de seus processos pedagógicos, representada pelo alinhamento de suas atividades e pela complementaridade de suas metodologias, é de funda-

mental importância para o aprimoramento do conhecimento produzido na Escola e para a concretização dos propósitos de seus cursos.

A evolução de um ensino integral para uma educação efetivamente integrada é um desafio que impõe a adoção de práticas matriciais em uma organização de natureza hierárquica. Só assim é possível alcançar a necessária interdisciplinaridade e interação entre os diversos cursos, aperfeiçoando o conhecimento produzido.

A ECEME do século XXI prossegue em sua busca incansável por inovação e relevância, sem abandonar os ensinamentos e os valores consolidados pela Escola desde 1905. No cerne de uma educação integrada, novas ideias podem e devem conviver com antigos e perenes ideais.

A Escola do Método tem-se convertido cada vez mais em uma instituição de ensino onde se processa uma “síntese de métodos”, um processo de integração que a aproxima de sua visão de futuro, de constituir-se em um centro de excelência reconhecido como um dos melhores do mundo em sua área de atuação. ☰

Referências

BRAIT Jr., Ângelo. **O Exame de Situação e o Estudo de Situação do Comandante Tático:** Uma Verificação de Compatibilidade. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2010.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEEx. **EB60-IR-05.008** – Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: Currículo e Avaliação. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.211:** Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **MD 51-M-04:** Doutrina Militar de Defesa. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Defesa. **MD 30-M-01:** Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília, 2011.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Guia do Aluno.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/04_Guia_do_Aluno.pdf>

no_2017.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **EB10-R-05. 002** – Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <www.sgx.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=450&act=se>. Acesso em: 08 set. 2017.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marchetti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v.17, n. 2, p. 421-431, 2010.

HOLBORN, Hajo. A Escola Germano-Prussiana: Moltke e a ascensão do Estado-Maior. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel à era nuclear. vol. I. 2 ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2015, seção 10, p 349-368.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.

MOORE, Don. **Processo Decisório**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1955.

NUNES, Richard F. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Rio de Janeiro: ECEME, v. 2, n. 26, mai./ago. 2012.

PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Org). **ECEME- A Escola do Método**: um século pensando o Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx editora, 2005.

SALERNO, Mario Sérgio. **Projeto de organizações integradas e flexíveis**: processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Os cursos de altos estudos militares (CAEM) conduzidos pela Escola são: o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), o Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM/Med), o Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM) e o Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas (CCEM/ONA) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016).

² Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) e Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016).

³ Portaria 1.009, do MEC, de 10 de outubro de 2013, reconhece o curso de Mestrado em Ciências Militares. A 164ª Reunião do CTC CAPES reconhece o curso de Doutorado em Ciências Militares.

⁴ O Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) e a sua Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil) passaram a adotar a metodologia do ensino por competências em suas escolas, com vistas a preparar

- seus alunos para o desempenho dos diferentes cargos demandados pela Força Terrestre, baseada na integração contextualizada de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências (BRASIL, 2013).
- ⁵ PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs). **ECEME – A Escola do Método**: um século pensando o Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEEx editora, 2005.
- ⁶ A ECEME foi criada, com a denominação de Escola de Estado-Maior, em 02 out 1905. Era subordinada ao EME, que, por sua vez, havia sido criado em 24 out 1896. A atual denominação da Escola foi adotada em 1955. E a transferência de sua subordinação para o DECEEx/DESMil (àquela época denominados DEP/DFA) ocorreu em 1969.
- ⁷ Assim chamados por analogia aos oficiais turcos que também estagiaram no Exército Alemão e que, ao retornarem à Turquia, modernizaram não apenas o Exército, mas as próprias instituições turcas, culminando com a revolução que fundou a república secular naquele país, sob o comando do Gen Atatürk.
- ⁸ Concluiu o Curso de Estado-Maior em 1931, permanecendo como instrutor até 1936. Ao retornar com a FEB da Campanha da Itália, assumiu a função de diretor de Ensino da Escola. Comandou a ECEME de 1954 a 1956.
- ⁹ Na década de 1950, nos EUA, um grupo de pesquisadores em Educação, coordenados pelo professor Benjamin Bloom, produziu a Taxonomia de Objetivos Educacionais, que, mais tarde, tornou-se conhecida como “Taxonomia de Bloom”.
- ¹⁰ Os oficiais superiores da linha bélica, após a realização do CP/ECEME, terão de se enquadrar em uma das três opções seguintes: realizar o CCEM na ECEME, mediante aprovação no CA; frequentar o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx); ou habilitar-se em uma Qualificação Funcional Específica (QFE).
- ¹¹ Comandos operacionais que podem ser ativados pelo comandante supremo, de acordo com a Estrutura Militar de Defesa.
- ¹² Parecer 1.295/2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, no qual estabelece normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país.
- ¹³ Portaria Nº 734, de 19 de agosto de 2010, que conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo.
- ¹⁴ A pesquisa científica tem início na ECEME com a elaboração de monografias por seus alunos, iniciada no ano de 1966. Após a instituição do Sistema de Ensino do Exército, Lei Nº 9786, de 1999, a ECEME inicia, em 2001, a sistematização da pesquisa atrelada à pós-graduação, com a inserção do estudo metodológico e a adoção de normas técnicas, buscando desenvolver as Ciências Militares nos padrões de exigência universais praticados no Sistema de Educação Superior Nacional.
- ¹⁵ Maiores informações poderão ser obtidas no artigo publicado por: NUNES, Richard F. A Criação do Instituto Meira Mattos e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Rio de Janeiro: ECEME. v.2, n. 26,mai./ago., 2012.
- ¹⁶ Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME) e Escola de Saúde do Exército (EsSEX).
- ¹⁷ Anais do XVI Ciclo de Estudos Estratégicos, “Crise na Segurança Pública e Defesa Nacional”, disponível em: <[//portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/CEE/XVIceee](http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/CEE/XVIceee)>. Acesso em: 28 set. 2017.
- ¹⁸ Anais do XVII Ciclo de Estudos Estratégicos, “Uma nova agenda de Defesa Nacional para o Brasil”, disponível em: <[//portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/CEE/xviicee](http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/CEE/xviicee)>. Acesso em: 28 set. 2017.
- ¹⁹ Publicada no Boletim Escolar nº 174, de 20 de setembro de 2017.
- ²⁰ **QGIS**: software livre de geoprocessamento que possibilita a manipulação de base de dados geoespaciais matriciais e vetoriais em um ambiente de banco de dados geográficos, disponível em: <www.qgis.org/en/site/>. Acesso em: 28 set. 2017.

O preparo psicológico do combatente no contexto do poder de combate

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima*

Bárbara Marra de Carvalho Souza Neves**

Um processo mais complexo de deformação das noções de longevidade e brevidade acontece com o homem em combate. Aqui a coisa vai mais longe, aqui se distorcem e se contorcem mesmo as noções básicas e primordiais. No combate, os segundos se esticam e as horas se achalam.

VASSILI GROSSMAN, 2014

Considerações iniciais

Aárea da Defesa Nacional é muito abrangente, tanto quanto os fatores que conformam o Poder Nacional em suas mais diversas manifestações ou expressões, que, em essência, embasam a soberania da Nação.

Entretanto, nesse intrincado contexto, reside um elemento de suma importância, que respalda todos os demais, qual seja, o **aparato de defesa**, integrado por componentes altamente estratégicos, como Forças Armadas, base industrial de defesa, infraestrutura logística, desenvolvimento tecnológico, entre vários outros.

Quanto ao aparato de defesa, o presente artigo propõe-se a enfatizar considerações sobre os recursos humanos das Forças Armadas, mais especificamente direcionadas para os combatentes do

Exército, mas que, certamente, são inerentes também aos integrantes das Forças irmãs — Marinha e Aeronáutica.

O principal componente do aparato de defesa é o seu poder de combate.

Segundo o Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-01), poder de combate é a

capacidade global de uma organização para desenvolver o combate, a qual resulta da combinação de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações, considerando-se a tropa com seus meios, **valor moral**, nível de eficiência operacional atingido e o **valor profissional do comandante**. (BRASIL, 2015, p. 211) (grifos nossos)

Desse conceito, depreende-se que o perfil psicológico do combatente, a par do seu preparo tático, encerra absoluta relevância, pois está relacionado à vontade de lutar,

* Cel Art Rfm (AMAN/72, EsAO/81, ECEME/88; 99.) Atualmente, é instrutor da ECEME (Geopolítica).

** 2º Ten OTT (Psicologia), graduada em Psicologia (UNESA/07); pós-graduada em Direito Especial (UERJ/13); formada em Perícias Judiciais e Mediação de Conflitos (ESAJ-TJRJ/11). Atualmente, trabalha na área psicopedagógica da ECEME.

à postura diante da adversidade e ao sentimento de segurança decorrente do amparo proporcionado à sua retaguarda familiar.

Esse aspecto encerra estreita ligação com o moral da tropa, cujo conceito é aqui apresentado em consonância com o que estabelece o Manual de Doutrina das Forças Armadas (MD 51-M-04):

Moral da Tropa é um princípio de guerra que define o estado de ânimo ou atitude mental de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, que se reflete na conduta da tropa.

A estabilidade e o moral individuais são fundamentados na **qualidade da formação**, na **natureza do indivíduo** e determinados por suas reações à disciplina, ao risco, ao adestramento e à liderança.

O contínuo aprimoramento e a manutenção de um moral elevado são **essenciais ao sucesso na guerra**. Nem sempre força numérica, bom armamento e adequados recursos logísticos compensam a carência de moral e descrença nos objetivos da guerra. (BRASIL, 2011, p. 42) (grifos nossos)

Essas considerações acentuam com máxima clareza a relevância do aspecto psicológico na composição do poder de combate.

É importante ressaltar que todos os combatentes recebem o devido preparo para a atividade-fim — o combate. Porém, essa assertiva não significa que o militar perde a sua individualidade. Esta se faz sempre presente.

Assim, fruto exclusivamente de condicionantes de foro íntimo, o combatente pode



Figura 1 – Operações militares se desenvolvem sob permanente tensão

Fonte: Makin, 2014

apresentar as mais diversas e inesperadas reações decorrentes do extremo “estresse do combate” a que é submetido, independente do treinamento padronizado recebido quando de sua formação.

Aliás, esse aspecto remete à questão do julgamento de militar que, por algum desvio de conduta em operações, se vê frente a um tribunal. Nesse caso, entende-se, salvo melhor juízo, como “coerência jurídica” o fato de o julgamento se processar em corte constituída por juízes que tenham vivência nas lides castrenses, que tenham passado, preferencialmente, por situações operacionais semelhantes às do réu em pauta. Daí, a essencialidade da Justiça Militar, que atua voltada eminentemente para as especificidades da profissão militar e para as circunstâncias que envolvem as operações militares com suas consequências estressantes. Essa visão de postura da Justiça não deve, portanto, ser

confundida com parcialidade, mas entendida como reforço do amplo direito de defesa.

Outro aspecto a se observar na condução dos combatentes em conflitos nos dias de hoje refere-se a seu adestramento com equipamentos bélicos altamente sofisticados.

Se, por um lado, esses equipamentos, dado seu potencial de letalidade e precisão, contribuem para reforçar a autoconfiança frente ao inimigo e a ameaças difusas, por outro, passam a exigir do combatente mais responsabilidade e habilidades em termos de sua utilização, de modo a obter os efeitos desejados e, simultaneamente, a não causar danos indesejáveis a populações que se encontram à margem das operações bélicas, visto que os combates não mais ocorrem em áreas nitidamente delimitadas como antigamente.

Na atualidade, as interferências desse tipo sofisticado de equipamento no comportamento humano são de tal ordem que já se desenvolvem estudos inclusive sobre a denominada “ciberpsicologia”, que faz uma nova abordagem da relação do ser humano com a máquina e vice-versa, ou seja, um estudo

mais aprofundado do que se fazia até então em termos de ergonomia, esta de caráter específico voltado para a adaptação física do homem à máquina. (A revista VEJA, de 26 Out 2016, publica elucidativa matéria sobre a ciberpsicologia.) Com o advento e a proliferação das “máquinas inteligentes”, é preciso cuidar para que elas não sejam “mais inteligentes” do que seus operadores, ou seja, estes passam a ser muito mais exigidos em termos de qualificação profissional e de responsabilização funcional.

Outra razão para que o combatente seja muito bem preparado psicologicamente nos dias atuais é o fato de, no contexto da fluidez das operações bélicas, ele ter de tomar decisões rápidas e no nível de pequenas frações ou, até mesmo, isoladamente, fato agravado quando as operações ocorrem entremeadas no seio de populações ou comunidades. E, por extensão, essa consideração é válida também para operações de força de paz, que exigem um mínimo de conhecimento sobre a cultura do povo da área onde elas se processam, bem como para operações de garantia da lei e da ordem (GLO), ambas com demandas de um preparo psicológico mais acurado da tropa.

Em síntese, mais do que nunca, o condicionamento psicológico do combatente revela-se tão importante quanto seu preparo físico, técnico e operativo, de modo a compor um poder de combate realmente eficaz. E, assim, esse condicionamento está a merecer atenção toda especial no contexto das operações bélicas, que, hoje, se apresentam sob os mais variáveis matizes políticos, militares e sociais.



Figura 2 – Armamentos sofisticados exigem acurado preparo do combatente

Fonte: Portaldefesa.com

Aspectos do preparo psicológico

Quando o sentimento de angústia bovina e do irremediável dá lugar à sensação terrível de pavor, o que ajuda as pessoas é o ópio insensato do otimismo.¹

VASSILI GROSSMAN, 2014

A Estratégia Nacional de Defesa aponta para a necessidade de reestruturação das Forças Armadas, visando atender às demandas de um complexo e incerto cenário mundial. Essa realidade implica mudanças que exigem o desenvolvimento de capacitações de toda ordem para os militares, a fim de atender às referidas demandas e atentar para incertos desafios de um novo tempo. Daí decorre o imperativo de flexibilidade, aqui entendida como a capacidade das forças militares de cumprir distintas missões no contexto do combate, o que vai exigir do combatente estar sempre atento para a possibilidade de surgimento do inesperado. Assim, diante das características inerentes à profissão militar e dos desafios que se podem apresentar em novos cenários, cresce a preocupação com a formação e o preparo do militar do Exército Brasileiro. Portanto, há que se considerar, então, que a profissão militar é caracterizada por fatores desafiadores, além da possibilidade sempre iminente de o militar ser empregado em situações-limite, que envolvem alto risco de vida para si e para seus subordinados. A profissão militar é única, diferente de todas as que se conhecem. Daí, ela apresenta propriedades singulares, que a discriminem de outros ofícios, refere-se a um serviço que, durante toda a carreira, leva o combatente a conviver com o risco.

Essa circunstância exige que o militar, desde cedo, aprenda a desenvolver capacidades e habilidades que o coloquem acima de suas vulnerabilidades. Dele se requer que esteja sempre pronto para cumprir a missão, para combater e lutar sem esmorecimento. Não é um trabalhador comum, não tem direitos trabalhistas e atua sob sacrifícios pessoais e familiares. Ele está sempre à disposição do chamamento pátrio; não tem o direito de optar, de escolher. O militar não tem querer. Em última análise, assume o compromisso de, se preciso for, sacrificar a própria existência em prol da defesa da pátria. Em decorrência dessa abnegação profissional, sua família também se vê às voltas com os percalços da vida na caserna. Assim, ele pode ser transferido para qualquer lugar, tendo de conviver com escalas e horários, sem a certeza de poder cumprir os compromissos pessoais e familiares. Sua família faz e refaz matrículas escolares, moradias, amigos e vínculos. Quando opta pela carreira, o militar sabe que estará subordinado a um modelo diferenciado, a uma vida de sacrifícios, a uma forma de atuar que tem um *status* peculiar, qual seja, o que rege as Forças Armadas. Durante o exercício de suas funções, por exemplo, as faltas e os erros ou a atuação em desconformidade com as regras militares levam-no a ser punido por um sistema disciplinar próprio, que prevê várias graduações de pena, desde a simples advertência até prisão e expulsão. O militar possui um código de honra, um conjunto de regras que rege sua vida na caserna e fora dela e que garante o funcionamento incólume da instituição a que pertence.

Em decorrência, sintomas emocionais e comportamentais, principalmente o estresse de combate, podem manifestar-se de forma variada de acordo com cada indivíduo/sujeito/pessoa, como, por exemplo: falta de cuidado; desatenção; impulsividade; paralisação; pânico; isolamento social; incapacidade de relaxar; baixo nível de energia; imobilidade; falta de apetite ou apetite em demasia; discurso acelerado; desempenho prejudicado; higiene deteriorada; perda ou diminuição sensoperceptiva; medo; insônia; terror; irritabilidade; ressentimento; raiva; fúria; dor; culpa; vergonha; solidão; tristeza profunda; desesperança; apatia; frieza; entorpecimento; exaustão etc. Ou seja, não há um sintoma específico que se possa apontar e afirmar categoricamente como estresse de combate. Partindo dessas tantas e possíveis causas de adoecimento psíquico, talvez se tenha maior clareza da dimensão do sofrimento real experienciado por muitos e muitos militares, que, por conta da carreira, da missão recebida e da renúncia à própria vida, reprimem sentimentos, emoções e comportamentos em prol de um bem maior, de uma causa idealizada. Todavia, como aspecto positivo, a exposição ao combate pode produzir coesão, lealdade aos pares e a líderes, identificação com uma tradição da unidade, senso de elitização, senso de missão, estado de alerta, vigilância, resistência e permanência em ação, tolerância aumentada, senso de utilidade, fé aumentada e atos heroicos de coragem e autossacrifício.

Diante das inúmeras *nuances* que compõem o quadro ora descrito, resta discorrer sobre como se processa, no Exército Brasileiro, a preparação psicológica do combatente.



Figura 3 – Patrono do Exército

Fonte: Lima, 2013

O preparo psicológico no Exército Brasileiro

O insigne chefe militar e patrono do Exército Brasileiro — o duque de Caxias —, segundo registros biográficos, sempre manifestou grande preocupação com o estado de espírito dos seus comandados, o que demonstra ímpar sensibilidade por visualizar na alma da Força Terrestre a própria alma do soldado.

No Exército Brasileiro, enfatiza-se que seus integrantes constituem a “força da nossa Força”. Realmente, o amplo somatório de energias pessoais e matizes psicológicos resulta em um amálgama de forças positivas, embora intangíveis, capazes de contribuir para a impulsão da Força quanto ao cumprimento de suas missões constitucionais e à concretização de seus objetivos.

Os programas de instrução militar (PIM), que estabelecem o preparo da tropa combatente, expressam, no cômputo de “habilidades socioemocionais”, a importância de se manterem os militares sempre predispostos a desenvolver o espírito de sacrifício e a enfrentar adversidades.

Tem a ver, principalmente, com o emprego em combate.

O *Manual de Operações Psicológicas – C 45-4*, do Exército Brasileiro, preconiza que tais operações “constituem uma parte essencial do poder como especial forma de persuasão” e que “sua importância tem aumentado em função da evolução dos métodos científicos de atuação sobre a motivação humana”. Ainda segundo o *C 45-4*, “as operações psicológicas, quando empregadas em proveito direto das unidades operacionais, incrementam seu poder de combate” (BRASIL, 1999, p. 1-1).

Assim, além de estimular o combatente a atuar com o imprescindível ímpeto no combate, as operações psicológicas também encerram o propósito de anular a influência de ações psicológicas adversas sobre nossas tropas — uma espécie de “contra-operações psicológicas”. Ou seja, da mesma forma como buscam fortalecer o moral das nossas tropas, as operações psicológicas agem também no sentido de desestimular a atuação de tropas confrontantes (inimigas) bem como de obter o apoio de atores neutros.

Essa atuação pode-se desenvolver tanto no nível estratégico quanto no tático. Daí, suas complexidade e amplitude de aplicação, o que demanda elevada especialização para seu emprego. Portanto, esse é mais um aspecto que o Exército Brasileiro trata com persistente acurácia.

Um aspecto que adquire primordial significado nessa temática é a **ação de comando**, em todos os níveis, ao manter os subordinados sempre atentos para as adversidades com que podem deparar no transcurso da carreira militar, normalmente sujeita às mais diversas e imprevistas demandas. Tanto nos cursos de formação quanto nos de especialização, os combatentes do Exército são submetidos a exercícios operativos que primam por se aproximar o máximo possível da realidade do combate. Um exemplo marcante são as instruções especiais aplicadas aos cadetes da AMAN e a alunos da Escola de Sar-



Figura 4 – A ação de comando é primordial para o moral da tropa
Fonte: arquivo pessoal do Cel Luiz Augusto de Oliveira Santiago

gentos das Armas como mais uma atividade propícia a forjar a fibra desses combatentes, que, depois de formados, serão condutores de homens em missões adversas. Tais atividades traduzem-se em ótimas oportunidades para o desenvolvimento também do preparo psicológico do militar, que, em muitos desses cursos, chegam a atingir o limite da própria resistência física e emocional.

No caso de operações de paz sob a égide das Nações Unidas (ONU), os militares veem-se diante principalmente do enfrentamento da diversidade cultural, o que pode redundar em impactos psicológicos. Essa realidade exige preparação prévia e específica do militar, particularmente alertando-o sobre costumes e idiossincrasias que poderá encontrar.

Hoje, o combatente não pode mais atuar sem conhecer a cultura dos naturais da área onde as operações se desenvolvem, sejam de paz, sejam bélicas. Esta assertiva também é válida para operações internas (garantia da lei e da ordem), em que devem ser considerados costumes locais e receptividade popular. As diferenças ora consideradas podem exercer forte influência no estado psicológico do combatente.



Figura 6 – Integrantes do CPAEx (no Centro de Estudos de Pessoal)

Fonte: Centro de Estudos de Pessoal

No âmbito das Forças Armadas brasileiras, o preparo de militares e civis para as missões de paz processa-se no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), situado na cidade do Rio de Janeiro e vinculado diretamente ao Ministério da Defesa, porém subordinado ao Exército Brasileiro por intermédio da 1ª Divisão de Exército. Para efeito de planejamento, orientação e supervisão das atividades de instrução e adestramento, a vinculação se estabelece com o Comando de Operações Terrestres (COTER) e com o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), esta especificamente voltada para orientação técnico-pedagógica.

A missão específica do CCOPAB consiste em apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária.

No contexto do ensino nesse Centro, destacam-se vários cursos e estágios, como Exercício Avançado de Operações de Paz;



Figura 5 – Preparação de militares e civis no CCOPAB
Fonte: Flávia Mello, Blog de Notícias (flaviamello.wordpress.com)

Curso de Desminagem Humanitária; Curso para Assessores de Imprensa e Jornalistas em Área de Conflito; Estágio de Preparação de Comandantes; Estágio de Coordenação Civil-Militar; Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz; Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares; e Estágio de Preparação para Missões de Paz. Todas essas instruções são permeadas por considerações que remetem ao preparo psicológico.

Especificamente no âmbito do Exército Brasileiro, encontra-se o Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAEx), instalado no Centro de Estudos de Pessoal, também com sede no Rio de Janeiro.

O CPAEx é uma instituição de pesquisa e avaliação na área da Psicologia Organizacional, destinada à pesquisa científica da psicologia aplicada aos contextos militares e à realização de avaliação psicológica de candidatos em processos de seleção de pessoal.

Segundo a portaria de sua criação, o CPAEx tem por missão:

- planejar, coordenar, executar e gerenciar atividades relacionadas à Psicologia Militar e à Psicologia Organizacional;
- prestar apoio técnico aos diversos órgãos do Exército nas atividades de seleção, avaliação, preparo, acompanhamento e desmobilização psicológica, em proveito da melhoria do clima organizacional, da qualidade de vida no trabalho e da eficiência operacional das organizações militares;
- realizar avaliação psicológica para missões de paz, para missões nos destacamentos de segurança de representações diplomáticas do Brasil

no exterior e para cursos no âmbito do Exército que tenham a avaliação psicológica como pré-requisito;

- conduzir pesquisas na área da Psicologia em proveito do Exército; e
- desenvolver instrumentos psicológicos de seleção e avaliação para os processos seletivos regulados no âmbito de Exército. (BRASIL, 2015)

Um aspecto que merece destaque é o entendimento da avaliação psicológica no Exército, cuja finalidade se reporta a

emitir um prognóstico de adaptação à carreira militar, aferindo o grau de compatibilidade das características intelectivas (cognitivas), motivacionais/emocionais e de personalidade do candidato com os perfis psicológicos exigidos para os cargos a serem ocupados, após o período de formação militar. (BRASIL, 2015)

Esta consideração vai ao encontro de uma gestão eficiente dos recursos humanos, ao se procurar colocar “o homem certo no lugar certo”.

Outra organização que tem efetiva participação no preparo psicológico dos militares é o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEX), integrante do Gabinete do Comandante do Exército e instalado no Quartel-General em Brasília-DF.

O CComSEX desenvolve intensa atividade junto ao público interno no sentido de estimular o orgulho de se pertencer ao Exército, com o propósito de manter elevado o moral de seus integrantes. Essa atividade reforça consideravelmente o espírito de corpo do pessoal do Exército, com reflexos altamente positivos no poder de combate da



Figura 7 – O CComSEx encontra-se instalado no QG do Exército, Brasília-DF

Fonte: inforbrasilia.com.br

Força Terrestre.

Um órgão que também exerce importante papel na manutenção do moral da tropa é o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx). De natureza ecumênica, o SAREx, por meio de seus capelães e pastores, presta assistência espiritual aos militares que encontram na fé um sustentáculo para enfrentar as adversidades que, normalmente, se apresentam na atividade militar, em especial no combate. Como exemplo marcante, podem ser citadas declarações de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), de heroica atuação nos campos de batalha italianos, por ocasião da II Guerra Mundial. Naquele entremvero bélico contra tropas nazistas altamente adestradas, muito do conforto espiritual proporcionado aos combatentes brasileiros se deu pela ação intensa do frei Orlando — patrono do SAREx —, com nítido reflexo positivo no

poder de combate.

Do exposto, constata-se que é vasta a gama de atividades desenvolvidas no âmbito do Exército Brasileiro em prol do preparo psicológico não só do combatente, mas de todos os seus integrantes.

Conclusão

Ao longo do presente artigo, procurou-se ressaltar a essencialidade do preparo psicológico do militar, em especial do combatente, no contexto de sua importância como razão primeira das Forças Armadas, que, por sua vez, representam parcela imprescindível do Poder Nacional.

As vicissitudes, incertezas e medos a que o soldado é normalmente submetido constituem fatores capazes de inibir o ímpeto no cumprimento de missões adversas.

Em decorrência, a ação que se mostra mais adequada para eliminar ou atenuar esses fatores negativos reside em um eficaz trabalho na psique do militar, a quem a nação confia suas armas para assegurar a defesa nacional.

Quando se penetra no universo da Psicologia, depara-se com uma incrível miríade de aspectos intangíveis, dentre os quais se destaca a individualidade do ser humano. Esse aspecto é uma constante sempre presente na atuação dos combatentes, e, por mais que sua formação e seu adestramento sejam coletivos e uniformes, essa individualidade aflora no momento da ação e pode refletir insondáveis impactos psicológicos.

Assim, é fundamental que o chefe militar, como condutor de homens e mulheres, principalmente sob condições adversas, não ignore essa particularidade do mundo psíquico.

Nesse contexto e diante da magnitude da missão constitucional do Exército Brasileiro, justifica-se a importância que a Instituição vem atribuindo ao preparo psicológico dos seus integrantes, com especial atenção para o combatente, que normalmente é submetido a extremos limites de estresse ao longo da vida militar. Essa importância fica bem caracterizada tanto pelas organizações especificamente voltadas para o mister do preparo psicológico, quanto pela ação de comando, em todos os níveis, no sentido de se manter elevado o moral da tropa, princípio fundamental do poder de combate.

Um aspecto também interessante a se considerar na preparação psicológica em ambiente castrense é a geração de oportunidades

que a atividade militar apresenta para que o combatente conheça suas limitações físicas e emocionais e possa, assim, desenvolver uma predisposição interior para superá-las e adquirir um efetivo desempenho funcional, seja aprimorando-se mentalmente, seja desenvolvendo atitudes de engrandecimento pessoal diante de adversidades e desafios. Para tal, deve mirar-se nos exemplos de heroísmo e de liderança legados pelos próceres de ontem e de hoje, que enobrecem a Força Terrestre brasileira.

Finalmente e por oportuno, diante do quadro ora apresentado, cumpre referir-se à possibilidade da ocorrência de casos (estatisticamente raros) de “desvios de conduta” (patologias?) por parte de combatentes em ação, particularmente atribuídos a reações individuais decorrentes do estresse.

Esse aspecto merece uma “visão coerente” quando do julgamento em foro jurídico, visto que a idiossincrasia de cada ser humano, em que pese o adestramento padronizado e coletivo recebido, pode produzir impactos inimagináveis no comportamento. Em decorrência, fica nítida a importância da Justiça Militar, hábil para compor tribunais mobiliados com julgadores que detenham consistente conhecimento das lides castrenses e que, preferencialmente, sejam portadores de experiência em operações militares. Essa propositura pretende dar ênfase à legalidade de se conceder a um réu que exercia atividade sob extrema tensão maior amplitude ao seu direito de defesa e ao contraditório. ☰

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01 – Glossário das Forças Armadas**. 5^a Ed. Brasília, DF: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.

_____. Ministério da Defesa. **MD 51-M-04 – Manual de Doutrina das Forças Armadas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.351 - Comandante do Exército, de 24 Set 2015**. Cria e ativa o Centro de Psicologia Aplicada do Exército e dá outras providências.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria nº 309 - EME, de 23 Nov 2015**. Aprova a Diretriz para a Implantação do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (EB20D-01.030).

_____. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.813 - Comandante do Exército, de 16 Dez 2015**. Aprova as Instruções Gerais para a Avaliação Psicológica nos Concursos de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos de Carreira e ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães Militares do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.007), 1ª Edição, 2015, e dá outras providências.

_____. Exército Brasileiro. **C 45-4 – Manual de Operações Psicológicas**. 3ª Ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1999.

COHEN, Eliot A. **Comando Supremo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GROSSMAN, Vassili Semiônovich. **Vida e Destino**. 1ª Ed. Tradução de Irineu Franco Perpétuo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GROSSMAN, Vasily Semionovich. **Um Escritor na Guerra**: Vasily Grossman com o Exército Vermelho 1941-1945. Editado e traduzido do russo para o inglês por Antony Beevor e Luba Vinogradova. Tradução de Bruno Cassoti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KENNEDY, Carrie H. e ZILLMER, Eric A. **Psicologia Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

LIMA, Vivi Fernandes de. Mitos na Berlinda. **TOK de História**. 19/10/2013. Disponível em: <//tokdehistoria.com.br/2013/10/19/mitos-na-berlinda/>. Acesso em 15/08/2017.

MAKIN, Jenny. Combat Stress reveals a record rise in soldiers seeing mental health help. **RAWA News**. Southern Daily Echo, May 17, 2014. Disponível em: <www.rawa.org/temp/runews/2014/05/17/combat-stress-reveals-a-record-rise-in-soldiers-seeing-mental-health-help.phtml>. Acesso em 15/08/2017.

Revista VEJA, Ed. 2501, nº 43, 26 Out 2016.

<www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>; acesso em 09 Mar 2017.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Referência aos judeus russos transportados nos vagões como gado, rumo aos campos de confinamento.

A coordenação civil-militar e o gerenciamento de crises na Guerra do Vietnã

Raphael do Couto Pereira*

Lições importantes do Vietnã

Durante a guerra do Vietnã, foram desenvolvidas as primeiras intenções consistentes de um serviço de Assuntos Civis pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, em especial na Coordenação Civil-Militar, através dos chamados pelotões de ação combinada (*combined action platoons*). Essas ações deixaram marcas das necessidades de aproximação entre o elemento militar e o civil. Mais precisamente, em 8 de março de 1965, os Fuzileiros Navais norte-americanos desembarcavam nas praias de Da Nang, no Vietnã do Sul. O 1º Batalhão de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos no Vietnã, comandando pelo então tenente-coronel Charles E. McPartlin (Figura 1), desembarcou sob a supervisão do comandante do Teatro de Operações do Vietnã, o general Willian Westmoreland (Figura 2), para conduzir operações conjuntas com as Forças Armadas vietnamitas, de segurança do Aeródromo de Da Nang. Em 5 de maio do mesmo ano, o presidente Lyndon B. Johnson aprovou o envio da 3ª Divisão de

Fuzileiros Navais e apoios aéreos, para aumentar o poder de combate nessa região do Vietnã. Para exercer o comando e controle desses meios, foi estabelecida a III Força Anfíbia de Fuzileiros Navais (III MAF, na sigla em Inglês),¹ cujo comando foi confiado ao general Lewis W. Walt (Figura 3).

Para o general Westmoreland, os esforços do combate deveriam focar, no senso estritamente militar, em operações chamadas “procurar e destruir”, ou seja, o uso de forças norte-americanas concentradas e superiores militarmente para destruir as forças comunistas em batalhas convencionais e até mesmo contra a guerrilha, trazendo assim a paz e estabilidade para o Vietnã do Sul. Porém, elementos do Alto-Comando dos Fuzileiros Norte-Americanos, tais como o general Victor Krulak e os sucessivos comandantes da III MAF, os generais William R. Collins, Lewis W. Walt e Frederick Karch, mantinham uma visão diferente. (ANDREW, 2015, p. 4, tradução livre)

Para esses generais, o confronto direto contra as tropas comunistas não era desartável, mas se deveria focar na estratégia de pacificação das áreas, atentando assim

* CT Fuz Nav (EN/09), graduando no Curso de Segurança Pública e Social (UFF) e mestrando em Defesa e Segurança Civil, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Atualmente, exerce a função de observador militar na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO).



Figura 1 – Da esquerda para a direita, Gen Krulak, Ten Cel McPartlin e Gen Karch em estudo do terreno na elevação 372 a oeste de Da Nang

Fonte: www.armchairgeneral.com (2016)

para as vilas. Esse esforço de pacificação envolveria, segundo Andrew (2015, p. 4), o estabelecimento de uma segurança física, tendo que também dar subsídios para que as vilas conseguissem prosperar economicamente e no meio da democracia, negando assim ao inimigo a possibilidade de adquirir comida, suporte financeiro e informações valiosas. Eles tinham também a consciência de que essa aproximação com a população levaria tempo, até que se construísse uma relação de confiança. E que tal proximidade reduziria as possibilidades de baixas do lado norte-americano, sendo a forma mais efetiva de se buscar a estabilização do país. Esse debate interno acerca da estratégia a ser abordada — a fricção do combate convencional,

defendida pelo Alto-Comando do Exército, ou os esforços de pacificação defendidos pelos Fuzileiros Navais — seguiu por mais alguns anos. E, para a maioria das pessoas, o general Westmoreland, como o militar mais antigo no comando no Vietnã, ganhou o debate (ANDREW, 2015, p. 4).

O general Walt adotou, na III MAF, a metodologia de pacificação e teve por intenção inicial entender o complexo ambiente operacional em que estava imerso. A análise das localidades e características populacionais que afetavam as suas operações, especialmente nas vilas ao redor de Da Nang, Chu Lai e Phu Bai (**Figura 4**), tiveram prioridade. Em sua análise, constatou a presença de mais de 150.000 residentes em vilas que colocavam o Aeródromo de Da Nang e de Phu Bai dentro do alcance do fogo de morteiro 81mm, que por vezes impedia a operação das aeronaves. Ficou claro que a III MAF deveria expandir o seu perímetro de segurança englobando essas vilas. Esse fato levaria esses militares a tomarem uma postura ainda não enfrentada na guerra do Vietnã, que era o contato direto com a população e suas *nuances*.



Figura 2 – General William Westmoreland

Fonte: www.history.com (2016)

O general Walt desenvolveu um conceito para complementar o plano de pacificação da III MAF e aumentar a segurança do Aeródromo. Esse conceito era o do pelotão de ação combinada. Para o general Walt, esse sistema, baseado nos pelotões de ação combinada, tinha uma meta simples, que era ajudar na defesa local das forças do nível tático, com treinamento, equipamentos, suporte e a presença constante do elemento de combate norte-americano (TOWNSEND, 2013, p. 31). O contato direto dos militares norte-americanos com as Forças Populares do Vietnã² e com os residentes das vilas poderia resultar vantajoso. A maior vantagem seria ter esses pelotões como elementos de inteligência, em que, com o convívio nas áreas, seria possível estabelecer um fluxo de informações da população, para combater de forma mais eficaz os Vietcongues.³

Porém, para atender aos objetivos do general Walt, surgiu outra problemática, a necessidade de um efetivo maior de Fuzileiros Navais para controlar as áreas em ques-

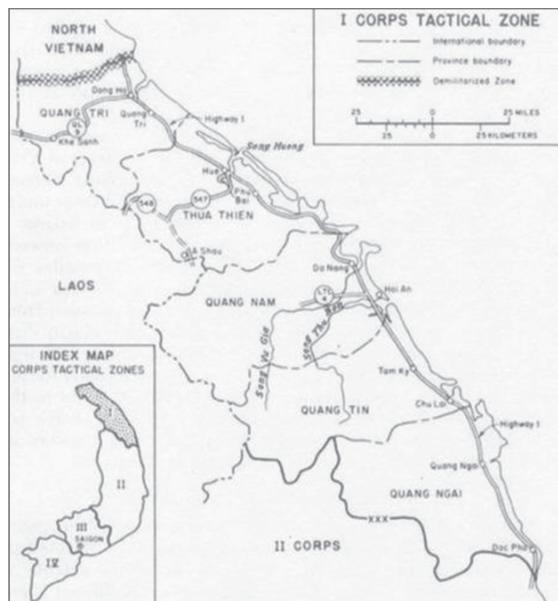


Figura 4 – Zonas do Vietnã do Sul

Fonte: www.dtic.mil (2016)

tão e também a disponibilidade de pessoal preparado, principalmente psicologicamente, para se relacionar com a população local e agir de forma totalmente descentralizada.

A necessidade de pessoal qualificado

A necessidade de pessoal especializado mostrou-se como um fator de grande peso, pois, até então, a doutrina e o preparo de militares habilitados a planejar e exercer as atividades da coordenação civil-militar ainda eram insipientes. A solução vislumbrada para suprir tal deficiência inicial foi estabelecer um processo seletivo interno, no qual o militar prioritariamente deveria ser voluntário e, preferencialmente, ser sargento e comandante de esquadra de tiro. Esses militares eram então considerados como os mais aptos e experientes no campo da liderança



Figura 3 – General Lewis W. Walt

Fonte: www.gettyimages.com (2016)

para realizar operações nas vilas e em contato direto com os cidadãos vietnamitas. Eles deveriam ainda ter pelo menos quatro meses de experiência em combate, ser recomendados por seus comandantes diretos e não poderiam ter registros de indisciplina ou de manifestação de xenofobia (TOWNSEND, 2013, p. 29-30).

Os pelotões de ação combinada foram compostos por 14 fuzileiros navais norte-americanos, um enfermeiro da Marinha e 35 soldados das Forças Populares do Vietnã (**Figura 5**). A liderança do pelotão era dividida, com o comando sendo exercido por um sargento das Forças Populares do Vietnã e tendo por auxiliar um sargento fuzileiro naval americano. Essa estrutura reforçou o papel de liderança e integração entre os militares dos dois países e ainda facilitou a sua inserção nas comunidades (ALLNUT, 1969, p. 17).

Em 1966, só havia sete pelotões inseridos nas vilas vietnamitas, chegando a 114 em 1968. Durante esse período, o conceito

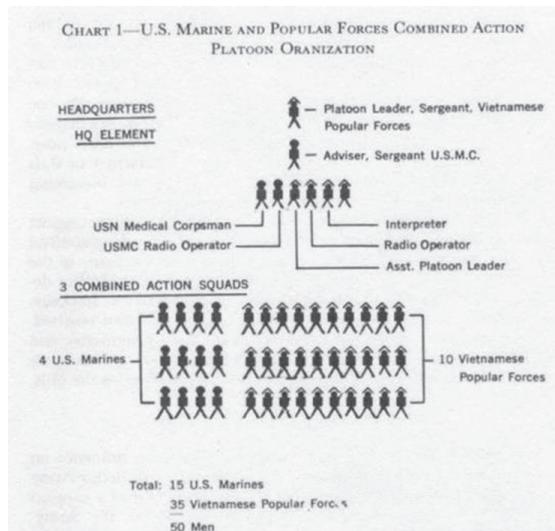


Figura 5 – Pelotão de ação combinada (combined action platoon)

Fonte: TOWNSEND, 2013, p. 34

Combined action platoons heaped friendly aid on Vietnamese villages

By Keith A. Milks
SPECIAL TO THE TIMES

Severely wounded and weak from blood loss, Lance Cpl. Miguel Keith knew the enemy attack had to be stopped. Having already blunted one North Vietnamese assault on May 8, 1970, Keith unhesitatingly charged 25 North Vietnamese soldiers massing for another. Killing four, he forced the rest to flee before he fell, mortally wounded.

Keith's courage rallied his fellow Marines and South Vietnamese counterparts in Combined Action Platoon 1-3-2 in the Quang Ngai Province, South Vietnam. They overcame the enemy attack. As the last Marine to earn the Medal of Honor in Vietnam, the 18-year-old Omaha, Neb., native served at the grassroots of the United States' Vietnam strategy.

As early as 1965, Marine planners believed the fundamental ingredient to success in Vietnam was to move into the South Vietnamese hinterlands. In I Corps' area of operation alone, more than two million Vietnamese rural villagers lived under threat of Viet Cong coercion.

The Marine Corps and Navy embarked on a program of civic action, traveling to outlying villages and dispensing medical care to villagers. The programs soon developed to a point where corpsmen established regular sick calls.

Nearly every South Vietnamese village was protected by the Popular Forces, rag-tag groups of local militia empowered by the South Vietnamese government. Although the



PHOTO COURTESY OF TIM DUFFIE
Tim Duffie, a member of a Combined Action Platoon in Vietnam, poses with a youngster he called "Little Hue" in Quang Tri Province, South Vietnam.

PFs were ill-equipped and poorly-trained, the Marines realized their potential for countering Viet Cong guerrillas.

Marine rifle squads and Navy corpsmen were moved into select villages, and these Combined Action Platoons were married with the local PFs. The Marines formed a nucleus around which the PFs, and the village as a whole, could resist Viet Cong influence.

The Marines trained the PFs and led them against the enemy while the squad's corpsman promoted health care in the village. Gen. Lewis Walt, who commanded the Marines in Vietnam from 1965 to 1967, called the program the "Velvet Glove."

The program, combining friendly aid and armed presence, was a major part of a "heart and minds" campaign. The Marines lived among the villagers day and night, completely integrating themselves into the community. Although support from larger Marine bases such as Da Nang and Chu Lai were a radio call

away, life in the villages provided a sense of isolation that formed a unique bond among the Marines and the villagers.

The central government hoped the CAP program would develop a sense of trust in government among the rural citizenry.

Program organizers hoped it would weaken the communists' hold over South Vietnam's rural areas.

From its inception in 1965, the program spread across the country.

As America began withdrawing from South Vietnam in 1969, the program had evolved into 102 platoons organized into 19 Combined Action Companies under four Combined Action Groups. In all, close to 5000 Marines and sailors served in the program.

More information about the Marine Combined Action Platoons can be found at www.capmarine.com, a site devoted to the program run by former CAP Marines. □

Staff Sgt. Keith Milks is stationed at Headquarters Marine Corps. He can be reached at KAMBT@aoi.com

Figura 6 – Artigo sobre os pelotões de ação combinada, na revista Marine Times

Fonte: www.capmarine.com

de aplicabilidade e a missão dos pelotões de ação combinada foram mantidos em sua essência, mas a guerra passou da ação clássica entre duas forças opositoras para o foco na guerrilha, por parte dos vietcongues. Houve, assim, necessidade de aumentar o número de pelotões, que passaram a ter um dos seus focos na montagem e no incremento das redes de inteligência (ALLNUT, 1969, p. 20, 21).



Figura 7 – Fuzileiros navais entregam doação de 17 toneladas de mantimentos para a vila de Tra Kieu, nas proximidades de Da Nang

Fonte: ANDREW, p. 55

Com essa mudança de postura por parte dos vietnamitas, com a introdução da guerrilha, o inimigo não agiria mais como um exército regular, logo não vestiria necessariamente um uniforme. A necessidade de atitudes com viés mais político — aumento da aceitabilidade pela população, redução dos efeitos colaterais, uso adequado da força e uma aproximação gradual e paciente — adentra no ambiente operacional como novo ingrediente. No escopo dessas necessidades, a aproximação da população tornou-se evidente, e o conceito da coordenação civil-militar abrangeu as necessidades por ora apresentadas, criando o balanço correto entre os esforços militares e civis. Ficou claro que esse seria um “trabalho de cada soldado” e um processo ou conceito de operação voltado para os objetivos políticos,

em vez de uma função a ser realizada somente por unidades ou pessoal especializados para a conquista de objetivos puramente militares (RIETJENS, 2008, p. 23, 24).

A condução das atividades no campo tático, para a conquista desses objetivos, assemelha-se aos ditames consagrados atualmente na coordenação civil-militar, em suas duas vertentes: a metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) ou a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para a ONU, temos que:

A coordenação civil-militar é uma função de assessoria militar nas missões integradas das Nações Unidas, que facilita as interações entre os componentes militar e civil da missão bem como com os atores humanitários, promovendo o desenvolvimento dos atores presentes na área da missão, para que deem suporte aos objetivos da missão das Nações Unidas. (ONU, 2010,⁴ p. 14-15, tradução livre)

Já para a OTAN, a cooperação civil-militar é definida como:

A coordenação e cooperação, em suporte à missão, entre o comandante da OTAN e atores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais bem como organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais. (OTAN, 2003, p. 1-1, tradução livre)

Pode-se notar que, na última abordagem, permite-se ao componente militar alcançar o estado final desejado através da coordenação, sincronização e eliminação de conflitos entre suas atividades e as dos atores civis. Essas atividades podem ainda ser pautadas exclusivamente para a consecução de

objetivos, podendo trabalhar as ações com a finalidade de ter conhecimentos da área da inteligência. E, não obstante, ligar as atividades militares aos objetivos políticos. Assim, podemos notar que as abordagens do pelotão de ação combinada, juntamente com as suas lições apreendidas, podem ter sido um dos elementos que contribuíram para o estabelecimento da doutrina OTAN.

O saldo que o Vietnã deixou na integração inicial entre civis e militares

A iniciativa de se formarem os pelotões de ação combinada é considerada por muitos historiadores como um dos programas de maior sucesso durante a guerra do Vietnã (TOWNSEND, 2013, p. 31). Esse sucesso deu-se na análise por completo do programa e seus resultados, mas cabe destacar que, em algumas ocasiões, o programa apresentou falhas e também encontrava forte oposição do comandante do Teatro de Operações do Vietnã, general Willian Westmoreland.

Na primeira operação de grande vulto, a Operação Starlite,⁵ os elementos das Forças Populares do Vietnã, inseridos juntamente com os Fuzileiros Navais Norte-Americanos nos pelotões de ação combinada eram milicianos locais leais ao regime de Saigon. Eles eram minimamente treinados, com o propósito de tão somente estabelecer a segurança das suas vilas de origem, e estavam despreparados para a escala de violência que enfrentariam durante a operação. Por vezes, eles se escondiam nas trincheiras e se recusavam a seguir juntamente com os fuzileiros. Além disso, eles tinham uma demanda logística desproporcional, pois consumiam duas vezes mais água e comida (AN-

DREW, 2015, p. 49). Durante um dos confrontos em Nam Yen, alguns elementos das Forças Populares acreditavam que os Fuzileiros estariam perdendo a batalha e decidiram se juntar ao suposto lado vencedor atirando contra os norte-americanos.

Já na localidade de Phu Bai, os Fuzileiros Navais Norte-Americanos encontraram elementos das Forças Populares organizados e já estabelecidos antes mesmo de sua chegada ao Vietnã, o que trouxe vantagens, pois a segurança da vila já existia, e eles estavam atrelados a um forte fator motivacional, que seria lutar pelo sentimento de proteção de sua terra e sua família. Isso fez com que houvesse a otimização da implementação do programa de pelotões de ação combinada (TOWNSEND, 2013, p. 39-40). Os fuzileiros sofreram até perceberem que a conquista dos camponeses deveria ser com o contato direto e não através de grupos impessoais. As Forças Populares eram as que poderiam alavancar ou parar com essa campanha (TOWSEND, 2013, p. 39).

Mas para o general Krulak, um dos soldados mais importantes na Operação Starlite não foi o número de vietcongues mortos e sim o valor do estabelecimento do fluxo de valiosas informações de inteligência, que veio como resultado da integração entre as forças militares e os civis nas vilas. Isso reforçou a sua ideia de que o combate convencional deveria dar espaço para as ações de pacificação. Através desse fluxo de informação oriundo da integração entre militares e civis, o general Krulak, em uma mensagem para o comandante-geral dos Fuzileiros Norte-Americanos, conseguiu detectar que os vietcongues estavam abandonando o confronto direto e partindo para uma postura de guerrilha. Para ele, ainda, o sucesso ineren-

te à Starlite se deu devido aos programas combinados de ações civis-militares, principalmente em Da Nang, Phu Bai e Chu Lai, pois trouxe desenvolvimento econômico e segurança para essas vilas. O general ressaltou que a verdadeira vitória no Vietnã só poderá ser obtida com a pacificação das vilas através das ações cívico-militares (ANDREW, 2015, p. 55).

Outro saldo importante dessa integração entre militares e civis foi a redução dos efeitos colaterais. Ou seja, os Fuzileiros Navais Norte-Americanos eram mais relutantes em solicitar ataques aéreos ou de artilharia que não fossem precisos em locais onde tinham o receio de atingir civis que eles conhecessem pessoalmente, reduzindo assim os efeitos colaterais, que são determinantes na condução da guerra moderna, pois impactam diretamente na opinião pública. Essa integração trouxe ainda a imersão dos militares americanos na cultura vietnamita, onde a sua maioria conseguiu aprender até mesmo a língua local. Esse aprendizado e imersão em uma nova cultura não só facilitava a vida do militar na região, mas também trazia maior legitimidade às ações das forças e benefícios culturais e emocionais para os militares. A proficiência em uma segunda língua, em geral a da nação hospedeira, não era uma característica predominante na cultura militar norte-americana. Mas esse contato com os vietnamitas mostrou que esse é um assunto para o qual se deve ter atenção. Segundo relatos do Comandando Militar Europeu dos Estados Unidos, menos de dez por cento dos membros do Departamento de Defesa falam uma segunda língua.

Em oposição a muitos parceiros Europeus, que em sua maioria falam quatro ou cinco línguas e tem um conhecimento profun-

do sobre outras culturas, nós nos Estados Unidos estamos falhando em treinar e nos preparar para esse tipo de cooperação internacional, essa é uma área que temos muito ainda o que fazer. (MILES, 2013, apud TOWNSEND, 2013, p. 43)

Essa preocupação com a cultura e linguagem apareceu também em um estudo encomendado sobre a viabilidade do uso de pelotões de ação combinada na guerra do Iraque. O estudo recomendou que os fuzileiros designados para a missão deveriam receber um treinamento de imersão na cultura e idioma de seis meses em seu Instituto de Línguas e Defesa, localizado em Monterey, na Califórnia (SAVAGE, 2005, p. 16).

Governabilidade e influência direta: fortalecimento de instituições, criação de líderes e serviços básicos sociais

Um ponto decisivo para a efetividade das ações de coordenação civil-militar, bem como o efeito final desejado de uma ação militar de intervenção em um território, é que essa ação consiga ser gerida por uma administração pública sem a ajuda externa. Ou seja, que a vida civil daquele local consiga ser restabelecida e continue a funcionar por intermédio de serviços públicos básicos, sempre corroborando os objetivos militares predeterminados. E os Fuzileiros Navais Norte-Americanos atentaram para esse tema no Vietnã. Havia uma precária estrutura pública, que funcionava para atender demandas básicas das cidades e vilas. O general Walt, vislumbrando a importância do assunto, aproximou-se e estabeleceu contato direto com os governos das províncias. Esse engajamento

adicionou credibilidade ao programa de pelotões de ação combinada, como uma força apta a ajudar a estrutura do governo do Vietnã do Sul (TOWNSEND, 2013, p. 47). De forma indireta, os governadores das províncias tiveram maior legitimidade perante os seus cidadãos e os seus governos centrais, com uma administração funcionando sem necessitar da ajuda de um ator externo. Além disso, a proximidade e coordenação entre civis e militares ajudou a identificação e o recrutamento de líderes locais para que suprissem as linhas sucessórias de governabilidade.

Algumas vilas mais isoladas possuíam dificuldades de abastecimento pela parte governamental, e a presença militar nesses locais ressalta outro aspecto, que é a importância do estabelecimento de serviços básicos, tais como distribuição de água, alimentos e atendimento médico, para barrar as influências e o aproveitamento das forças inimigas convencionais ou de guerrilha. Como os militares estavam em contato direto com os moradores das vilas e líderes locais, eles sabiam quais assistências e os locais exatos que mais necessitavam de ajuda.

Havia dois serviços essenciais que os elementos dos pelotões de ação combinada poderiam contribuir no Vietnã. Esses serviços eram atendimento médico e segurança das colheitas de arroz. (TOWNSEND, 2013, p. 48, tradução livre)

O primeiro serviço essencial para o qual o programa contribuiu foram os atendimentos médicos, pois foram vistos como um serviço básico de custo menor para implementação e manutenção e tiveram também um grande impacto psicológico em favor das tropas norte-

-americanas nas vilas. Assim sendo, foi lançado o Programa de Ação Civil Médica, em que os enfermeiros da Marinha foram inseridos nos pelotões de ação combinada.

Esta resposta imediata aos primeiros socorros e à habilidade dos enfermeiros em prover medicação para acabar ou prevenir doenças imediatamente aumentou a confiança das pessoas nos pelotões de ação combinada. (TOWNSEND, 2013, p. 49, tradução livre)

E os resultados colhidos foram determinantes para a otimização do contato entre civis e militares, pois o programa de ação combinada foi uma espécie de ação cívica espontânea, que evoluiu a partir da satisfação das necessidades geradas pelos moradores das vilas e do desenvolvimento de um espírito de união, dentro dos quais se identificam os interesses mútuos do protegido e do protetor.

Conclusão

O conceito de coordenação civil-Militar não é um fenômeno recente, e já é intrínseco das operações militares do século XX, principalmente no período pós-Guerra Fria, quando foi visualizada a sua importância e a potencialidade de uso para as Forças Armadas.

Por exemplo, as equipes de reconstrução das províncias criadas no Afeganistão em 2004 têm suas raízes no Projeto de Aldeias Estratégicas, implementado pelas Forças Armadas dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã. Neste exemplo, militares das Forças Especiais foram postos juntamente com os civis representantes da USAID⁶ em uma campanha de conquista de corações e mentes, para promover o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se tra-

vava uma campanha de contrainsurgência⁷ (RANA, 2004, p. 573-573)

Assim, a iniciativa de aproximação e integração entre civis e militares, através da utilização do programa de pelotões de ação combinada, trouxe economia de forças, pois o contato constante com os moradores desencorajava a cooptação por parte da guerrilha, evitando o desbalanceamento do poder de combate e demandando, assim, menor número de soldados para o combate. Além disso, o programa trouxe o melhor entendimento do campo de batalha, crescimento dos aspectos culturais individuais, aumento do fluxo de informações de inteligência, redução

dos efeitos colaterais, diminuindo o número de mortes civis, e aumento do efetivo controle territorial. Considerando que atualmente a tolerância para erros e perdas desnecessárias é bem reduzida na opinião pública, as ações combinadas entre civis e militares atendem bem a essa necessidade. Certamente os planos de integração devem ser incrementados e deve ser considerada uma imersão de tropa, como foi realizada no Vietnã, para que haja adaptação à nova ordem mundial e à demanda por maior relacionamento interpessoal. Mas se mantém a percepção que a coordenação civil-militar é uma das potencialidades das Forças Armadas e necessita de maior atenção. ☰

Referências

ALLNUT, B. C. **Marine Combined Action Capabilities: the Vietnam experience**. McLean, VA: Human Sciences Research Inc., 1969.

ANDREW, R. **The First Fight: U.S Marines in Operation Starlite, August 1965**. Washington, DC: U.S Marines Corps Reserve, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5^a Ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf>.

HEMINGWAY, A. **Our War Was Different: Marine Combined Action Platoons in Vietnam**. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 1994.

LEHRACK, O. J. Leatherneck: Operation Starlite: The First Battle of the Vietnam War. **Military.com**. Disponível em: <www.military.com/NewContent/0,13190,Leatherneck_050815_Starlite,00.html>.

PEREIRA, R. C. Dissolução de Conflito entre comunidades no Haiti. **Revista Marítima Brasileira**. V.136 Nº 07/09. Rio de Janeiro. 2016. p. 180-190.

ONU. **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)**. [s.l.]: Department of Peacekeeping Operations, 2010. Disponível em: <[//docs.unocha.org/sites/dms/Documents/DPKO%20UN-CIMIC%20\(2010\).pdf](http:////docs.unocha.org/sites/dms/Documents/DPKO%20UN-CIMIC%20(2010).pdf)>.

OTAN. North Atlantic Treaty Organization. **AJP 9. NATO Civil-Military Co-Operation (CIMIC) Doctrine**. [s.l]: NATO Standardization Agency, 2003. Disponível em: <www.nato.int/ims/docu/ajp-9.pdf>.

RANA, R. Contemporary Challenges the civil-military relationship: Complementarity or incompatibility? **International Review of the Red Cross**, Vol. 86, Nº 855. Genebra. set. 2004. Disponível em: <www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_855_rana.pdf>.

RIETJENS, S. J. H. Managing Civil-Military Cooperation: Experiences from the Dutch Provincial Reconstruction Team in Afghanistan. **Armed Forces & Society**, Volume: 34 issue: 2, page(s): 173-207, New York, Jan. 2008.

SAVAGE, T.B. **The Combined Action Platoon and Its Applicability in Future Conflict**. Quantico, VA: School of Advanced Warfighting, Marine Corps University, 2005. Disponível em: <www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509462.pdf>.

TOWNSEND I. J. **Combined Action Platoons in the Vietnam War: a unique counterinsurgency capability for the contemporary operating environment**. Tese de mestrado. Fort Leavenworth, KS: School of Advanced Military Studies, 2013.

WELTSCH, M. D. **The Future Role of the Combined Action Program**. Tese de mestrado em Arte e Ciência Militar. Fort Leavenworth, KS: United States Army Command and General Staff College, 1991. Disponível em: <www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a243540.pdf>.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ A nomenclatura atual mudou para Marine Expeditionary Force. É um grupamento operativo de fuzileiros navais nível divisão.

² Composta pelas Forças Armadas do Vietnã, que integraram a coalizão juntamente com os Estados Unidos.

³ O termo vietcongue é derivado da expressão “công sán Viêt Nam”, que significa “comunista vietnamita”. Eram guerrilheiros que compunham a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã e que lutavam contra a coalizão formada pelos Estados Unidos e Vietnã do Sul.

⁴ Elaborada pelo Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs) em 2010.

⁵ Conhecida também como a batalha de Van Tuong, foi a primeira grande ofensiva norte-americana. Essa ofensiva se deu de forma preventiva contra o regimento vietcongue para assegurar a utilização e integridade da base aérea de Chu Lai bem como suas torres de comunicação. A operação inicialmente seria chamada de “Satelite”, mas, durante a redação de sua ordem, ocorreu uma falta de energia, e um dos funcionários, ao escrever à luz de velas, cometeu um erro na escrita. (LEHRACK, 2005)

⁶ United States Agency for International Development – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

⁷ Estratégia em que se busca derrotar focos de revolta pelo emprego das mesmas táticas do inimigo, normalmente a guerrilha, com o propósito de eliminar o apoio da população à guerrilha. Para tal, essa estratégia inclui, se necessário, reformas sociais, econômicas e políticas na região. (BRASIL, 2015, p. 66)

Das bandeiras às fronteiras

São Paulo, Belém e a expansão a oeste de Tordesilhas

Dante Ribeiro da Fonseca*

Introdução

Abordagem do processo de conquista e colonização portuguesa do Brasil, tendo como ênfase a ação militar, impõe a observação de dois outros aspectos relevantes. São eles: o religioso e o econômico. Quanto ao aspecto religioso, podemos destacar a mentalidade de cruzada, que presidiu inicialmente a conquista da terra. Foi esse aspecto ideológico norteador da ação missionária e também militar. De fato, logo após a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, que inaugurou o domínio português do péríodo africano em direção às Índias Orientais, o papa Martinho V expediu a bula *Rex regum*. Essa bula, de 1418, conferiu o caráter de cruzada à ação portuguesa na África Ocidental, conclamando todos os reis cristãos a se unirem na luta contra os mouros.

Do mesmo modo, proselitismo cristão e ação militar coadjuvam a conquista da colônia brasileira. A palavra gentio, utilizada em documentos coloniais para designar o nativo brasileiro, é de origem bíblica e nesse caso significa não católico, pagão. Mas esse nativo

não poderia continuar no paganismo, dada sua nova sujeição ao Estado Nacional Absolutista e Católico; assim a obrigatoriedade de adoção da fé era conferida unilateralmente pelas leis ibéricas. A conversão então explica, em parte, a enorme evidência atribuída pelos reis ibéricos às ordens religiosas no trato com os nativos. No Brasil, essa proeminência durou até 1758, ano em que foi publicado o Diretório dos Índios, lei que inaugura a decadência da ação missionária nessa questão, pois, através dela, foi substituído o clérigo pelo elemento laico.

Quanto ao recorte econômico, sabemos que a conquista da América também representou uma obstinada busca de riquezas pela Europa. Por isso, o avanço pelo território segue a rota da instalação de sistemas de produção ou das descobertas das riquezas naturais. Foram os casos da cana-de-açúcar e também do ouro no Brasil, ou do extrativismo vegetal amazônico. A ação econômica também esteve umbilicalmente vinculada à ação militar na conquista da terra. Os vários povos nativos viam seus territórios serem conquistados pelo europeu e buscavam defendê-los. Era então que a função essencial-

* Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO) e da Academia de Letras de Rondônia (ACLER) e sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). (zeliafonseca@brturbo.com.br)

mente guerreira do nativo se contrapunha à função militar do colonizador. Devemos alertar, porém, que aquilo que consideramos atividade militar terrestre nos séculos iniciais da colonização não era atributo exclusivo do exército regular. Era responsabilidade também do colono civil, através de vários mecanismos legais, instituídos ao longo da formação do Estado Nacional Português. Entre esses mecanismos está a bandeira, cujas patentes eram atribuídas ao colono pelas autoridades metropolitanas e coloniais.

Essas instituições já haviam estabelecido na metrópole aquilo que se chamou de militarização da sociedade portuguesa. Foram transferidas para o Brasil e, em parte, adaptadas às novas condições de conquista aqui encontradas. Os próprios cargos da administração colonial uniam a função civil e militar, daí porque a profusão de títulos como capitães-generais, capitães-donatários, sargentos-mores e outros. Na organização militar terrestre portuguesa, encontramos primeiramente o exército mantido pelo Estado Absolutista na figura dos corpos regulares ou tropa de linha. Além da estrutura militar permanente e profissional, existiam também os corpos de milícias e ordenanças. Eram constituídos pelos súditos que, quando convocados pelo Estado, os compunham sem perceber nenhum tipo de remuneração. Destinavam-se ao apoio ou mesmo, em alguns casos, à substituição das tropas regulares profissionais. Havia nessas tropas uma hierarquia de patentes que plasmava a ordem social do antigo regime colonial. Situavam nos escalões mais baixos os brancos pobres, mestiços de toda ordem, negros livres e escravos, além dos indígenas, tapuios ou não.

No topo da hierarquia, o mestre de campo, seguido do capitão-mor, sargento-mor e capitão; mais abaixo, em postos subalternos, as patentes como alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta-estandartes e tambor completavam as patentes militares das ordenanças. Foram registradas, contudo, inúmeras exceções a essa regra, próprias de sociedades em que, como na nossa, a mestiçagem tornou-se comum. Quando indivíduos de origem africana, indígena ou mestiça demonstravam valor militar ou enriqueciam, frequentemente eram alçados às patentes superiores.

Os corpos de ordenanças, existentes em Portugal já no século XVI, representaram um desdobramento da organização militar portuguesa mais antiga, na qual existiam as bandeiras. Essas bandeiras medievais constituíam-se como organizações militares espontâneas e tumultuárias a que o Regimento das Ordenanças procurou disciplinar ainda naquele século. No Brasil, foi através desse regimento que se vulgarizou a definição de bandeira. As adaptações do instituto das bandeiras por aqui não se fizeram esperar. Primeiramente, de emprego defensivo e estático na metrópole, a bandeira passou a exercer diversas outras funções. Seus comandantes eram, em geral, também comandantes das milícias e ordenanças nomeados pelas autoridades coloniais ou reinóis.

O caráter expansionista atribuído às bandeiras foi mais praticado nas áreas periféricas aos centros políticos e econômicos coloniais. São Paulo e Belém do Pará foram os núcleos irradiadores das ações que vieram a romper com os limites de Tordesilhas. É por essa via de entendimento que podemos

considerar que a ação de indivíduos como Raposo Tavares e Francisco de Melo Palheta, assim como de Ricardo Franco de Almeida Serra, revestiam-se do caráter militar, embora os dois primeiros não integrassem o exército regular da época, como foi o caso do último.

O processo de conquista e ocupação portuguesa efetiva na bacia do rio Amazonas pode ser situado entre construção do Forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém, em 1616, e o Tratado de Madri (1750). No norte da colônia, é a partir de Belém que se dá o avanço sobre Tordesilhas. O Tratado de Madri representa o início da consolidação jurídica do processo de expansão portuguesa para oeste dessa linha. Eventos posteriores, que se prolongarão até o século XX, consolidarão a fronteira noroeste tal como a conhecemos hoje. É nesse período que ocorre a conquista portuguesa da área dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esses rios delimitaram um trecho da referida fronteira. Nesta exposição, a ênfase da análise histórica recairá sobre as ações militares da conquista e colonização desse espaço.

A divisão do Novo Mundo entre as potências ibéricas

Mesmo antes da chegada dos europeus à América, as nações ibéricas pugnavam pela divisão das terras encontradas e conquistadas na busca do caminho marítimo para as Índias. Inicialmente as bulas e tratados relativos ao tema concentravam maior precisão na costa da África e ilhas adjacentes. Com o passar do tempo, passaram a dividir, entre Portugal e Espanha, as terras supos-

tas a oeste. Assim é que, entre 1479 e 1480, foi assinado o Tratado de Alcovas. Nele os monarcas espanhóis aceitam a posse portuguesa da Guiné, diversas ilhas na costa da África e demais terras descobertas ou a se descobrirem ao sul das ilhas Canárias (ilhas de possessão espanhola), desde que não pertencessem a nenhum rei cristão.

Com a chegada de Colombo à América, em 1492, buscaram as monarquias ibéricas melhor definição na divisão entre si do Novo Mundo. Assim é que o papa Alexandre VI emite, em 1493, uma série de documentos visando solucionar a questão da partição das novas terras como: o breve *Inter coetera*, a bula *Inter coetera*, a bula *Eximiae devotionis*, a bula *Dudum siquidem*, de 26 de setembro. Seja pela imprecisão, seja por não agradar às pretensões dos monarcas em lide, todas as tentativas de acordo foram frustradas até 1494. Naquele ano, foi assinado o tratado de Tordesilhas, que serviria de imprecisa baliza para as possessões ibéricas na América do Sul nos séculos vindouros. Determinava o tratado o estabelecimento de uma linha geodésica, que, seguindo do polo ártico ao polo antártico (sentido norte-sul) à distância de trezentos e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, serviria de fronteira. Pelo tratado, as terras a oeste dessa linha pertenciam à Espanha, e, a leste, a Portugal. O ano de 1500 marca a posse portuguesa desse território a leste da linha de Tordesilhas com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

As bandeiras e a expansão territorial

A historiografia nacional firmou a convicção predominante de que o rompimento

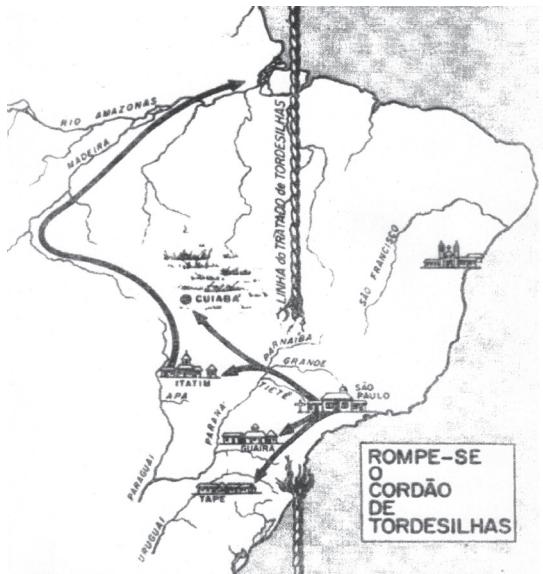


Figura 1 – Rompe-se o cordão de Tordesilhas
Fonte: SOARES, 1975

da linha de Tordesilhas no Brasil e a resultante consolidação territorial portuguesa, sobre o espaço antes convencionado como pertencente à coroa de Espanha, foi obra dos bandeirantes de Piratininga. Essa vinculação é tão forte que a palavra bandeirante passou mesmo a ser sinônimo de paulista. Normalmente a palavra é vinculada automaticamente ao movimento de expansão e ocupação das fronteiras brasileiras a partir do planalto de São Paulo durante o período colonial.

A predominância da interpretação, centrada em São Paulo, de um dos mais importantes fenômenos de nossa História pode ser entendida na origem mesmo da historiografia sobre o tema. Para citar dois autores de peso, e de resto essa é a História contada na maioria dos livros didáticos, temos o embaixador Álvaro Teixeira Soares (1975),

que afirma: “caberá aos bandeirantes de São Paulo a função histórica de triplicar a área do Brasil estabelecida pelo tratado de Tordesilhas”. Na mesma obra, Teixeira Soares apresenta o mapa da **Figura 1**.

Da observação desse mapa, depreende-se que mesmo a fronteira dos rios Madeira e Amazonas foi anexada ao território nacional pela ação dos bandeirantes paulistas, pois que, no mapa, o vetor do avanço sai de São Paulo, seguindo depois para o Amazonas. Taunay (2012, p. 185) também imprime essa percepção, ao declarar que:

A solução de continuidade existente entre as áreas hoje mato-grossenses da bacia amazônica e as que se distribuem pelo Pará e o Amazonas começou a ser apagada em 1742 com a famosa viagem de Manuel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, de Vila Bela a Belém do Pará.

Em ambos os casos, no trecho de Taunay e no mapa de Soares, o vetor de incorporação desse território parte de São Paulo e chega ao rio Guaporé. Tavares, em razão do bandeirismo de preação, e Lima, em razão do surto minerador.

Devemos, no entanto, apontar aqui duas imprecisões. Primeiramente nos recorrendo do mapa. A linha maior, que, partindo do Itatim, chega à ilha de Marajó, ou seja, às proximidades Belém, seria o roteiro da famosa viagem do bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares, que traçaria, com pequenas modificações, as futuras fronteiras do Brasil. Ocorre, porém, que, após minucioso estudo, o historiador Jaime Cortesão (2012, p. 377) define o seguinte roteiro da expedição:

- I - de São Paulo ao Paraguai;
- II - do Paraguai até aos serros do sistema chiquitano;
- III - daqui até a região dos chiriguano;
- IV - exploração das faldas orientais dos Andes;
- V - regresso pelo Guapaí até a planície crucenha;
- VI - finalmente, o grande trajeto fluvial pelo Guapaí-Mamoré-Madeira-Amazonas até Gurupá.

Em resumo, a bandeira de Raposo Tavares seguiu o caminho diferente daquele tradicionalmente indicado nos mapas. Não seguiu o rio Guaporé, em razão de que seu objetivo era capturar, na segunda parte do empreendimento, os índios chiriguanos residentes nas faldas dos Andes. Enfim, contrariamente ao que Cortesão defende, Tavares estava interessado em escravizar os indígenas e não em estabelecer as novas fronteiras coloniais.

Em segundo lugar, está a afirmação de Taunay. Desconsidera ela todo o movimento anterior que, partindo de Belém, já havia ocupado a região do baixo Madeira. Resta, contudo, a Taunay o mérito de ter reconhecido implicitamente que a ocupação do norte do Brasil não foi obra paulista. Em seu

Escorço Biográfico de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), declara que o recuo do meridiano de Tordesilhas para o coração da América do Sul deveu-se ao avanço das bandeiras paulistas, embora declare, com menor ênfase, que foram eles os “construtores do áspero Brasil Meridional e Central” (In LEME, 2004, p. 61).

Dentre aqueles poucos autores que registraram a participação nortista no proces-

so de ocupação das fronteiras, citamos aqui o paulista Paulo Prado, que, em sua obra *Retrato do Brasil*, declarou corretamente que as “bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo, alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana” (1981, p. 56). A quase correta observação de Paulo Prado, visto que não registrou o pioneirismo do bandeirismo nortista, apreendeu-a de um escrito de Capistrano de Abreu, conforme ele mesmo declara: “Devo este esquema a uma nota magistral e inédita de Capistrano de Abreu” (Idem, nota 1).

Podemos resumir então que as fronteiras portuguesas na América do Sul foram expandidas a partir de duas frentes de colonização: pioneiramente, a frente amazônica e, após o início do Ciclo do Ouro, a frente paulista. Essas frentes se encontraram no rio Madeira, fechando o périplo da ocupação da fronteira oeste e ligaram uma região à outra com o estabelecimento da rota das monções do Norte. Essas monções eram expedições comerciais que, a partir da metade do século XVIII, abasteciam exclusivamente o norte do Mato Grosso através de Belém. O atribuir ao elemento paulista mérito de ter expandido nossa fronteira oeste é fruto de verdade apenas parcial.

O Norte e o Sul da colônia portuguesa

Embora tenhamos notícias de incursões navais de portugueses na foz do rio Amazonas desde os primeiros anos do século XVI, o primeiro registro de europeu a encontrar a foz do Grande Rio indica o navegante Vicente Pinzon, a serviço do rei de Espanha. Também foram os espanhóis os primeiros navegantes

europeus daquele rio. Após a primeira expedição espanhola, entre 1540 e 1542, outras expedições devassaram aquele curso de água. Nesse ínterim, se realizava lentamente a expansão portuguesa no território a leste da linha de Tordesilhas. Assim é que, em 1535, D. João II doou a João de Barros uma das cidades criadas no Brasil naquele momento, na foz do rio Amazonas. Apesar do dispêndio de recursos próprios, a tentativa de colonização daquela parte da colônia fracassou. Mais ao sul da colônia, foi fundada São Paulo em 1540. Desses dois pontos do território a leste de Tordesilhas, é que a linha de fronteira será rompida pelo avanço português para oeste. É de interesse observar que o início do avanço português sobre o território convencionado como espanhol ocorre já durante a União Ibérica. Esse período foi assim chamado porque, de 1580 a 1640, Portugal e Espanha foram governados pelos monarcas espanhóis. A razão desse fato foi ter falecido em luta contra os mouros, na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, sem deixar herdeiros diretos, o rei português D. Sebastião, cuja sucessão coube aos seus parentes mais próximos, os reis de Espanha.

A partir do último quartel do século XVI, São Paulo inicia a desenvolver uma extensa lavoura comercial de alimentos. Esses produtos eram destinados principalmente ao mercado litorâneo da colônia. Essa lavoura estava baseada toda ela no trabalho do indígena escravizado. Foi a partir dessa base social e econômica que se desenvolveu o bandeirismo naquele espaço. É importante notar uma manifestação anterior mesmo ao fenômeno do bandeirismo no Brasil. Trata-se da iniciativa do naufrago português Aleixo Garcia, que,

tendo encontrado abrigo entre os nativos da ilha de Santa Catarina, organizou, em ano próximo a 1523, uma expedição composta por quatro ou cinco dos seus amigos de infortúnio e algo em torno de dois mil índios guaranis. Essa expedição partiu do atual estado do Paraná e atingiu comunidades incaicas na região de Potosí e Sucre, as quais saqueou. Seu líder ordenou depois a retirada da expedição para o Paraguai, onde foi assassinado pelos índios. Essa expedição permitiu o conhecimento da ligação entre o rio da Prata e a Região Andina.

A bandeira existiu como instituição militar portuguesa desde a Idade Média. Foi mudando com o passar do tempo e se adaptando às modificações na arte da guerra tal como praticada no meio colonial, conformando-se como as companhias de ordenanças ou milícias. Tornou-se comum no Brasil desde o primeiro quartel do século XVII. Os oficiais das bandeiras eram aqueles mesmos nomeados para comandar as ordenanças ou milícias, destinadas, na colônia, às atividades militares e de polícia. Segundo Cortesão, pouco a pouco, essas atribuições foram transformadas pela bandeira colonial naquelas de: [...] “ataque, apresamento, exploração e reivindicação de soberania” (CORTESÃO, 2012, p. 75). Em suma: através de um processo adaptativo às condições locais, torna-se bandeira livre de “assalto e exploração do sertão” (Idem, p. 76).

A atividade de apresamento para escravização do nativo desenvolvida pelos paulistas pode ser dividida em fases. De 1628 a 1641, não se distanciavam muito de São Paulo, e os grupos mais afetados foram os guaranis. Aproximadamente a partir de 1640, a estratégia dos jesuítas espanhóis consistiu em organizar os nativos em reduções mais distan-

tes e armar seus índios contra os ataques dos paulistas. Também o nativo não reduzido interiorizava sua fuga da área de ação bandeirante. Assim, as penetrações dos bandeirantes pelo interior do território em busca de escravizar os indígenas dilataram-se mais e mais. Uma bandeira que se notabilizou pelo enorme percurso que realizou foi aquela liderada pelo mestre de campo Raposo Tavares. Iniciada em 1639, em São Paulo, essa bandeira foi ao sul do Brasil. Sendo malsucedida no ataque às missões religiosas daquele região, dirigiu-se ao norte, em busca dos “índios serranos”. Esses nativos são os chiriguanos (guaranis), que residem nas faldas dos Andes ainda hoje, na região do Oriente Boliviano, que faz fronteira com o Brasil. O contingente bandeirante era típico: poucos brancos, alguns mamelucos e muitos índios, portando algumas armas de fogo, e a maioria, arcos e flechas. Após seguirem o curso do rio Paraguai, navegaram os rios Mamoré, Madeira e Amazonas. O final do percurso foi sua chegada a Gurupá, em 1642, com reduzida parte da tropa. Estavam em estado tão lastimável que o padre Antônio Vieira declarou que eles mais pareciam desenterrados do que vivos. Esse foi o primeiro registro de navegação europeia em todo o curso do rio Madeira.

Muitas vezes, essas entradas combinavam o objetivo de busca de cativos com a pesquisa mineral. Podemos citar como exemplo a bandeira de Fernão Dias Paes Leme, iniciada em 1674. Embora não houvesse trazido metais ou pedras preciosas, foi grande a quantidade de indígenas cativados em Minas Gerais.

Em sua importante obra *História das Bandeiras Paulistas*, o historiador paulista

Afonso D’Escragnolle Taunay (2012, p. 208) declara:

Foi o ouro o verdadeiro causador da tomada de posse definitiva das terras centrais. Não existissem o arraial do Bom Jesus do Cuiabá e o arraial guaporeano, futura Vila Bela, e Alexandre de Gusmão disporia de débil base de argumentação para invocar o *uti possidetis* em favor da fixação da fronteira do Brasil a dois mil quilômetros a oeste da linha tordesilhana.

Devemos ir um pouco mais adiante para que não haja dúvida interpretação. A exploração mineral foi responsável não apenas pela tomada de posse, mas pela ocupação efetiva do território a oeste de Tordesilhas pelos bandeirantes paulistas. Porém, o fenômeno apenas poderá ser constatado a partir do chamado Ciclo do Ouro. E, assim mesmo, naquela parte que chamamos de Brasil Central. A razão disso é exatamente porque promoverá a fixação da população em território espanhol. Não nos esqueçamos de que a legitimação dessa fronteira se dará com o Tratado de Madri, de 1750, cujo princípio basilar foi o *uti possidetis*, ou seja, a terra pertence ao rei cujos súditos a ocuparem. Mas Taunay fala da ocupação com os olhos fixos em São Paulo, vê a árvore, mas não a floresta. Não se refere a Belém, uma das bases dessa ocupação. Na Amazônia, não houve o Ciclo do Ouro, e, no entanto, a região participou de forma primordial, importante e decisiva no processo de ocupação da região a oeste de Tordesilhas, em período mesmo anterior a esse ciclo. Aduzimos, ainda, que a ocupação ocorreu inicialmente na Amazônia mais em função da defesa do território que em razão do Ciclo das Drogas do Sertão, também um ciclo ambulante e inicialmente não fixador

de população no sertão. Sem a constituição de núcleos de colonização portuguesa a oeste de Tordesilhas, não haveria consolidação da expansão da fronteira que seria legítima da pelos tratados de limites.

A expansão da mineração no Sul e o combate aos “estrangeiros” no Norte

Destarte, foi a escassez de nativos nos arredores mais próximos de São Paulo que fez entrar em decadência a economia agrícola do planalto de Piratininga, já claramente observada no último quartel do século XVII. Foi então que, em 1693, a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão descobriu o ouro no Caité; no ano seguinte (1694), Bartolomeu Bueno de Siqueira descobriu jazidas do mesmo minério próximas a Itaverava, ambas em Minas Gerais. Descobrimentos sucessivos fizeram avançar de fato a fronteira portuguesa na América. Isso porque, diferentemente das bandeiras anteriores, a descoberta de ouro e diamantes ocasionava o transplante e a fixação da população colonial portuguesa nas novas regiões mineradoras. Nos períodos anteriores, a atividade das bandeiras consistia em avançar sobre os territórios considerados como espanhóis, fazer seu reconhecimento, prear nativos e retornar para São Paulo. Cinco anos depois da descoberta de Itaverava, em 1699, Portugal recebia 725 quilogramas de ouro extraído no Brasil.

Enquanto esses eventos ocorriam a partir de São Paulo, ao norte da colônia, a linha de Tordesilhas também era rompida. A conquista e o estabelecimento definitivo dos portugueses na Amazônia relacionam-se à tentativa de fixação dos franceses no

Maranhão. Comandados pelo senhor De La Ravardière, um grupo de colonos franceses iniciou a ocupação das terras no litoral maranhense em 1612. A ação portuguesa contra essa invasão é bem-sucedida. Sob o comando do capitão-mor Alexandre Moura, os franceses são expulsos do Maranhão em 1615. No final daquele mesmo ano, esse comandante nomeia um membro de sua expedição, Francisco Caldeira Castelo-Branco, capitão-mor do Grão-Pará. No início do ano seguinte, Castelo-Branco, que chegou ao Pará acompanhado de duzentos homens, fundou o Forte do Presépio, de onde iniciou a dar combate a inúmeros núcleos coloniais instalados por outros povos europeus naquelas terras.

É, portanto, dentro do período denominado União Ibérica (1580-1640) que a linha de Tordesilhas será rompida no norte amazônico com a criação de capitania portuguesa a oeste daquela linha. As entradas de apresamento do indígena e busca de recursos naturais devassarão o espaço a oeste de Tordesilhas mais intensamente do que antes da união dos reinos. Contudo, é no Grão-Pará onde, além de devassar os sertões, as entradas propiciarião primeiramente ao elemento português a fixação em território espanhol. A dificuldade de o monarca de Espanha expulsar com suas tropas elementos de outras nacionalidades que se instalavam em territórios da Amazônia, considerados de sua posse, fez com que atribuísse essa função ao elemento português. Pesava também, como consta no Tratado de Madri (1750), o fato de “não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha Divisória”, circunstância adicionalmente uti-

lizada com oportunidade pelos portugueses para se estabelecerem a oeste de Tordesilhas.

Pela Carta Régia de 1621 (13 de junho), o monarca espanhol Felipe IV estabeleceu o Estado do Maranhão. Separado do Estado do Brasil, foi constituído pelas capitâncias gerais do Maranhão, Pará, Ceará e Piauí, com capital em São Luiz. Os administradores dessas capitâncias eram escolhidos no seio do aparelho burocrático e militar português. Em 4 de novembro de 1621, foi emitido aviso em que o monarca comunicava as providências para povoar e fortificar a costa do Brasil:

...dos demais rios e os que forem tão largos que não alcance artilharia de uma parte a outra se fortifiquem **e, ainda que esta conquista seja da Coroa de Castela, se pode encomendar a de Portugal por ser mais em conta**, e que pela notícia de que na outra costa há povoados de ingleses e holandeses, se poderia enviar em reconhecimento e, conforme o que houvesse, tomar resolução e fazer o necessário para expulsá-los. (Apud CALÓGERAS, 1998, p. 90; apud SILVA, 1855, p. 57, tradução livre, grifo nosso)

Nos anos posteriores, inúmeras entradas foram autorizadas pelo rei de Espanha e dirigidas por bandeirantes. A bandeira fluvial comandada por Pedro Teixeira em 1639 tomou posse do rio Amazonas para Portugal em nome do rei da Espanha. Dela participou Bento Maciel Parente, futuro capitão-general do Pará e capitão-donatário da capitânia do Cabo Norte (atual Amapá). Em geral essas bandeiras fluviais agiam, como aquelas de São Paulo, para sondar ou conquistar o território, escravizar os nativos, mas também para expulsar súditos de outras monarquias europeias insta-

lados na Amazônia. Os governantes portugueses do Estado do Maranhão quase que imediatamente puseram-se a incentivar a instalação de novas capitâncias para garantir o controle desses territórios. Dois anos após a criação da Capitânia Real do Pará, foi criada a capitânia de Gurupá (1623). Posteriormente, mais três capitâncias foram entregues ao governo de particulares. Em 1627 foi criada a capitânia de Caeté, entregue a Feliciano Coelho de Carvalho, filho do então capitão-general do Pará, que em 1634 a perdeu em favor de Álvaro de Sousa. Naquele mesmo ano de 1634, foi criada a capitânia do Cabo Norte e entregue ao governo de Bento Maciel Parente. Em 1637 foi criada a capitânia de Cametá e entregue ao mesmo Feliciano Coelho de Carvalho em compensação pela perda de Caeté. Assim, cinco capitâncias conquistadas, possuídas e dirigidas pelos portugueses existiam em ambos os lados da fronteira tordesilhana antes do final da União Ibérica (1640) e mais de um século antes do Tratado de Madri (1750). Instaurou-se, desse modo, uma complicada estrutura, em que a autoridade dos dirigentes das capitâncias reais, administradas por elementos nomeados pelo rei, contrapunha-se à autoridade dos capitães-donatários. Ainda assim, esse internamento e posse garantiu aos portugueses aquelas terras.

Os rios Madeira, Mamoré e Guaporé e a vizinhança espanhola

O rompimento da linha de fronteira foi então produto da ação militar de homens envolvidos com as atividades econômicas periféricas à principal área da economia colonial até o final do século XVII: a açucareira. Ocorre, porém, que, enquanto as incursões

do bandeirismo paulista descobriram o ouro e, por essa razão, passaram a fixar núcleos de povoamento colonial a oeste de Tordesilhas, apenas a partir do final do século XVII, esse fenômeno é observado na Amazônia desde a terceira década daquele século. Apesar disso, é da ação desencadeada a partir do planalto de São Paulo que se fixará a colonização portuguesa nos limites da fronteira oeste, composto pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, mas apenas a partir da primeira metade do século XVIII.

De um modo geral, a ação missionária era parte integrante da ocupação colonial. Foi o que aconteceu nas províncias jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, situadas onde hoje estão nossas fronteiras do Mato Grosso, Rondônia e Acre com a Bolívia. Em Moxos, esse processo iniciou no rio Mamoré e savanas ocidentais entre 1683 e 1700. Santíssima Trinidad, hoje capital do departamento boliviano do Beni, que faz fronteira com Rondônia, foi fundada em 1686. Em uma segunda etapa, que transcorreu de 1700 a 1720, essas missões ocuparam o espaço do rio Mamoré abaixo até sua confluência com o rio Guaporé. Finalmente, a penetração foi consolidada entre 1720 e 1750, quando foram fundadas as missões a jusante.

Tal, porém, não foi o caso da ocupação portuguesa na área Madeira/Guaporé, tardia em relação aos espanhóis. A instalação de núcleos coloniais portugueses no rio Madeira deu-se, inicialmente, pela ação jesuítica. Já em 1669, os padres jesuítas Manoel Pires e Gorzoni navegaram nesse rio, onde fundaram a primeira aldeia de Tupinambaranas, na ilha de mesmo nome situada no rio Amazonas, defronte à foz do rio Madeira,

que hoje abriga o município amazonense de Parintins. Em 1683 o padre jesuíta Superior da Missão, Jodoco Peres, subiu o rio Madeira até a foz do rio Mataurá (na época, denominado Iruris). No retorno, trouxe consigo um filho do principal iruri, que, segundo Serafim Leite (2000, p. 391), aprendeu no colégio de Belém o tupi e o português.

Em 1688 o filho do cacique mais dois padres jesuítas retornam ao rio Madeira, onde fundam um aldeamento missionário entre os iruris. Esse aldeamento fracassa em razão da falta de missionários, doenças e ataques dos colonos que visavam à escravização daqueles nativos. Assim, esses missionários passaram a concentrar seus esforços nos aldeamentos de Tupinambaranas e Abacaxis (baixo rio Madeira), sendo que esse último praticamente foi o aldeamento que substituiu o de Iruris. Todas as tentativas da instalação de missões na parte alta e média do rio Madeira foram caracterizadas pela precariedade durante o século XVIII.

Evidentemente, como em São Paulo, entradas em busca de nativos e para praticar o extrativismo vegetal foram realizadas no rio Madeira, particularmente a partir da primeira década do século XVIII. Além dessas, existiram também bandeiras punitivas, como foi aquela enviada ao rio Madeira em 1715, comandada pelo capitão-mor João de Barros Guerra, que acoimou e escravizou os índios torás e muras. O comandante da expedição encontrou seu fim quando uma árvore tombou da margem do rio sobre sua embarcação. Segundo Noronha (1862, p. 30), essa expedição punitiva foi uma resposta ao ataque desses grupos às missões religiosas de Canumá e Abacaxis. Com a morte de João de

Barros Guerra, assume o comando o capitão de infantaria Diogo Pinto de Gaia auxiliado pelo sargento-mor das ordenanças Francisco Fernandes, que submetem parte desses grupos em 1718. Nesse evento, percebemos mais um capítulo de inspiração cruzadística: a guerra justa contra o infiel, o gentio que cria obstáculos ao avanço da cristandade.

O ouro de Cuiabá e Mato Grosso

Nesse mesmo ano (1718), registrou-se a primeira investida bandeirante no rio Cuiabá, quando Antonio Pires de Campos navegou esse rio na atividade de preação do nativo (SÁ, 1904, p. 7). No ano seguinte (1719), o bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro no rio Coxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá, atraindo mineradores para a região nos anos seguintes (COELHO, 1850, p. 139). Em 1722 Miguel Sutil descobre ouro no rio Cuiabá (COELHO, 1850, p. 140). Constituída para investigar as condições de povoamento do alto rio Madeira, a expedição comandada pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta parte de Belém naquele mesmo ano (1722), atingindo a missão jesuítica espanhola de Exaltación de la Santíssima Cruz de los Cajuavas, no bairro Mamoré. Segundo a descrição do missionário de Exaltación, a expedição era composta de alguns mestiços, cem indígenas e vinte e cinco soldados. Informa ainda que Palheta pretendia seguir adiante para observar outras povoações, demonstrando interesse em obter informações sobre Santa Cruz de La Sierra e Potosí. Foi, entretanto, dissuadido da ideia pelo referido missionário (MATTEOS, 1946, tomo VI, p. 282-283). Daquele ponto então, retornaram para Belém, lá chegando a princípios de 1723.

Nesse mesmo ano, a bandeira de Antônio Pires de Campos (1723) atinge a região que chamou reino dos Parecis, navegando pelo rio Sepotuba, que nasce na serra dos Parecis e desagua no rio Paraguai (CAMPOS, 1862, p. 443). Os parecis são grupos falantes do aruaque, como os moxos e baures. Mètraux sustenta que, já no século XVI, a expedição de Gozalo Solis Holguin teria atingido a Serra do Norte (localizada nos atuais estados de Rondônia e Mato Grosso) e entrado em contato no país dos “pareches”. Na relação de Pires de Campos, há a primeira referência aos nhambiquaras e cabixis, que viviam ao norte dos parecis (MÈTRAUX, 1942, p. 160), no atual estado de Rondônia.

No alto rio Madeira, quase defronte da foz do rio Jamari, o padre João Sampaio, que acompanhou a expedição Palheta em parte do percurso, criou a missão jesuítica portuguesa de Santo Antônio das Cachoeiras em 1728. Essa missão teve curta duração. Nessa época, o cacau nativo era importante produção extrativa do Pará e existia em abundância no rio Madeira e no rio Beni. Era explorado pelos portugueses e espanhóis através de expedições de coleta, como registra a crônica ainda no ano de 1781:

Entramos quase três léguas pelo rio Beni a dentro. Eu e o Capitão Joaquim José Ferreira achamos grande correnteza no rio e muitas matas de cacau e ranchos velhos, praticados nos tais cacauais, que supomos serem dos espanhóis que ali vêm fazer sua colheita. (PONTES; MENDONÇA, 1985, p. 165)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Contudo, essa prática extrativista não fixava população colonial portuguesa signifi-

cante no alto Madeira, pois era uma atividade ambulante e sazonal.

No Cuiabá, além dos indígenas a serem escravizados, outra riqueza era cobiçada: o ouro. O cronista Barbosa de Sá informa-nos que o coronel de milícias Antônio Pires de Campos (COELHO, 1850, p. 152), na sua subida pelo rio Cuiabá, escravizou muitos indígenas coxiponés. Assim também Pascoal Moreira Cabral, que, subindo o Coxipó-Mirim, aprisionou muitos nativos do mesmo grupo (SÁ, 1904, p.10-11). Do mesmo modo, no Mato Grosso (Guaporé) assim ocorria.

As duas frentes de penetração para oeste de Tordesilhas, que partiram de Belém e São Paulo, se encontraram no ano de 1731.¹ Nesse ano, os irmãos Fernão e Artur Pais de Barros, acompanhados de seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, que foram ao apresamento dos parecis, encontraram ouro na região guaporeana (SÁ, 1904, p. 31-32). Retornaram àquela região em princípios do ano de 1733, acompanhados do sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, e, no local onde encontraram o metal precioso, fizeram roças e pesquisaram a região, retornando a Cuiabá em dezembro daquele ano (SÁ, 1904, p.32).

A continuidade das pesquisas minerais conduziu ao descobrimento de ouro no rio Corumbiara pelos bandeirantes sorocabanos Antônio de Almeida e Moraes e Tristão da Cunha Gago. Barbosa de Sá afirma que esses achados se deram em 1745 e foram abandonados no ano de 1748. As hostilidades dos indígenas impediram a continuidade dos achados (SÁ, 1904, p. 45). Gonçalves da Fonseca registra que, em 1750, havia ainda a expectativa de retorno à mineração no local (FONSECA, 1866, p. 376).

O surgimento dos núcleos de colonização portuguesa na região guaporeana foi consequência da descoberta do ouro, que provocou um enorme incremento populacional. A administração metropolitana, envolvida na tarefa de negociar com a Espanha um novo tratado que assegurasse seu território colonial até a fronteira oeste, aproveitou-se dessa verdadeira corrida ao metal precioso. Diversos arraiais haviam ali surgido e possuíam, em 1740, uma população minadora estimada em 40.000 habitantes (LAPA, 1973, p. 23). Assim, em 1743, foi criado pelo governo português no rio Guaporé o distrito de Pouso Alegre, que, três anos depois, veio a ser transformado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. A indecisa soberania disputada entre os Estados Ibéricos na região causou, em 1744, a fundação da missão de Santa Rosa no lado oriental do rio Guaporé pelos jesuítas espanhóis (SÁ, 1904, p. 44). A partir de 1746, foram incrementadas as negociações que viriam a resultar no Tratado de Madri. Contudo, antecipando-se mais uma vez aos resultados daquele tratado, a coroa portuguesa criou, em 1748, a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que teve como primeira capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Consolidação da fronteira Madeira-Guaporé

Todo esse movimento incrementa a navegação de súditos portugueses por aqueles rios fronteiriços em expedições de cunho político/militar ou comercial. Determinado a impedir a evasão do metal pelo contrabando, o governo de Portugal proíbe a navegação do

rio Madeira em 1733. Tal incremento populacional em região de mineração provocou, como era de se esperar, o surgimento de um lucrativo comércio. As monções, nome pelo qual eram conhecidas essas expedições comerciais, saíam inicialmente de São Paulo com destino às regiões mineradoras (Monções do Sul). Paralelamente, buscavam-se outras rotas de abastecimento pelos rios que se dirigiam ao norte, intentando uma ligação comercial com Belém (PA), transgredindo a proibição real.

Em 1742 um grupo de mineradores endividados, sob a liderança de Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado, partiu do arraial de São Francisco Xavier em expedição que buscava estabelecer ligações comerciais com as missões espanholas da região guaporeana. Atingiram a missão de São Miguel, no rio Baures, e depois seguiram para a missão de Santa Maria Madalena, no rio Itonamas. Desrespeitando proibição real, navegaram o rio Madeira e chegaram a Belém em 1743, onde foram presos.

Francisco Leme do Prado separou-se do grupo de Félix de Lima em Santa Maria Madalena para tentar contato comercial com a missão de Exaltación de la Santíssima Cruz de los Cajuavas. Como Félix de Lima, foi mal-sucedido em seu intento de comerciar com as missões espanholas, mas, contrariamente a este, retornou ao Mato Grosso. Lá chegando, a janeiro de 1743, prestou informações sobre o que viu às autoridades portuguesas. Naquele mesmo ano, José Barbosa de Sá foi enviado ao alto Mamoré por ordem do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, para examinar o estado das missões espanholas da Província de Moxos. Acompanhava-o João dos Santos Varneque, que havia retornado com Francisco Leme do Prado.

No primeiro semestre de 1749 efetuou-se a viagem do sargento-mor João de Souza Azevedo (ou de Azevedo, ou d’Azevedo), que partiu de Belém e subiu os rios Madeira, Mamoré e Guaporé em demanda do Mato Grosso (SAIND-ADOLP, 1845, p. 10). Há dois registros quanto à natureza dessa viagem: o primeiro é encontrado em Saind-Adolp, que menciona acompanhar a viagem “várias canoas carregadas de fazendas”, o que caracterizaria o transporte monçoeiro (1845, p. 10); o segundo afirma que a expedição foi realizada com autorização do Governo Metropolitano para observação das missões jesuíticas espanholas (PINTO, 1987, p. 135). De fato, uma carta de Marco Antônio Azevedo Coutinho, secretário de Estado de Portugal ao governador do Estado do Maranhão, datada de 15 de setembro de 1748, autoriza este último a credenciar pessoa para investigar as condições da colonização espanhola no rio Madeira. Essa pessoa era Souza Azevedo (Notícias, vol. 107, p. 47). A expedição de João de Souza Azevedo possuía as duas funções. A mercantil, ou seja, permitido pelas autoridades coloniais, teria subido o Madeira em direção ao Mato Grosso com suas mercadorias e embarcações. Retribuiu a permissão praticando a espionagem sobre o estado da ação missionária espanhola naqueles rios.

Além da expedição de Félix de Lima, há notícias, embora esparsas e pouco investigadas, de outras expedições que utilizaram a rota dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé para suas investidas de caráter comercial. Fica clara nessas iniciativas a transgressão às ordens reais, tanto quanto ao que se refere à navegação no rio Madeira quanto ao comércio proibido com a colônia espanhola. Nos meses próximos à expedição de Souza Azevedo, há o registro de outra

expedição feita por Miguel da Silva e Gaspar Barboza de Lima. Os dois saíram do Maranhão e dirigiram-se ao Mato Grosso pelo rio Madeira, com suas canoas carregadas de mercadorias, que venderam em Vila Bela.

Em julho do mesmo ano, por ordem do rei de Portugal, partiu de Belém uma expedição chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado, tendo como astrônomo o mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, que tinha por objetivos observar os núcleos de colonização espanhóis na região guaporeana e fazer o mapeamento mais detalhado dos rios da região.

Destarte, na década em cujo último ano se assina o Tratado de Madri (1750), consolidando juridicamente os resultados da ação bandeirante sobre o oeste brasileiro, intensifica-se a penetração lusa no território fronteiriço do Madeira-Guaporé. Estimulado pela cobiça do ouro e do comércio, negociando clandestinamente com os espanhóis e buscando a melhor via de abastecimento com a região mineradora, o trânsito de súditos do rei de Portugal, clérigos, militares, comerciantes e mineradores ocupou aquela fronteira de tal forma que reconheceram as potências ibéricas no texto do tratado que:

...a corôa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio dos Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Java-ri, ...sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta corôa até o Cuiabá e Mato Grosso. (Tratado de Madri, 1750)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

A nova fronteira seguiu pelo rio Guaporé até o ponto médio do rio Madeira, de onde, em linha reta, seguiria para a nascente do rio Javari.

Em 1752 chega ao Guaporé o primeiro capitão-general do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura que instala sua primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. Naquele mesmo ano, por Província Régia, os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas tornam-se via obrigatória de ligação entre Belém e Vila Bela. Esse percurso será conhecido como a Monção do Norte e servirá ao comércio de todo o norte do Mato Grosso, consolidando, com a ligação desses importantes rios, a fronteira oeste. ☰

Referências

- BERREDO, Bernardo Pereira de (1748). **Annaes Históricos do Estado do Maranhão**. 3. ed., Florença: Typographia Barbêra, 1905. Vol I. Com um estudo sobre a vida epocha e escriptos do autor.
- CALÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império**. Brasília: Senado Federal, 1998. Ed. fac-similar, vol. 1. As origens. Coleção biblioteca básica brasileira.
- CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu recôncavo. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. Tomo XXV, 3º. Trimestre, pp. 437-449.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica

(1596-1626). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2011, vol. 31, n.61, pp. 317-338. ISSN 1806-9347. <//dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016>.

CASAL, Manuel Ayres de. **Corografia brasileira**, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil, composta e dedicada a Sua Magestade fidelissima por hum presbitero secular do gram priorado do Crato. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.

COELHO, Felippe José Nogueira. Memorias chronologicas da capitania de Mato-Grosso, principalmente da provedoria da fazenda real e intendência de outro. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850. Segunda Serie. Nº. 18, 2º. Trimestre, pp. 137-199.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. Tomos I e II.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2012.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1866. Vol. 29, pp. 352-390,

FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749. In: MORAES, José de; ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memorias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Rio de Janeiro: Brito & Braga; J.P. Hildebrant, 1874. Tomo Segundo.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEITE, Serafim (S. J.). **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 2000. Tomo III: século XVI, o estabelecimento. Coleção Reconquista do Brasil, volume 203.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **História da capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Contendo o escorço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay.

LIMA, Abnael Machado de. Conquista do Vale do Guaporé. **Jornal Eletrônico Gente de Opinião**. Disponível em: <www.gentedeopiniao.com/lerConteudo.php?news=8856>. Acesso em 10/01/2015.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, **Bulletin 134**. Washington: United States Government Printing Office, 1942.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORAES, José de (Pe.). História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memorias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Rio de Janeiro: Brito & Braga; J.P. Hildebrant, 1860. Tomo Primeiro.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província**. Belém: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862.

Notícias pertencentes a comunicação do Matto Grosso com o Estado do Maranhão (1748), p. 33. BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Anais**. Rio de Janeiro, 1987. Vol. 107, 191 pp.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Bandeirantes e pioneiro: as fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos. **Nova Estudos CEBRAP**, Nº37, novembro 1993, pp. 214-22.

PINTO, Emanuel Pontes. **Território Federal do Guaporé**: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil. Rio de Janeiro: VIAMAN, 2003.

PINTO, Orlando da Rocha. **Cronologia da construção do Brasil: 1500-1889**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

PONTES, Antônio Pires da Silva. Diário de Viagem de Antônio Pires da Silva Pontes. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Novidade, 1940.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thê os presentes tempos. BIBLIOTHECA NACIONAL (Brasil). **Anais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

SAIND-ADOLP, J. C. R. Milliet. **Diccionario geográfico historico e descriptivo do Imperio do Brasil**. Pariz: Casa de J. P. Aillaud, 1845. Tomo segundo.

SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção chronologica da legislação portuguesa, 1620-1627**. Lisboa: J. J. A. Silva, 1855.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. Tomo 5, 6 vols.

TAUNAY, Afonso D'Escagnolle. **História das Bandeiras Paulistas**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Há contradição quanto ao ano do descobrimento da primeira mina no Mato Grosso. Barbosa de Sá informa que foi no ano de 1734, mas Nogueira Coelho declara: Por estes douos documentos se mostra que o descobrimento de Mato-Grosso tem sua incerteza em quanto ao captiveiro do gentio, e que em quanto às suas minas ellas não tiveram descobrimento antes do anno de 1737. (COELHO, 1850, p. 151).

Um sucessor para o Leopard 1A5BR no Exército Brasileiro

Um estudo prospectivo

*Eduardo Atem de Carvalho**

*Rogério Atem de Carvalho***

Introdução

De todos os grandes sistemas de armas terrestres, nenhum é mais decisivo para a vitória que o carro de combate (CC). Um século se passou desde sua introdução nos campos de batalha de Flandres e, desde então, embora sua morte tenha sido prevista por diversas vezes (MACKSEY, 2008), a cada novo conflito, a cada nova modalidade de guerra, ele ressurge decisivo. Seu emprego correto ainda garantirá por muitos anos a supremacia nos teatros terrestres, seja subjugando outros CC, seja rompendo linhas inimigas ou mesmo destruindo fortificações e túneis de um inimigo furtivo.

Segundo Ancker (2012), os argumentos contra os carros de combate tomam três formas. A primeira, o CC é obsoleto porque alguma nova arma se revelou efetiva contra ele. Ao longo do tempo, podem-se citar as mais notórias: armas nucleares, armas dis-

paradas a partir de aviões, mísseis antiaéreos, mísseis antirradar e helicópteros. Segundo, o CC não pode ser usado em certos ambientes operacionais (geralmente declarado o mais importante para o combate naquela era); aqui se têm as florestas, selvas e áreas urbanas. Terceiro, o CC é inútil em alguma forma de combate (em particular aquela assumida ser a do futuro), podendo-se incluir na lista a existência de forças “invulneráveis” aos CC, tais como contra infantaria leve com características de alta mobilidade e movendo-se entre civis (terroristas e insurgentes). Ainda assim, o carro de combate tem atravessado todas as eras do combate, desde a sua invenção durante a Primeira Guerra Mundial, e está presente em todos os exércitos modernos do mundo. O autor prossegue apresentando a questão: por quê? E ele afirma que a existência do CC não está condicionada a ser um sistema de armas autossuficiente: grande, com lagartas, pesadamente blindado, dispondo de uma torre móvel equipada com

* Ten R/2 Cav (CPOR-RJ/83), graduado em Engenharia Mecânica (UFF), mestre em Engenharia Mecânica (PUC-RJ), doutor em Engenharia Mecânica (Texas A&M University), professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

** Bacharel em Informática (UFRJ), mestre e doutor em Engenharia de Produção (UENF), professor titular do Instituto Federal Fluminense e diretor do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, instrutor (Temp.) da Escola Superior de Guerra nos cursos CAEPE, CSIE e CTEAD. Foi aluno da Turma 1987-89 da Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

armas e empregado em grandes quantidades. O que sobrevive é o conceito de armas combinadas, usando poder de fogo abrigado e móvel como base.

E continua afirmando que o estudo da guerra ao longo da História revela a necessidade de três capacidades essenciais para o combate terrestre: a habilidade de mover pelo campo de batalha para ganhar posição de vantagem (mobilidade), a habilidade de desferir um golpe capaz de destruir ou desmoralizar o inimigo (choque ou potência de fogo) e, por fim, a habilidade de resistir aos golpes contrários desferidos pelo inimigo (proteção). Na verdade, existe o ressurgimento do interesse dos exércitos pelos CC, com o aumento de suas possibilidades de emprego, refletido pelo anúncio recente do desenvolvimento de novos CCs, tais como o alemão, o russo, israelense, coreano, além da reversão da aposentadoria da frota de diversos países da OTAN. O que os muitos críticos não observam é que o que permanece não é o CC em si, mas a combinação de Armas que é construída em torno da mobilidade e do poder de fogo blindado, seja construído em torno de um CC convencional ou de outra plataforma.

Os carros de combate e a evolução da guerra

A história militar é pródiga em desmentir os argumentos contra o emprego dos CC quando do surgimento de alguma arma “definitiva” que vai neutralizá-los, a ponto de torná-los inviáveis. A razão é óbvia: um adversário sempre irá tentar achar um meio de tornar ineficazes as possibilidades do ou-

tro. E deste fato irão surgir soluções táticas e tecnologias que rapidamente irão neutralizar ou tornar relativa a eficiência de um sistema de armas recém-surgido. O trabalho de Ancker (op. cit.) apresenta diversos contraexemplos para as três formas de críticas aos CC. Existem mais referências disponíveis, e o último tabu a cair foi o emprego de formações blindadas em áreas urbanas (Kendall, 2006; Carvalho e Carvalho, 2016). Listam-se as armas cuja entrada em serviço levou ao inevitável anúncio do fim da era dos CC e o que de fato aconteceu.

Entrada em serviço de armas anti-carro disparadas a partir de aviões. Com a entrada em serviço de aviões especializados na destruição de CC, como os Ju-87 Stuka, Il-2 Sturmovik, Hawker Typhoon etc., ao final da Segunda Guerra Mundial, muitos previram que seria impossível para os CC continuarem a existir (MACKSEY, 1971). A previsão falhou ao não levar em conta a necessidade da total superioridade aérea para a materialização do ataque ao solo e que, mesmo durante a Primeira Guerra do Golfo, todo o poderio aéreo aliado falhou em destruir as formações blindadas do Iraque, o que só foi atingido quando os CC aliados os confrontaram (CLANCY, 1994). O fetiche do poder aéreo como a arma absoluta a reinar nos campos de batalha levaria Israel a sofrer sua única derrota na história, na Segunda Guerra do Líbano, diante do Hezbollah (FARQUHAR, 2012).

Quando as imagens e relatos da Guerra do Yom Kippur começaram a atingir o mundo, inundando TVs e jornais com fotos de carcaças de CC destruídos por mísseis anticarro, surgiu uma perturbadora possibili-

dade: agora bastaria uma dupla de infantes a pé para destruir um CC, disparando um míssil a milhares de metros de distância. Ao fim das hostilidades, porém, outra realidade emergiu: no desespero da contraofensiva, Ariel Sharon vislumbrou uma brecha entre os 2º e 3º exércitos egípcios e, sem esperar pela chegada de sua infantaria, atacou sem a proteção da mesma. Virou a maré da batalha, mas pagou caríssimo por isso (EVEN, 2017). Depois do conflito, os CC foram rapidamente adaptados com novas blindagens, e reforçou-se a necessidade do emprego conjunto com a infantaria e a engenharia de combate. Os mísseis podem fornecer potência de fogo, mas não oferecem proteção contra a ação da infantaria inimiga, afora seu alto custo de aquisição. Foram, portanto, incorporados aos arsenais modernos e relativamente neutralizados. Os conflitos recentes no Oriente Médio voltaram a provar a supremacia das forças-tarefas blindadas nos campos de batalha.

O surgimento do helicóptero de ataque causou outro forte tremor nos campos de batalha e chegou a ser apresentado pelos seus defensores como a arma tática definitiva do combate moderno. Tipicamente tão ou mais caros que um avião caça de mesma geração e armados com mísseis que custam cerca de US\$ 100.000 cada, como Hellfire e o Brimstone, requerem horas de manutenção equivalentes a um sistema sofisticado de armas. São vulneráveis a outros helicópteros, mísseis antiaéreos portáteis, aviões de ataque turboélice, como o A-29 Super Tucano, e canhões de emprego geral em torres automáticas, tais quais o ZSU 23-4. O fim da União Soviética evitou o confronto apocalíptico esperado entre helicópteros de ataque

da OTAN e os CC do Pacto de Varsóvia, e a substituição das frotas terrestres pelas aéreas nunca ocorreu. Ao contrário, os dois sistemas se tornaram complementares. Ancker (op. cit.) apresenta alguns terrenos que já foram considerados como impraticáveis para o emprego de CC, mas que acabaram sendo palco de diversas batalhas protagonizadas pelos mesmos.

Florestas eram julgadas impenetráveis por carros de combate. A premissa era tão arraigada que os Aliados foram surpreendidos duas vezes no mesmo lugar, nas Ardenas, pelas formações blindadas alemãs na Segunda Guerra Mundial. Em 1940, a Linha Maginot foi tornada inútil por um envolvimento através da floresta. E em 1944, os americanos foram surpreendidos por um contra-ataque alemão vindo, de novo, da mesma direção geral (HORN, 2007).

Selvas com solo plano também foram consideradas impenetráveis. A experiência japonesa na campanha de conquista do sudeste asiático foi totalmente ignorada por aqueles que assim decretavam. Os Marines usaram centenas de M4 Shermans nas retomadas das ilhas do Pacífico, mas isso foi totalmente apagado. E mesmo a imagem de M-113 e M-41 manobrando nos rios e planalto central do Vietnã (ANCKER, op. cit.).

Cidades. Este último tabu, como mencionado acima, caiu recentemente, com a atuação dos CC em patrulhas no Iraque, sendo estes os únicos veículos realmente capazes de entrar e sair das zonas vermelhas. As referências anteriormente citadas narram com detalhes.

Um dos cenários considerados classicamente mais adversos para o emprego dos

CCs é seu uso em áreas urbanas (ANKER, op. cit.), consequentemente os CC seriam incapazes de lidar com guerrilheiros, terroristas ou qualquer forma de tropa leve atuando em áreas densamente urbanizadas. As operações realizadas pelas Forças Armadas de Israel, com emprego maciço de formações blindadas acabaram provando que é possível e recomendável o emprego de forças blindadas nesta situação, caso estas estejam preparadas para tal (ISRAEL DEFENSE, 2016). O Exército russo passou por experiência traumática na Chechênia (GEIBEL, 2001) e está retornando ao emprego de blindados em preparação para emprego em conflitos assimétricos, com ênfase nos novos blindados de transporte de pessoal (Armata T-15).

A importância dos carros de combate para o Exército Brasileiro

O Brasil tem um imenso território, e a Região Sul e Roraima apresentam regiões indicadas para viaturas sobre lagartas. Adicionalmente, o país apresenta um longo histórico de participação em forças de paz e mesmo envio de tropas em caso de guerra, para campos de batalhas distantes, tornando a necessidade de uma frota de CCs aptos a defender o território nacional, bem como ser enviados a diversas partes do mundo, uma necessidade constante. Desde os anos 80 que o Exército busca uma solução que o permita ter um “carro de batalha” de primeira linha, mas infelizmente não logrou êxito apesar dos esforços (BASTOS, 2011; DEFESANET, 2012). Hoje, o Brasil conta como seu principal veículo o CC Leopard 1A5BR, que elevou o nível de adestramento

e disponibilidade das guarnições blindadas e permitiu o emprego de simuladores, táticas e técnicas de padrão OTAN. E, a partir do material importado original, hoje é possível simular exercícios conjuntos com outras Armas (DEFESANET, 2016). Porém, este CC já atingiu seu limite como material de primeira linha, mesmo no cenário sul americano (JERCHEL, 1998), e mais ainda se o Brasil pretende participar em forças de paz da ONU que tenham impacto maior, em especial no Teatro Africano, onde sua relação mais próxima com as ex-colônias portuguesas indica, no futuro, ações de imposição de paz e não somente de manutenção de paz. Não é possível pensar no Exército Brasileiro (EB) nas próximas décadas ainda contando com material adequado a confrontos com inimigos armados com material fabricado até os anos 70 a 90 (contando as modernizações) do século passado. Não será essa a realidade a ser enfrentada nos teatros de operação previstos.

Dispor de uma família de blindados moderna e ao mesmo tempo econômica e tecnologicamente viável é um grande desafio para o Comando da Força Terrestre. Mas é também inadiável. Nesse sentido, este trabalho não pretende esgotar o assunto, apenas compartilhar algumas reflexões com o público especializado, estimulando o debate. Para uma visão aprofundada da complexidade do processo de aquisição de material bélico estrangeiro pelo Brasil, recomenda-se a leitura do trabalho seminal do Ten Cel Emerson Pângaro (Pângaro, 2015), que aborda as questões legais nacionais e internacionais, bem como econômicas, do processo.

Produção de um carro de combate: questões industriais

Ter o máximo possível de independência quanto ao fornecimento da nova solução para carro de combate do EB é desejável, por motivos estratégicos óbvios: não faltam na História exemplos de países que tiveram o fornecimento de armas, munições e componentes cortado nos momentos mais necessários, como o clássico caso das aeronaves Mirage 5 para Israel (Israel Defense, 2015) e, mais próximo, o caso dos mísseis Exocet para a Argentina na Guerra das Malvinas (Freedman, 2005). A decisão de o que produzir em um CC, porém, não é trivial, como não é quando se trata de qualquer produto complexo. No Brasil já temos história de programas bem-sucedidos neste sentido, como por exemplo, o Super Tucano, projetado especificamente para atender à Doutrina da FAB, e que ainda se mostrou um sucesso industrial e comercial. O Super Tucano possui uma boa combinação de subconjuntos de projeto e fabricação inteiramente nacionais (como a estrutura), passando por outros nacionalizados e adaptados no país (como a aviônica), até aqueles importados (como o turbopropulsor). Outro projeto que caminha para uma solução similar é o da família de blindados Guarani.

A forma de se avaliar o que produzir de um carro de combate e, essencialmente, de qualquer produto final complexo, passa por dois aspectos principais, que são o domínio das tecnologias envolvidas e a necessária escala industrial para manter os custos de produção controláveis. Estes aspectos serão analisados a seguir.

O domínio das tecnologias

Este item refere-se ao corpo de conhecimentos necessários para produzir em solo nacional os componentes que se desejam. Este domínio, por sua vez, pode-se dar de duas formas, desenvolvendo a tecnologia ou adquirindo a tecnologia:

- a) Desenvolver a tecnologia: traz maior independência e benefícios em termos de aplicações duais (em outras áreas), além de formação de pessoal. Como desvantagem, consome maior tempo e impõe maiores riscos. Pode não conseguir atingir em tempo hábil o nível de maturidade desejado.
- b) Adquirir a tecnologia: é mais rápido e com menos riscos. Porém, envolve dependência, inclusive de comercialização para terceiros e uso em outros projetos; não forma recursos humanos com tanta profundidade de conhecimentos quanto ao desenvolvimento; e existem questionamentos sobre se é realmente possível “absorver” tecnologia. O elemento de custos também pode ser questionado, visto que a tecnologia adquirida envolve pagamento de *royalties* e limites à comercialização, o que pode reduzir a escala e influenciar nos custos.

Em resumo, desenvolver significa assumir menor risco comercial e estratégico, porém com maior risco tecnológico, enquanto que adquirir, significa o oposto: ter menos risco tecnológico e mais comercial e estratégico.

Escala industrial

A escala industrial refere-se basicamente à quantidade economicamente viável

para se produzir um determinado produto. Por vezes, a análise da escala industrial aponta soluções que se opõem às questões tecnológicas vistas anteriormente, portanto, critérios de avaliação da escala devem ser cuidadosamente levados em conta, como visto a seguir.

Critérios de avaliação

Deve-se notar que, atualmente, desenvolver a tecnologia não significa necessariamente produzi-la. Como exemplo, tem-se o casco da viatura blindada de combate de infantaria (VBCI) Namer, israelense, projetado em Israel, mas fabricado nos EUA, por questões de disponibilidade (custo) de instalações industriais (ZIDON, 2012). Assim, deve-se considerar que, para cada subconjunto, seu desempenho relativo aos objetivos do processo decisório (utilidade) deve ser medido quanto aos aspectos tecnológicos e de fabricação. Por sua vez, cada um desses aspectos é avaliado por duas variáveis:

a) Custo: refere-se ao esforço financeiro para desenvolver e/ou produzir determinado item; quanto maior, pior quando comparado à alternativa concorrente. Por exemplo, quanto maior for o custo de produzir o tubo do canhão, melhor será adquiri-lo pronto.

b) Criticalidade: refere-se a quão estratégico para a organização, no caso o EB, é dominar a tecnologia e/ou fabricação daquele item; este critério, por vezes, se opõe ao custo. Em outras palavras, o alto custo pode indicar a não fabricação, mas a sua criticalidade pode indicar o contrário.

Conforme citado anteriormente, fica ainda mais clara a opção de que, por vezes, vale mais a pena dominar o projeto do que propriamente a fabricação de determinados itens.

Modelo decisório

É possível produzir um modelo decisório “multicritério”, que, em face das alternativas existentes, conduza a um plano de produção e/ou nacionalização consistente. Deve-se compreender, porém, que este plano será dinâmico, devido à janela de tempo de produção. Naturalmente, quanto mais tempo previsto para produzir a quantidade necessária para equipar o EB, maior será o risco de o plano ser impactado por questões orçamentárias, cambiais e macroeconômicas. Como está fora do escopo deste artigo apresentar tal modelo em detalhes, apresenta-se aqui apenas sua base:

- Objetos – subconjuntos do CC
- Aspectos – tecnologias e fabricação
- Critérios – custo e criticalidade

Como exemplo, tem-se o subconjunto sistema de pontaria, formado por *hardware*, *software*, sistemas ópticos e sistemas termo-ópticos. Para cada item do subconjunto, devem ser avaliados os aspectos tecnológicos e de fabricação, sob a luz de custos e criticalidade. Tome-se o *hardware* do sistema de pontaria (simulação proposta, de acordo com a visão dos autores):

- Quanto a desenvolver ou adquirir tecnologia: dada a base tecnológica nacional na área, é possível desenvolver a tecnologia (projetar o *hardware*) em tempo hábil e com

a qualidade desejada — ao menos do processador central. Sua criticalidade é alta, e seu custo é de desenvolvimento é médio.

- Quanto a fabricar a tecnologia: novas tecnologias de produção de circuitos impressos permitem fabricá-los em pequenos lotes a custos baixos (Anderson, 2004), porém, deve ser considerado o processador. Neste caso, seria recomendável adquirir algum “de prateleira” (*component off the shelf* – COTS), sem restrições de aquisição e baixo custo. Fabricar é de alta criticalidade e baixo custo relativo. Parte dos componentes do item seria importada.

Assim, para este item específico, aponta-se para a decisão de dominar por completo o ciclo de produção, ao menos de um dos subitens, o processador, visto que seu projeto e produção dependem de uma escala muito maior, para além, inclusive, da indústria bélica apenas.

Ranking básico sugerido

Deve ser considerado que atualmente, em face do aumento da blindagem e poder de fogo das VBCI, já é perfeitamente considerável que a família de blindados¹ baseada no CC não se limite a veículos de *socorro*, de *engenharia* e *lança-pontes*, como usualmente, mas também ao blindado transporte de tropas, o que pode aumentar a escala de produção e reduzir custos tanto de aquisição quanto de operação e manutenção, custos estes que compõem o chamado *total cost of ownership* (TCO)². Nesse

aspecto, com o crescente índice de tecnologia embarcada nos veículos militares, estes estão caminhando para uma situação similar à dos modernos caças, nos quais o custo total de propriedade é de 3 a 5 vezes maior que o de aquisição, ou seja, para produtos militares de alta tecnologia, o custo de aquisição, às vezes, responde por cerca de 15-20% apenas do custo total, o restante sendo associado a componentes, serviços e munições (Herrmann et al., 2004). Isso aponta para uma solução há muito compreendida por Israel, qual seja: focar na produção dos itens estratégicos e de ciclo de vida mais curto, de maneira a unir independência e escala industrial. Explique-se: durante a vida operacional de um caça, quantas vezes se troca sua estrutura central, por exemplo? Tipicamente, nenhuma. Já componentes eletrônicos e do turbopropulsor são substituídos com frequência e, portanto, além de menores e mais baratos, terão fornecimento necessário durante toda a vida útil do equipamento. Se o país que vendeu o caça não quiser vender mais a aeronave, não há problema. O problema existe se não for possível adquirir mais peças do motor e munições. É claro que produzir partes da estrutura ainda é vantajoso, mas, quando se tem escala, seja no próprio produto, seja quando a planta produtora pode fabricar, a custos competitivos, para outros produtos.

Baseado em uma avaliação preliminar e sem ter posse dos custos detalhados de produção e projeto, os autores sugerem o seguinte ranking de subconjuntos a se nacionalizarem, com as devidas justificativas:

1) **Munições.** Prioridade máxima e absolutamente indispensável. Nenhum exército da

importância do EB pode abrir mão de ter as diversas munições para seu CC fabricadas em solo nacional, com a tecnologia completamente dominada. Depois do homem e das armas em si, as munições são o principal elemento da guerra.

2) Sistema de comunicações. Na era da *guerra centrada em redes*,³ é vital ter o domínio sobre o sistema de comunicações, primeiramente para evitar que o adversário o invada e segundo para potencializar a capacidade de combate do elemento blindado através de uma eficiente coordenação de seus meios.

3) Hardware e software do sistema de pontaria. É a alma combatente do CC. É vital ter segurança de que a eletrônica e o *software* são auditáveis, e portanto não existem *bugs* e *cavalos de troia* ou similares embutidos no sistema, em especial naqueles adquiridos de fornecedores externos. Além disso, a eficiente integração do *hardware*, *software* e sistemas ópticos e térmicos aumenta a fluidez e precisão da informação relativa aos alvos, aumentando a consciência situacional da tripulação e sendo, portanto, um diferencial no campo de batalha.

4) Elementos ópticos e termo-ópticos do sistema de pontaria. Compõem com o *hardware* e *software*, sendo um pouco menos críticos porque, embora façam parte do mesmo sistema, não permitem invasão por parte do adversário.

5) Conjunto rodante. O poder dos blindados está na sua proteção e no seu movimento, junto com o conjunto motriz, este elemento é vital. Troca de posição no *ranking* caso o CC seja de projeto integralmente nacional, ou seja, rodetes (ou rodas), esteiras e

potencialmente, amortecedores, sejam projetados exclusivamente para o modelo a fabricar. São de maior rotatividade relativa — elementos de esteiras e amortecedores são de fabricação simples e críticos.

6) Conjunto motriz. Elementos com alta rotatividade e vitais para a operacionalidade do CC. Sua produção pode ser realizada por subsidiárias dos grandes fabricantes em plantas já existentes no país. Deve-se atentar para alguns detalhes, como, por exemplo, é economicamente vantajoso fabricar o bloco do motor? ou apenas seus componentes que são trocados com mais frequência?

7) Armamento principal. Apesar de ser de suma importância, apresenta vida útil relativamente grande, e sua produção, em especial a do cano em si, é complexa e cara. Devido à sua importância estratégica, é interessante poder fabricar este elemento do canhão ou adquiri-lo e manter em estoque para trocas, caso não seja possível fabricar. Notar que, no modelo decisório proposto, este é um subconjunto de alto valor estratégico, porém de tecnologia que não vale a pena desenvolver e produzir devido aos custos envolvidos.

8) Blindagem extramóvel. É um subconjunto de classificação complexa, uma vez que, em tempos de paz, este material fica armazenado nas unidades, pouparando combustível durante exercícios e outras atividades, mas quando da participação em forças de paz, deve-se prever seu consumo e substituição em ritmo mais acelerado, em especial quando em operações envolvendo conflitos assimétricos. Sua tecnologia tende a ser mais avançada que a do casco, no caso de com-

pósitos cerâmicos, ou bem simples, como a “gaiola” anti-RPG.

9) Torre. Guarda os elementos de combate e, em termos industriais, é o elemento mecânico de maior complexidade, agregando tecnologia no que tange à blindagem. Neste aspecto, sofre também com a questão de escala, embora dominar a fabricação de blindagens compostas seja interessante do ponto de vista geral para a indústria bélica. Adicionalmente, em modernizações, geralmente a torre é afetada, portanto é interessante ter pelo menos parte do maquinário industrial para manipular este subconjunto.

10) Casco. Mais baixa prioridade de todas, é o subconjunto que agrupa menos tecnologia e o menos afetado em toda a vida útil do blindado. Sua produção só é economicamente viável se for possível usar o maquinário para outros blindados, ou seja, para poder cobrir o próprio investimento no maquinário.

Como se pode ver, a decisão de o que desenvolver e o que produzir não é simples e pode variar no tempo. Sendo assim, o plano de produção do blindado, como de qualquer outro produto complexo e que não seja fabricado massivamente, deve prever limites, que, quando ultrapassados, devem gerar mudanças nos planos de produção. Por exemplo, aumentos no dólar podem passar a justificar a fabricação de componentes que antes eram importados e vice-versa. Cortes orçamentários podem aumentar as janelas de entrega e dificultar o plano de nacionalização também — como se tem visto no Programa HX-BR, por exemplo. Outro fator preponderante é a primeira decisão a se tomar: produzir algo totalmente novo, adap-

tar um projeto existente, ou simplesmente fabricar sob licença?

O Futuro carro de combate nacional: características básicas

Que características básicas deveria ter um carro de combate nacional? A seguir, são listadas aquelas cuja natureza não se altera por longos períodos.

- a) Conjunto motor *diesel*, com cerca de 1.500HP. Ou relação peso/potência mínima de 23HP/t. Este valor representa a média atual dos carros de existentes no mercado, seus pesos de catálogo, divididos pela potência dos seus motores. Existe uma convergência bastante consistente. Como exemplo, podem-se citar o americano M1A1, com suas 65 toneladas de peso e 1.500HP de potência na sua turbina impulsora; o Merkava 4, israelense, de mesmo peso e potência, porém empregando motor a *diesel*; por fim, o alemão Leopard 2A6, ligeiramente mais leve (62,3t). A razão peso/potência deste veículo é de 23HP/t (FOSS, 2006). Pode-se considerar, porém, que, no futuro, haverá adição de blindagem composta extra ou modernizações, enquanto *kits* inteligentes, que destruam armas anticarro ainda não estiverem disponíveis — e tudo isto irá aumentar o peso da viatura.
- b) Suas lagartas não devem exercer pressão média sobre o solo maior que 1kgf/cm². Os blindados atuais brasileiros sobre lagartas têm sido capazes de operar em todo o território nacional com este parâmetro. Caso seja possível

- reduzir, melhor. Está ligado ao item acima. Este valor pode ser obtido de maneira indireta, observando que implementos agrícolas funcionam plenamente nas diversas regiões do Brasil e, então, compilando as informações disponíveis nos diversos catálogos de fabricantes e atlas de equipamentos agrários disponíveis (JAWORSKI, 1997), bem como trabalhos técnicos (HETHERINGTON 1987).
- c) Sua blindagem no arco frontal e torre permanente deve ser capaz de resistir a um disparo de canhão de 125mm russo ou 120mm ocidental. Este tipo de especificação segue as do israelense Merkava (ZIDON, 2012) e alemão Leopard 2 (JERCHEL, 1998). No restante, deve ser capaz de receber blindagem extra até equalização com o arco frontal. O mínimo é a resistência ao ataque de projétil tipo RPG.
 - d) Seu sistema de comunicação deve ser capaz de oferecer ligação eletrônica protegida para atualização de dados e de voz com o escalão superior devido e o de reserva.
 - e) Seus sensores devem ser capazes de identificar ameaças nos comprimentos de onda visíveis e infravermelho.
 - f) Sua torre disporá de canhão 120mm de alma lisa padrão OTAN, com capacidade para atualização para 130mm no futuro, como já apresentado pela Rheinmetall, uma vez que se espera que um CC tenha uma vida útil de cerca de 40 anos (JANE'S, 2016) e, durante estes, venha sofrer diversas melhorias.
 - g) Sua torre oferecerá metralhadora .50 guiada de dentro da torre, por meio de comando tipo *joystick*.
 - h) Sua torre oferecerá metralhadora 7,62x51mm para o muniçador.
 - i) Seu casco permitirá instalação futura de sensores e sistema ativo antimíssil e projétil anticarro.
 - j) A alimentação do canhão será manual. A adição do sistema automatizado eleva o custo e o peso do veículo, torna a manutenção mais complexa e o espaço na torre ainda mais confinado. A tendência se amplia com as dimensões ainda maiores do novo canhão de 130mm. A alimentação “humana” é mais rápida e “fácil” de reparar, uma vez que um combatente pesa a média de um ser humano e, em caso de ferimentos, pode ser substituído. Os sistemas empregados, por serem engenhos mecânicos, podem falhar por falta de manutenção, trepidação, impacto etc. Seu custo é multiplicado por toda a vida do veículo. Exércitos como o inglês, americano e de Israel não adotaram este sistema até hoje.
 - k) Existência de camuflagem térmica, como desenvolvida pela Suécia, podendo ser móvel (BAE SYSTEMS, 2011). A existência de sistemas deste tipo permite que o veículo ajuste sua assinatura térmica através da leitura da temperatura externa e da sua emulação por painéis cerâmicos que revestem o veículo. Estes painéis também podem assumir cores diferentes, misturando-se com as cores ao redor ou assumindo formas similares a outros objetos.

Candidatos usados

A busca de um candidato que mais se aproxime do considerado ideal e em função das características básicas citadas acima pode, em algum instante, deparar com listas como as que se seguem. Os primeiros candidatos seriam CC usados de geração mais moderna. Oferecem como grande vantagem seu custo inicial já amortecido, porém oferece vida útil bem menor e alta defasagem tecnológica. Boa parte de suas peças e sub-sistemas pode ser fabricada em território nacional. Nesta lista entram:

1) **Leopard 2A4.** É um carro com excelente construção mecânica, pode ser atualizado pela KMW em sua fábrica no Brasil e oferece uma plataforma considerada confiável por todos os seus usuários. Sua vantagem é que o custo do veículo somado ao do *kit* que transforma sua versão para A7, incluindo troca de motor, caixa de câmbio, suspensões e atualização de eletrônicos, pode-se revelar não sendo vantajoso diante dos interesses políticos que se apresentam quando da compra de um veículo novo (por exemplo, as contrapartidas de exportação pelo Brasil). O preço unitário pode ser estimado por compra realizada pelo Canadá (DEFENSE UPDATE, 2007).

2) **M-60 Sabra Mark-III.** É um *kit* desenvolvido por Israel para o Exército da Turquia como solução temporária até que este decida sobre qual será seu novo modelo de CC. Permite que antigos blindados M-60 recebam extensas modificações, com substituição de canhão para unidade de 120mm, sistema hidráulico e eletrônicos, além de blindagem extra (ARMY TECHNOLOGY,

2017). Tem como vantagem o baixo custo e como desvantagem a obsolescência geral do veículo básico antes da reforma. O Brasil possui uma centena dos modelos A3 TTS, que podem ser convertidos em modelo com características e recursos bem atuais. Esses *kits* já foram extensivamente testados em combate nas versões conhecidas em Israel como a família “Magash”. Seu peso final, na versão Mark II, chega atingir 59 toneladas, movendo-se a até 55km/h, e equipado com motor Continental AVDS-1790 Diesel (EUA) ou MTU MT 881 KA-501 (Alemanha), ambos com cerca de 1.000HP. Esses veículos podem armazenar 500 litros de óleo *diesel*. É uma solução transitória, que talvez apresente problemas de mobilidade no Brasil, porém pode ser um veículo temível ao dispor de um canhão de 120mm e capacidade de resistir a disparos de canhões de 125 mm e mísseis em todo o arco frontal e de alta sobrevivência em campos de batalha, uma vez que, ao contrário do modelo original, não emprega circuitos hidráulicos de alta pressão para acionar a sua torre ou armamento, tornando-se, por exemplo, o núcleo de ação de choque das forças-tarefas lideradas por RCB (regimento de cavalaria blindado) (ISRAEL DEFENSE, 2017).

3) **IVECO Ariete Mk2/ C2.** Carro de combate produzido pela Iveco e Oto-Melara para o Exército Italiano. Conta com motor de 1.200HP e blindagem tradicional. Não se sabe se será posto à venda com a possível entrada da geração seguinte de CC. Além disso, requer extensas modificações para atingir os patamares especificados.

Destes, apenas o Leopard 2A4 pode ser uma opção a ser considerada mais se-

riamente, neste estágio. As outras opções requereriam investimentos desproporcionais aos benefícios e só se explicariam caso já houvesse uma frota antiga de tais veículos disponíveis no país.

Candidatos novos

A segunda lista pode ser composta de blindados novos, ainda em fabricação. São estes:

4) Leopard 2A7. O modelo novo do Leopard parece incorporar todas as lições recentes aprendidas em conflitos atuais. Divide também a geração com o modelo chamado de Leopard “Evolution”, ainda fora de produção, apresentado apenas como protótipo em feiras especializadas. Como não chega a ser produzido em quantidades de dezenas de milhares, como os modelos americanos e russos, tende a ter um custo inicial maior. Porém oferece como troca uma filial da fábrica em território nacional.

5) IVECO Ariete Mk2/ C2. Está prevista sua volta à produção, pelo consórcio Iveco e Oto-Melara. Seu novo modelo deverá receber motor de 1.500HP, nova suspensão e controle de fogo, além da obrigatória atualização na blindagem. O Brasil já estabeleceu fortes laços fabris com o consórcio e seria um parceiro natural. Como desvantagem, o fato de não ter tido grande aceitação no mercado mundial. Seria um competidor secundário, diante do Leopard 2 ou de um projeto nacional.

6) Uralvagonzavod T-90. Embora caminhe para ser substituído pelo T-14 Armata, estes veículos da era pós-soviética estão sendo fabricados e já são usados por Argélia,

Índia e antigas repúblicas soviéticas (ZALOGA, 2017). Esta versão moderna do T-72 poderia interessar ao Exército Brasileiro, embora não exista tradição de compra deste tipo de material terrestre pelo Brasil, e o espaço confinado nas torres dos modelos da antiga União Soviética seja proibitivo do ponto de vista ergonômico. Em caso de concorrência internacional, será, sem dúvida, um dos modelos oferecidos.

7) US Army M1A2. Normalmente este CC não entraria nas listas, por ser movido à turbina, o que eleva em demasia o consumo de combustível e reduz a autonomia real do veículo a pouco mais de 150km em combate, valores pífios para um país das dimensões do Brasil e sem a colossal capacidade logística americana. Sua versão A2 tem o custo médio, para o US Army, de aquisição (inicial), de cerca de US\$ 6,21 milhões de dólares (USDOD, 1999), é um veículo com características expedicionárias e com 10.000 unidades ao total, fabricadas. Como desvantagem, tem, além do já mencionado curto raio de ação, a manutenção cara e todas as exigências que são impostas quando se compra material bélico “*made in USA*”.

8) Outros fornecedores. Existem outros países, como Índia, Paquistão, China, Coreia, Japão, Suécia, França etc., que também desenvolveram CC para suas necessidades e possíveis teatros de operação. As dificuldades de exportação são imensas, fora do seletivo clube que detém imensos recursos financeiros, máquina de propaganda e desinformação, capacidade de superar qualquer bloqueio imposto por órgãos multilaterais etc. Contar com estes fornecedores é ainda mais arriscado, porque se vergam facilmente

diante da pressão de países, ONGs e órgãos de mídia nacionais atuando a soldo de interesses estrangeiros.

Por fim, existem as possíveis soluções que, de fato, acreditamos, interessam ao Exército Brasileiro: soluções nativas ou coligadas, que permitirão um forte grau de autonomia em médio e longo prazo nesta área.

9) Modelo totalmente nacional. Um modelo totalmente nacional, apenas tendo como base modelos já existentes, é um sonho antigo do Brasil. Houve algumas tentativas ao longo de nossa história, ao final dos anos 1980 e início dos 1990, que infelizmente não lograram sucesso. Eram modelos simples e de transição, mas cumpriam seu papel e apresentavam as vantagens e desvantagens já discutidas. É um modelo de altíssimo risco em um país onde as autoridades civis e boa parte dos formadores de opinião não têm conhecimento básico sobre a área de Defesa e tenderão a gerar um veículo naturalmente limitado, já que não existe mais conhecimento humano atualizado e acumulado nesta área da indústria brasileira. Tecnicamente, é baixa a probabilidade de um projeto destes gerar um protótipo viável em menos de uma década.

10) Modelo de projeto estrangeiro e nacional — fabricação nacional parcial. Aqui se enquadra a maior glória e maior amargura da indústria bélica terrestre nacional: o carro de combate EE Osório. Projeto em conjunto da Vickers britânica com a Engesa brasileira, era um dos melhores CC de sua geração (Dunstan, 2006). Este modelo representa altíssimo risco para qualquer empresário brasileiro, uma vez que os custos de se desenvolver um sistema de armas como

este não encontrarão apoio nem retorno do Governo Federal. É verticalizado e de longa maturação. Inclui a fabricação de itens de alto custo e baixa prioridade no país.

11) Modelo especificação nacional projeto estrangeiro — fabricação nacional parcial. Hoje é a alternativa mais segura de se ter um uma família de carros de combate de primeira linha, com chance de ser fabricado em território nacional, ainda que parcialmente. Para desfletir os imensos custos de uma empreitada como esta, o EB poderá optar por estabelecer os parâmetros de projeto e certas características finais que obrigatoriamente deseja ter no veículo bem como um índice de nacionalização realista e que de fato vise às peças que sejam de alta rotatividade. Dessa forma, é possível fabricar relativamente pequenas quantidades de blindados, sem comprometer a qualidade nem explodir os custos. Por exemplo, o EB poderá optar por fabricar o casco do CC e a estrutura básica da torre na Alemanha — já que não existe reposição prevista ao longo da vida para estas duas peças —, importar os tubos de canhão, motor e caixa de redução e fabricar a eletrônica e partes consumíveis da suspensão, componentes elétricos, conjuntos de partes das lagartas, torre remota móvel, sensores críticos, assentos, rodas, partes consumíveis dos motores, itens de comunicação e tudo o que for crítico e de alta taxa de substituição, como já descrito.

Conclusões

Para que o Exército Brasileiro tenha sucesso na busca, definição e implementação de um plano para provê-lo de car-

ros de combate de primeira linha, com a devida independência de fornecedores externos, a solução que parece ser mais viável dentro da realidade atual é a fabricação de subconjuntos que, ao longo da vida útil da viatura — que, em tempos de paz, pode chegar a 30 anos —, necessitam ser substituídos com maior frequência. A título de comparação, os estudos britânicos que levaram ao desenvolvimento do

CC Challenger I chegaram à conclusão de que seria necessário fabricar um mínimo de 500 unidades para se justificar o custo de toda a empreitada, isso levando-se em conta que o Reino Unido já dispunha de indústria bélica madura, economia saudável e sanidade fiscal quando este número foi definido. Portanto, buscar uma solução economicamente viável no longo prazo parece ser a melhor saída para o Brasil. ☈

Referências

- ANCKER, C. “Whiter Armour?”. **Military Operations**, vol 1, issue 2 no. 2, fall 2012, pp. 4-8.
- ANDERSON, D. M. **Build-to-order & Mass Customization**. Cambria: CIM Press, 2004.
- ARMY TECHNOLOGY, “**Sabra M60A3 Main Battle Tank Upgrade, Israel**”, disponível em: <www.army-technology.com/projects/sabra/>. Acesso em 26/09/2017.
- BAE SYSTEMS, “**ADAPTIV – A Cloack of Invisibility**”, 2011, disponível em: <www.baesystems.com/en/feature/adativ-cloak-of-invisibility>. Acesso em 26/09/2017
- BASTOS, E. C. S. **Blindados no Brasil**: Um Longo e Árduo Aprendizado. Vol. 1. Bauru, SP: Taller Comunicação, 2011.
- CARVALHO, E. A.; CARVALHO, R. A. **Guerras Assimétricas e as Transformações Decorrentes nos Ramos Operativos dos Exércitos**: Como os Conflitos Assimétricos forçam a Adição de novas Habilidades em Cada Ramo Específico das forças Blindadas. Olinda: Livro Rápido Editora, 2016.
- CLANCY, T. **Armored Cav**: A Guided Tour of an Armored Cavalry Regiment. New York: Berkley, 1994.
- DUNSTAN, S., BRYAN, T. **Challenger 2 Main Battle Tank 1987-2006**. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2006.
- DEFENSE UPDATE, “**Canada Acquires 120 Leopard 2 Tanks from German, Dutch Surplus**”, Disponível em: <defense-update.com/newscast/0407/news/160407_leo2.htm>. Acesso em 26/09/2017.
- EVEN, J., Maoz, S. B. At the Decisive Point in the Sinai: Generalship in the Yom Kippur War. **Foreign Military Studies**, Lexington, 2017.
- GEIBEL, A., “Some Russian Tankers’ Experiences In the Second Chechen War”, **Armor Magazine**, Fort Benning, GA, pp. 25-28, july-august (2001).

GOTT, K. D. **Breaking the Mold**: Tanks in the Cities. Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute, 2006.

DEFESANET. “**Uma história belicosa**”, 2012, Disponível em <www.defesanet.com.br/defesa/noticia/6771/uma-historia-belicosa>. Acesso em 25/09/2017.

DEFESANET. “**Simulador de Apoio de Fogo é ativado em Santa Maria**”, 2016. Disponível em <[www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/22611/EB---Simulador-de-Apoio-de-Fogo-e-ativado-em-Santa-Maria-\(RS\)/](http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/22611/EB---Simulador-de-Apoio-de-Fogo-e-ativado-em-Santa-Maria-(RS)/)>. Acesso em 25/09/2017.

FARQUHAR, S. C. **Back to Basics**: A Study of the Second Lebanon War and Operation CAST LEAD. [s.l.]: Amazon Digital Services LLC, 2012.

FOSS, C. F. **Jane's Tank Recognition Guide**. 4th ed., Smithsonian, 2006.

FREEDMAN, L. The Official History of Falkland Campaign, Volume II: War and Diplomacy. Londres: Taylor & Francis, 2005.

HERRMANN, J. W. et alli. **New Directions in Design for Manufacturing**. In: 8th Design for Manufacturing Conference, Proceedings of the ASME 2004 International Design Engineering Technical Conferences, Volume 3d, USA, 2004.

HETHERINGTON, J. G. and LITTLETON, I., “The Role of the Mean Maximum Pressure in Specifying Cross-Country Mobility for Armoured Fighting Vehicle Design”, **Journal of Terramechanics**, vol. 24, no.4, pp. 263-280, 1987.

HORN, A. **To Lose a Battle**: France 1940. New York: Penguin Books, 2007.

ISRAEL DEFENSE, “**On the Way to the Tunnels**”, issue no 32, may-june 2016, pp 76-80.

ISRAEL DEFENSE, “**Israel has no problem developing a fighter aircraft – the problem is money**”, 2015. Disponível em <www.israeldefense.co.il/en/content/%E2%80%9Cisrael-has-no-problem-developing-fighter-aircraft-%E2%80%93-problem-money%E2%80%9D>. Acesso em 25/09/2017.

ISRAEL DEFENSE, “**Turkish Tank Crew Saved by Israeli Armor**”, Disponível em: <www.israeldefense.co.il/en/content/turkish-tank-crew-saved-israeli-armor>. Acesso em 26/09/2017.

JANE'S 360, “**Gun for the future Tanks**”, 2016, Disponível em: <www.janes.com/article/61205/gun-for-future-tanks-es2016d1>. Acesso em 25/09/2017.

JAWORSKI, T. **Equipamentos Para Escavação – Compactação e Transporte**. Disponível em: <www.dtt.ufpr.br/Equipamentos/Arquivos/Apostila%20de%20Equipamentos%20Digitalizada_Tadeo_Jaworski.pdf>. Acesso em 26/09/2017.

JERCHEL, M. **Leopard 2 Main Battle Tank 1979-98**. Oxford, UK: Osprey Publishing, 1998.

MACKSEY, K. **Tank Warfare**: A history of Tanks in Battle. London: Granada Publishing Limited, 1971.

MACKSEY, K. **Tank Versus Tank: The Illustrated Story of Armoured Battlefield Conflict in the Twentieth Century**. London: Grub Street Publishing, 2008.

PÂNGARO, E. L. A. Aquisição de Material de Defesa Pelo Brasil: Prós e Contras. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 60, p. 43-62, jan./jun. 2015.

USDOD, “**Department of Defense – Annual Report FY 99**”, disponível em: <www.globalsecurity.org/military/library/budget/fy1999/dot-e/army/99m1a2.html>. Acesso em 26/09/2017.

ZALOGA, S. J. **T-90 Standard Tank: The First Tank of the New Russia**. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2017.

ZIDON, O. **Armored Fighting Vehicles of the Israely Defense Force in the 21th Century**. Lihue, HI: Wizard Publications, 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Conjunto de diferentes tipos de blindados que compartilham componentes de projeto e construção comuns e integrados, como, por exemplo, grupo motriz, transmissão e chassis.

² Em Português: custo total de propriedade.

³ Do Inglês *network centric warfare*, é uma doutrina que busca converter uma vantagem informativa, oferecida pelas tecnologias da informação e comunicação, em uma vantagem competitiva através da integração de uma rede de forças, geograficamente dispersas, porém bem conectadas e informadas.

O 7º Corpo de Voluntários da Pátria

De São Paulo ao Paraguai

*Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Introdução

Os Corpos de Voluntários da Pátria foram a solução encontrada pelo Império brasileiro para enfrentar a invasão paraguaia de seu território. As unidades de voluntários foram numeradas do 1º ao 57º, mas precisar sua quantidade exata é tarefa difícil, visto que muitas foram renumeradas, algumas, fundidas em outras unidades e outras, extintas.¹

Embora os Voluntários da Pátria tenham sido, no contexto global da Guerra do Paraguai, bem-sucedidos, com determinados corpos se destacando até mesmo entre as unidades de linha do Exército, alguns foram severamente afetados pelas doenças e pela elevada quantidade de baixas. Esse foi o caso do 7º Corpo de Voluntários da Pátria (CVP), objeto do presente estudo, que, em razão das perdas sofridas, terminou sendo extinto em 1866, e seus remanescentes, distribuídos para o 35º CVP (DUARTE, 1980).

O apresamento pelos paraguaios do navio brasileiro Marquês de Olinda, que fazia a linha entre Montevidéu e Corumbá, em 12 de novembro de 1864, e a subsequente invasão do território brasileiro pelas forças de

Solano López, desencadeou o maior conflito já ocorrido na América do Sul, unindo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

A situação do Exército Imperial brasileiro em 1864 não era das mais favoráveis para enfrentar um inimigo agressivo, como se apresentaram os paraguaios. O descaso do governo e a falta de interesse da sociedade para com os assuntos militares haviam deixado o Exército em situação de vulnerabilidade. Os soldos eram baixos e estavam estagnados desde 1825; o recrutamento era, frequentemente, realizado à força, arregimentando desocupados e desqualificados; e o efetivo total da força era claramente insuficiente para atender as necessidades defensivas do Império.

Em razão da baixa prioridade dada pelo governo, faltava praticamente tudo aos soldados: os quartéis eram pequenos e desconfortáveis, a alimentação era restrita a uma refeição quente por dia, o fardamento era “despadronizado” e de qualidade inferior e o armamento era escasso e obsoleto. Dionísio Cerqueira, que durante a guerra assentou praça como soldado e chegou ao posto de tenente, descreveu a situação de carrestia do Exército Imperial:

* Cel Art R/1 (AMAN/ 91, EsAO/99), sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), professor do curso de pós-graduação em História Militar da Unisul, Palhoça-SC; mestrandos em História do Brasil (Universidade Salgado de Oliveira, Niterói-RJ). (cdaroz@yahoo.com.br)

O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o prepraro indispensável para a guerra até o comissariado de víveres e forragens, o serviço sanitário, o aprovisionamento de armas, fardamento, equipamento, meios de transporte etc. (CERQUEIRA, 1980, p.63)

O descaso do Império para com o Exército tinha suas origens no período regencial, quando a força terrestre passou a ser vista com desconfiança pelas autoridades imperiais, em razão da participação de oficiais e soldados em motins, rebeliões, tumultos e revoltas. Para salvaguardar seu poder político, por meio de um caráter militar, o Império criou, em 1831, a Guarda Nacional, instituição presente em todas as províncias do país, ligada às oligarquias regionais, que se constituía em um mecanismo de controle da população eficaz e de baixo custo (CARVALHO, 1988). Com missão definida em lei de

defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública [...],²

a Guarda Nacional foi utilizada pelo governo como um contraponto ao Exército Imperial, fazendo com que a simples existência das duas instituições com finalidades análogas contribuísse para o desprestígio da força terrestre.

Quando invadiu o território brasileiro, o Paraguai possuía uma população de cerca de 400.000 habitantes, dos quais 77.000 pertenciam ao exército (57.000 na ativa e 20.000 reservistas). O Brasil, mesmo

possuindo aproximadamente 9.100.000 habitantes, possuía um exército muito menor, com apenas 18.320 homens, embora o efetivo da Guarda Nacional fosse estimado em 200.000 soldados (ALMEIDA, 2010).

No que diz respeito à articulação, o Exército Imperial encontrava-se com a maioria de suas unidades concentradas no sul do país, devido às campanhas empreendidas na região do Prata, particularmente a guerra contra Aguirre, no Uruguai. No Rio Grande do Sul, estavam estacionados cerca de 6.000 homens, constituindo o “Exército do Sul”; no Mato Grosso, o efetivo total reunia 875 soldados do exército e 231 guardas nacionais; no Uruguai, perto de Montevidéu, havia 9.466 homens, sob as ordens do brigadeiro Manuel Luís Osório, com quartel-general instalado em Pissandu (FROTA, 2000). Quase toda a infantaria brasileira já se encontrava no Sul.

Diante da constatação de que a guerra seria prolongada e em face da quantidade elevada de baixas provocadas pelos combates, o Governo Imperial verificou a necessidade de recompletar os claros abertos nas fileiras das unidades e ampliar o tamanho do Exército. Apesar de dispor de uma numerosa Guarda Nacional — cerca de 200.000 soldados —, as oligarquias escravagistas que controlavam a instituição em nível regional dificultavam o fornecimento de homens para a guerra, temendo desguarnecer suas áreas de influência política e perder o controle da população.

A solução encontrada foi recorrer ao voluntariado, o que ocorreu logo nos primeiros dias de 1865.

Voluntários e compulsados

O efetivo do Exército Imperial fixado em lei³ era de 18.000 praças para circunstâncias ordinárias e 24.000 para situações extraordinárias, podendo, ainda, esse quantitativo ser reforçado por 4.000 guardas nacionais. Diante da ofensiva paraguaia, ficou evidente que, com tal efetivo, o Exército Imperial não teria condições de fazer frente à ameaça, levando o governo brasileiro a criar os Corpos de Voluntários da Pátria, com o propósito de arregimentar a maior quantidade possível de homens, por meio do decreto nº 3371, de 7 de janeiro de 1865.

A legislação incentivava a participação do povo na guerra. Aos voluntários da Pátria eram oferecidas vantagens e regalias, como soldo de 300 mil réis, liberdade a escravos, concessão de terras, patentes de oficiais honorários, baixa do serviço após a guerra, pensão para a família em caso de morte, entre outras (MAESTRI, 2016).

Além dessas medidas legais e administrativas, uma intensa campanha de propaganda foi desencadeada para sensibilizar a população. O próprio imperador D. Pedro II se deixou fotografar envergando uniforme militar e foi o primeiro Voluntário da Pátria a se alistar, para dar o exemplo. O conde D'Eu, marido da princesa Isabel, acompanhou o gesto do imperador e também se voluntariou para lutar na guerra.

Imaginando que o conflito não se estenderia por muito tempo e vendo na remuneração e benefícios uma forma de ascensão social, cerca de 10 mil voluntários se apresentaram para os Corpos de Voluntários da Pátria, o que permitiu ao governo suspender

o recrutamento de guardas nacionais, instituição a cuja convocação muitos dos membros ligados às elites locais costumavam resistir (DORATIOTO, 2002).

O fervor patriótico inicial, contudo, se desvaneceu com o longo, custoso e sangrento desenrolar da guerra, cuja razão de baixas beirava os 40%. A diminuição do entusiasmo popular tornou o número de voluntários cada vez mais escasso, levando o governo a converter o recrutamento de voluntário para coercitivo, exigindo dos presidentes de províncias cotas de “voluntários” que deveriam recrutar e enviar para a guerra. Dessa forma, presidiários, índios, pobres das cidades, migrantes rurais, imigrantes e escravos começaram a ser recrutados à força e deslocados para o Paraguai.⁴

O Corpo de Voluntários de São Paulo se organiza

Atendendo à convocação do governo Imperial, no dia seguinte à assinatura do decreto que instituiu os Voluntários da Pátria, as lideranças da Província de São Paulo deram início a uma mobilização para contribuir com o esforço de guerra. Nesse sentido, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma reunião com o objetivo de criar uma sociedade para auxiliar o governo e socorrer as famílias dos alistados e dos soldados que retornassem inválidos da guerra. Em poucos dias, os estatutos da sociedade estavam concluídos, ficando o Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior, comissionado no posto de tenente-coronel, encarregado de arregimentar os voluntários e organizar o corpo.

Para subsidiar a estruturação da nova unidade, foi estabelecida uma campanha de arrecadação de recursos e donativos. O bacharel Antônio Pereira Pinto Júnior, por exemplo, ofereceu-se para financiar o soldo de dez praças durante o tempo que a guerra durasse. Já o comandante superior da Guarda Nacional de Mogi Mirim, coronel Antônio Joaquim de Freitas Leitão, prometeu 500\$000 como prêmio para o primeiro brasileiro que erguesse a bandeira do Brasil em qualquer local ou fortificação invadido pelos paraguaios.⁵



Figura 1 – Tenente Pio Correia da Rocha

Fonte: [//jbitten.wordpress.com](http://jbitten.wordpress.com)

Comentário do autor: O tenente, natural de Araraquara, foi um dos primeiros voluntários do 7º CVP a se alistar. Morreria na batalha da Isla Carapá, em 1866.

Com a divulgação do voluntariado na imprensa paulista e em cartazes afixados nas esquinas das ruas da capital paulista, centenas de voluntários se apresentaram para compor o novo corpo, inclusive vindos do interior da província. Foi o caso do tenente Pio Correia da Rocha (**Figura 1**), de Araraquara, que perderia a vida, aos 22 anos de idade, na batalha da Isla Carapá, em julho de 1866. É interessante notar que, por ter sido organizado logo no início do voluntariado, o corpo paulista contou, no início, com voluntários genuínos.

Por se tratar de uma unidade de voluntários, quase todos oriundos do meio civil e da Guarda Nacional, um dos maiores problemas era assegurar seu equipamento e treinamento adequado, para torná-la apta a entrar em combate no mais curto prazo. O presidente da Província de São Paulo, Dr. João Crispiniano Soares, atualizou o ministro da Guerra sobre tais necessidades e solicitou o auxílio do Império para finalizar a organização do Corpo.

O Corpo de Voluntários da Pátria que se está organizando nesta cidade conta com 235 praças, que estão sendo alistadas e aquarteladas na Casa de Correção, por falta dos necessários cômodos no quartel da guarnição.

Esse Corpo precisa de disciplina. Não há disciplina sem a constituição de comandos de companhia pelos competentes oficiais. Necessita de instrução. Infelizmente não disponho de instrutores. Não tem armamento, nem fardamento.

Já comuniquei ao Ministério a cargo de V. Ex^a. que mandei preparar blusas de pano de linho para dar a esse Corpo alguma aparência militar. [...] Hoje apresento a V. Ex^a. o figurino que julgo próprio para

o fardamento do Corpo e peço a V. Ex^a. uma solução certo que, desejando ver o Corpo armado, instruído e fardado, não faço questão sobre a forma do fardamento; pelo que o figurino que ofereço só pode ter vantagem de adiantar a solução que reclamo da solicitude de V. Ex^a.⁶

A correspondência do presidente de São Paulo revela as dificuldades logísticas enfrentadas por praticamente todos os CVP quando de sua organização, particularmente no que diz respeito ao fardamento, armamento e instrução. Mesmo diante de tantas dificuldades, em maio, o Corpo de Voluntários de São Paulo, que recebeu do Ministério da Guerra a designação numérica de 7º, completou sua organização, contando com 666 homens, divididos em oito companhias; no total, 38 oficiais, 24 músicos e 604 praças (DUARTE, 1980). A instrução preliminar ficou sob a direção do coronel da Guarda Nacional Francisco Antônio de Oliveira, e foi ministrada nas dependências da Escola de Infantaria, com o auxílio dos novos oficiais comissionados.⁷

Como o Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior solicitou sua dispensa do comando do 7º, foi escolhido para liderar a unidade o major reformado do Exército Francisco Joaquim Pinto Pacca, que foi comissionado no posto de tenente-coronel.⁸

O 7º Segue para a guerra – as primeiras baixas

Superadas as dificuldades iniciais, em 8 de junho de 1865, o 7º CVP recebeu ordem para marchar em direção ao Mato Grosso, a fim de reforçar a guarnição daque-

la província, o que fez em 24 de julho.⁹ As lideranças políticas e a imprensa paulistas, no entanto, pretendiam que o Corpo fosse direcionado para o sul do país e incorporado ao corpo de exército do general Osório. Cedendo às pressões políticas, o Ministério da Guerra anulou a designação do 7º CVP para o Mato Grosso e determinou o seu regresso a São Paulo, de onde a unidade deveria seguir para o Sul (DUARTE, 1980).

Sob essas novas ordens, o Corpo partiu de Santos em 13 de agosto, por via marítima, e, após escalas em Santa Catarina e na cidade do Rio Grande, chegou a Porto Alegre em 29 de agosto, onde desembarcou e foi aquartelado em diversos imóveis no centro da cidade. O 7º permaneceu cerca de 15 dias na capital rio-grandense, período que foi aproveitado para intensificar a instrução e a execução de serviços de guarda (DUARTE, 1980).

Durante sua estadia em Porto Alegre, o Corpo registrou suas primeiras baixas fatais, por doença, flagelo que se abateu sobre a quase totalidade de unidades enviadas ao Paraguai durante a guerra. Vítimados pela varíola, morreram em Porto Alegre um oficial e 35 soldados (DUARTE, 1980). Dezenas de soldados também contraíram a moléstia e, quando da partida do Corpo para Montevidéu, no dia 15 de outubro, permaneceram baixados ao hospital, sendo substituídos por 140 homens procedentes do Depósito de Voluntários. O próprio comandante, Pinto Pacca, foi acometido pela doença e precisou ser substituído no comando pelo major Joaquim Antônio Dias pouco antes do embarque, seguindo para o Rio de Janeiro em licen-

ça de dois meses para tratamento de saúde (DUARTE, 1980).

Prosseguindo em sua viagem, o navio que conduzia o 7º CVP passou por Montevideu, Buenos Aires e Martin Vaz, chegando, em 8 de dezembro à Vila de Urquiza, já em território argentino, na margem esquerda do Rio Paraná. O Corpo permaneceu acampado nesse local aguardando transporte durante 19 dias, e, mais uma vez, a insalubridade e o tifo ceifaram a vida de mais soldados, inclusive a do comandante da 6ª Companhia, capitão Francisco de Assis Pereira Castro, que morreu no hospital em Corrientes (DUARTE, 1980).

O 7º chegou a Corrientes no dia de Natal, onde desembarcou e foi incorporado a uma grande Divisão de Voluntários da Pátria, que, a cada dia, recebia novos contingentes do Brasil (DUARTE, 1980).

Batismo de fogo no Passo da Pátria

Na manhã de 28 de dezembro, uma grande coluna de tropas brasileiras recém-chegadas marchou para o acampamento de Lagoa Brava, onde foram incorporadas ao 1º Corpo de Exército do general Osório (FRAGOSO, 2010).

Nos primeiros dias do ano de 1866, foi organizada a 19ª Brigada, composta pelo 7º CVP, pelo 42º CVP e pelo Batalhão de Engenheiros. Sob o comando do tenente-coronel Francisco Gomes de Freitas, a brigada foi designada para servir junto ao Comando-Geral de Artilharia,¹⁰ fazendo a proteção dos canhões e prestando outros serviços necessários. Na ocasião, os exércitos da Tríplice Aliança estavam concentrando tropas para

realizar a transposição do rio Paraná e invadir o território paraguaio. Nesse período, durante os três primeiros meses de 1866, o 7º CVP utilizou o tempo para realizar exercícios e manobras e se ambientar ao terreno (FRAGOSO, 2010).

Em 10 de março, o tenente-coronel Pinto Pacca retornou de sua licença e reassumiu o comando do 7º, bem a tempo de participar da invasão do Paraguai. Entre baixas e recompletamentos, contava o Corpo, na ocasião, com 31 oficiais e 491 praças, totalizando 522 combatentes (FRAGOSO, 2010).

A transposição do rio Paraná seria efetuada no Passo da Pátria, diante da fortificação paraguaia denominada Itapiru, com o auxílio da Marinha Imperial. Na madrugada de 28 de março, o exército recebeu ordens para ocupar posição junto à margem do rio, com a transposição prevista para a primeira semana de abril (DORATIOTO, 2002).

Diante do Forte Itapiru, havia um pequeno banco de areia denominado Ilha de Sant'Ana, que poderia, em mãos paraguaias, dificultar a travessia do rio. O chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel José Carlos de Carvalho, teve a ideia de ocupar a ilha com a artilharia, atendendo a dois propósitos: impedir a instalação dos paraguaios e dali bombardear a fortificação guarani (DUARTE, 1980).

Uma vez aprovado o plano, na madrugada de 5 de março, uma força de 900 homens, composta por uma bateria de canhões, uma bateria de morteiros, uma bateria de foguetes a Congreve, o Batalhão de Engenheiros, um batalhão de infantaria de linha e o 7º CVP, ocuparam silenciosamente a ilha. O comando de força foi atribuído

ao tenente-coronel João Carlos de Villagran Cabrita, que batizou o banco de areia como Ilha da Redenção (JOURDAN, 1871).

Ainda sob a proteção da noite, as peças de artilharia entraram em posição, enquanto os engenheiros iniciaram a escavação de uma extensa trincheira, e os infantes procuraram instalar-se defensivamente. Ao amanhecer, os paraguaios verificaram que a ilha havia sido ocupada e logo abriram fogo, provocando algumas baixas entre os homens do 7º CVP (FERREIRA, 1866). Tão logo foi finalizada a posição, duas companhias do Corpo permaneceram como guarda avançada, em regime de rodízio, sempre sob o fogo dos canhões paraguaios.

Compreendendo que a posição brasileira na ilha constituía uma séria ameaça para o Forte Itapiru, o comando paraguaio desencadeou um contra-ataque na noite de 9 para 10 de março, com uma força de cerca de 500 homens. Protegidos pela escuridão, os paraguaios conseguiram desembarcar na ilha e investiram contra as trincheiras brasileiras, a do 14º Batalhão de Infantaria de Linha, à esquerda, e a do 7º CVP, à direita do dispositivo. Após um encarniçado tiroteio, que durou vários minutos, a infantaria brasileira, apoiada pelos engenheiros, conseguiu sustar o ataque. Já próximo do alvorecer, com a munição esvaseando, o tenente-coronel Pinto Pacca ordenou uma carga de baionetas, expulsando definitivamente a força inimiga de seu setor. Nesse combate, as baixas do 7º foram 13 mortos e 35 feridos (DUARTE, 1980). Na luta corpo a corpo durante o ataque a baioneta, diversos homens do Corpo

lutaram com extrema bravura, o que levou o Governo Imperial a condecorar a unidade e diversos de seus integrantes.

Querendo distinguir e honrar o 7º de Voluntários do Exército Imperial, o qual, tendo ocupado a ilha paraguaia em frente ao Forte de Itapiru [...], no qual se houve com disciplina, perícia e valor acima de todo o elogio, hei por bem, em memória a tão brilhante feito d'armas, conceder ao referido batalhão a insígnia de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro [...] Com a rubrica do Imperador, Marquês de Olinda.¹¹

O exército aliado realizou a transposição do Paraná com sucesso ao longo de todo o dia 16 de abril, mas o 7º CVP somente cruzou o rio dois dias depois, acompanhando a artilharia (FRAGOSO, 2010).

Estero Bellaco e Tuiuti

Ao se retirarem do Passo da Pátria, os paraguaios se reorganizaram na região do Estero Bellaco, onde foram novamente atacados pelas tropas aliadas. Durante o combate, o 7º CVP, integrando a 19ª Brigada, realizou a proteção do flanco direito da artilharia brasileira (FRAGOSO, 2010).

No dia 14 foi exonerado do comando do 7º o tenente-coronel Pinto Pacca, novamente acometido por doença, assumindo a função em caráter interino o major Joaquim Antônio Dias. Dois dias mais tarde, foi designado comandante do Corpo o tenente-coronel Carolino da Silva Tosta,¹² antigo comandante do 53º CVP da Bahia, que havia sido dissolvido em fevereiro de 1866 (DUARTE, 1980).



Figura 2 – Alferes do 7º Corpo de Voluntários da Pátria

Fonte: RODRIGUES; BARROSO, 1922

Após o combate do Estero Bellaco, as forças da Tríplice Aliança cerraram sobre Tuiuti, no intuito de travar contato com o inimigo em fuga. No final da manhã do dia 24 de maio, os paraguaios abriram fogo contra os aliados. Rapidamente o 7º CVP se deslocou e entrou em posição à retaguarda do Potreiro Pires, juntando-se a outras unidades brasileiras ali posicionadas. Um regimento de cavalaria

paraguaio tentou uma manobra de envolvimento, mas o 7º formou um quadrado e conseguiu repelir a investida. Em seguida, o Corpo contra-atacou e conquistou algum território, apenas para ver a cavalaria paraguaia fazer nova tentativa, dessa vez bem-sucedida, obrigando os brasileiros a ceder terreno. Recebendo o reforço do 12º Batalhão de Infantaria de linha, o 7º CVP carregou contra os paraguaios e conseguiu retomar a posição junto ao Potreiro Pires. Ao cair da tarde, a ofensiva paraguaia estava definitivamente contida (DUARTE, 1980).

As moléstias continuaram a assolar as tropas brasileiras no inóspito território paraguaio. Uma semana após a Batalha do Tuiuti, o comandante e o subcomandante do 7º, tenente-coronel Carolino Tosta e major Joaquim Dias, baixaram ao hospital. Em consequência, foi nomeado para liderar o Corpo o major em comissão João Antônio de Oliveira Valporto.¹³ A 19ª Brigada foi extinta, assim como o 42º CVP, também organizado em São Paulo, que cedeu sua ala direita ao 7º CVP para recompletar suas perdas.¹⁴ Recomposto, o 7º foi incorporado à 5ª Brigada de Infantaria (FRAGOSO, 2010).

No princípio de julho os brasileiros identificaram a instalação de uma bateria paraguaia do outro lado da lagoa Pires. Na manhã do dia 16, o general Polidoro da Fonseca Jordão, que havia assumido o comando do 1º Corpo de Exército dois dias antes, ordenou um ataque contra a aludida posição, cabendo ao 7º CVP a ocupação da bateria após sua captura, o que foi feito sem nenhuma baixa (DUARTE, 1980).

Devastação na Isla Carapá

Na madrugada do dia 18, diversas unidades brasileiras, entre as quais o 7º CVP, receberam ordem para atacar um entrancheamento inimigo na região conhecida como Isla Carapá. O deslocamento por terreno difícil foi realizado por picadas na mata, que haviam sido abertas pelos paraguaios, para as quais seus canhões estavam apontados de enfiada. O desconhecimento do terreno e a ausência de um reconhecimento prévio levaram os brasileiros direto para uma armadilha.

Ao se aproximarem das baterias paraguaias, os batalhões brasileiros foram recebidos por um intenso canhoneio. Estima-se que os canhões guaranis dispararam cerca de quatro mil tiros na jornada (DUARTE, 1980). Não havendo espaço para manobra e sob intenso fogo de artilharia, não restou aos brasileiros alternativa senão retrair, deixando para trás centenas de mortos e feridos. O major Valporto, comandante do 7º CVP, registrou as dificuldades encontradas e as perdas em sua parte de combate:

[...] A posição do inimigo era forte, visto como havia entre nós um vale feito pela natureza, além daquele feito junto das trincheiras, cujas muralhas acobertaram os atiradores até os ombros: tentei carregar sobre o forte, mandando os corneteiros tocar “avançar” e “fogo” e falando aos soldados debaixo de um vivo fogo do inimigo, mas não pude conseguir, porque as nossas fileiras já estavam minguadas pelos ferimentos e mortes [...]. Ficaram fora de combate 8 oficiais, sendo um morto e sete feridos; das praças de pré, foram mortas 13, feridas 145, e extraviadas por se ignorar seus destinos 12 [...].¹⁵

No dia 5 de agosto, o tenente-coronel Pinto Pacca, recuperado das enfermidades, regressou novamente ao teatro de operações e reassumiu o comando do 7º CVP, agora com suas fileiras severamente desfalcadas em razão das baixas em combate e doenças (DUARTE, 1980).

Considerações finais

Os desgastantes combates travados durante a invasão do Paraguai produziram milhares de baixas, o que impôs ao Exército Imperial uma pausa nas operações. Para comandar a nova fase da campanha, foi designado o marquês de Caxias, que assumiu suas funções em 18 de novembro de 1866, no acampamento de Tuiuti.

De imediato, Caxias promoveu uma completa reorganização do exército, no sentido de padronizar as unidades, recompletá-las e dar-lhes um poder de combate adequado. Nesse sentido, muitas unidades desfalcadas de efetivo foram extintas, e outras, fundidas em novas organizações. E foi exatamente esse o destino do 7º, na ocasião bastante reduzido pelas baixas, particularmente depois do mal-sucedido assalto à Isla Carapá. Assim, em 20 de dezembro de 1866, ao reorganizar o 1º Corpo de Exército, o marquês de Caxias extinguiu o 7º CVP, sendo seus remanescentes incorporados ao 35º CVP, que havia sido organizado em Porto Alegre.¹⁶

Em pouco mais de um ano, o Corpo de Voluntários de São Paulo enfrentou as agruras e dificuldades típicas da organização de uma unidade nova a partir do zero e, a despeito da falta de experiência de seus integrantes, houve-se muito bem na contraofensiva contra

o Paraguai. A expressiva quantidade de baixas — fato que concorreu para encerrar precocemente a trajetória do Corpo — é um testemu-

nho e um registro do empenho e do sacrifício dos voluntários de primeira hora da Província de São Paulo na Guerra do Paraguai. 

Referências

Bibliografia

- ALMEIDA, Fabiana Aparecida. Vivendo a Guerra do Paraguai: memórias de um Voluntário da Pátria. **Revista Brasileira de História Militar**, n.3, dez. 2010, disponível em <www.historiamilitar.com.br/Artigo5RBHM3.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.
- CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**, v.2, t.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- FERREIRA, Luís Vieira. **Passagem do Paraná. Da Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército em operações na campanha do Paraguai**. Apontamentos. Rio de Janeiro: s/e, 1866.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, v.2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- FROTA, Guilherme de Andréa. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.
- JOURDAN, Emilio Carlos. **Guerra do Paraguai**. Typographia Perseverança, 1871.
- MAESTRI, Mário. Silva Barbosa: diário de um voluntário na guerra contra o Paraguai – da defesa de São Borja à morte de Francisco Solano López. In: SQUINELLO, Ana Paula (Org.). **150 anos após – a Guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, v.1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, pp.109-136.
- RODRIGUES, José Wasth; BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro - 1730-1922**: Obra Commemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Aquarellas e Documentação de José Wasth Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud, Succr., 1922.

SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou morte:** os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

Fontes

Aviso do Ministro da Guerra de 8 de junho de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios Guerra.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

_____. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império 1830-1831.*

_____. Lei n. 1220, de 20 de julho de 1864. *Leis do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

Decreto Imperial de 1º de maio de 1866. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ofício s/n do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 24 de fevereiro de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ofício nº 155 do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 15 de abril de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ordem do Dia nº 115, de 6 de janeiro de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 154, de 17 de maio de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 158, de 28 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 157, de 21 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia s/nº, de 1º de agosto de 1866, do Quartel-General do general Polidoro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ Cf. Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do Marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Inicialmente, os Corpos de Voluntários foram numerados continuamente, configuração que perdurou até o final de 1866. Em 20 de dezembro daquele ano, ainda sob o impacto da Batalha de Tuiuti, o marquês de Caxias promoveu uma reorganização total das forças brasileiras e, a título de padronização, determinou que todas as unidades de infantaria passassem a ser organizadas com oito companhias, conforme estabelecia a regulamentação da arma. Caxias ordenou, ainda, que, para evitar confusão com os vinte e um batalhões de infantaria de linha do Exército e facilitar a transmissão de ordens, os vinte e um primeiros Corpos de Voluntários fossem reordenados e recebessem nova numeração. Para atender à nova organização, algumas unidades de voluntários foram fundidas e outras, dissolvidas, devido à redistribuição de efetivos para compor as oito companhias.
- ² BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império 1830-1831*, p.50.
- ³ BRASIL. Lei n. 1220, de 20 de julho de 1864. *Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.
- ⁴ Para saber sobre o recrutamento forçado e o recrutamento de Guardas Nacionais e de escravos, ver IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002 e SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ⁵ BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
- ⁶ Ofício s/n do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 24 de fevereiro de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ⁷ A cadeia de comando do 7º CVP, quando de sua organização, era constituída pelos seguintes oficiais: CVP – tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca; fiscal ♂ major em comissão Joaquim Antônio Dias; 1^a Companhia – capitão Antônio Ferraz do Amaral; 2^a Companhia – capitão Antônio Alves Marques; 3^a Companhia – capitão Diogo Antônio Barros; 4^a Companhia – capitão Antônio Carlos da Silva Teles; 5^a Companhia – capitão Felício Ribeiro dos Santos Camargo; 6^a Companhia – capitão Francisco de Assis Pereira Castro; 7^a Companhia – capitão Fortunato de Campos Freire e 8^a Companhia – capitão Joaquim Compton Delbouk (DUARTE, 1980).
- ⁸ Ofício nº 155 do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 15 de abril de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ⁹ Aviso do ministro da Guerra de 8 de junho de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ¹⁰ Ordem do Dia nº 115, de 6 de janeiro de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹¹ Decreto Imperial de 1º de maio de 1866. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ¹² Ordem do Dia nº 154, de 17 de maio de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹³ Ordem do Dia nº 158, de 28 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁴ Ordem do Dia nº 157, de 21 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁵ Ordem do Dia s/nº, de 1º de agosto de 1866, do Quartel-General do general Polidoro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁶ Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

A otimização da operacionalidade da Brigada de Infantaria Paraquedista por meio da racionalização administrativa

Allan de Almeida Serrão*

Introdução

O término da Guerra Fria, o desenvolvimento tecnológico dos meios de combate e a evolução da Arte da Guerra desencadearam uma racionalização de meios e efetivos em grande parte dos exércitos de países com alto padrão de prontidão e experiência em combate.

O Exército Brasileiro vive atualmente um processo de transformação e a racionalização de efetivos é um dos temas que carece de estudo e discussão. Este processo tem por finalidade adequá-lo às novas demandas do combate moderno bem como desenvolver novas capacidades. Segundo o processo em questão, os fatores críticos para efetivar a transformação se concentram em três principais áreas: *doutrina, recursos humanos e gestão* (BRASIL, 2010, p. 4). Dessa forma, a racionalização administrativa é tema de vital importância para otimizar o emprego de militares combatentes em suas atividades finalísticas.

No tocante aos recursos humanos do Processo de Transformação do Exército (PTE), prevê-se o ajuste na composição dos efetivos, com a adoção de medidas como o

emprego de civis, a terceirização de atividades administrativas, a racionalização das organizações militares (OM) operativas, entre outras que certamente irão impactar a cultura organizacional do EB. Segundo o PTE (2010), estima-se que quase um terço do efetivo incorporado é empregado nas rotinas das OM em atividades outras, que não as relativas à atividade fim (BRASIL, 2010, p. 38).

Soma-se, ainda, o fato de que as OM estão inseridas no Sistema da Administração Pública Federal, que tem aumentado consideravelmente mecanismos de controle e fiscalização. Isto impacta o efetivo de pessoal das OM envolvido nesta atividade para atender esta demanda, que tende a apresentar-se de maneira crescente.

Segundo SOUZA (2001), dentro da organização do Exército Brasileiro, o Comando de Operações Terrestres iniciou, em 1992, uma série de estudos visando à centralização de toda a atividade administrativa das unidades de uma mesma guarnição. Isso acabou ocorrendo, inicialmente, com a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), sediada no Rio de Janeiro-RJ, e a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Bda Inf Bld), sediada em Santa Maria-RS.

* Maj Cav (AMAN/99, EsAO/07, ECEME/16); comandou o 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista no biênio 2013-14. Atualmente, serve no Comando da 10ª Região Militar.

O Exército Brasileiro tem demonstrado interesse em racionalizar os encargos administrativos das OM operativas. Contudo, as medidas adotadas até aqui não surtiram o efeito desejado. Durante meados da década de 1990, tentou-se, sem êxito, implantar nas OM operativas (Op) as bases administrativas, estruturas que deveriam abarcar todos os encargos administrativos (CRUZ NETO, 2013, p.17).

Com o intuito de aprimorar a execução da atividade meio (gestão administrativa) das brigadas, o Exército Brasileiro deu início ao Projeto Brigada Piloto em Gestão, no ano de 2011, com duração prevista para quatro anos, ou seja, até 2014 (PEDRO, 2012, p.33).

Segundo Ewerton Lauriano Pedro (2012), ao serem observados os relatórios disponíveis das brigadas que operacionalizaram o Projeto Brigada Piloto em Gestão, verifica-se que um dos grandes óbices para a Brigada atingir a sua operacionalidade é o excesso de pessoal operacional voltado para as atividades administrativas. Esse diagnóstico revela que a gestão administrativa deve ser eficaz e eficiente para manter a brigada com elevado grau de operacionalidade, diminuindo, dessa forma, o emprego de efetivos operacionais em funções administrativas. Segundo o Relatório da Visita de Acompanhamento do Projeto Brigada Piloto em Gestão na 4^a Bda Inf Mtz:

[...] a racionalização em Brigadas Operativas visando ao provimento de uma estrutura de gestão corrente que minimize o impacto na atividade fim de uma GU Operacional. Nesse estudo, a Bda propõe a criação de uma Base Administrativa de Brigada que otimizará os processos da atividade meio, devendo ser mobiliada com 85 (oitenta e cinco) servidores civis enquan-

drados por um mínimo de militares, liberando parcela do efetivo profissional para a atividade operacional. (Apud PEDRO, 2012, p. 32)

A Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), tropa de elite do Exército Brasileiro, compõe as Forças de Atuação Estratégicas (FAE) e as Forças de Ação Rápida Estratégicas (FAR-E). Esta brigada possui características especiais, como grande mobilidade e flexibilidade, além de elevado grau de prontidão e operacionalidade, o que possibilita capacidade de pronta resposta e projeção de força em qualquer parte do território nacional e do entorno estratégico do país. Assim, tem sido empregada em situações de crise e eventos com repercussão internacional, com destaque para: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20, em 2012, provendo a segurança de diversos chefes de estado e de governo; a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, realizando a segurança do papa Francisco; e a ocupação para a pacificação dos complexos da Penha e do Alemão, em 2011 e da Maré, em 2014.

Dessa forma, faz-se necessário o estudo sobre a racionalização de efetivos empregados na administração de organizações militares, particularmente as de elevado nível de prontidão, a fim de elevar sua operacionalidade e, por consequência, a capacidade de pronta resposta do Exército Brasileiro.

O estudo realizado teve como objetivo verificar se a atual estrutura administrativa da Bda Inf Pqdt prejudica o exercício de suas atividades operativas. Neste

sentido, o estudo limitou-se às estruturas da Base Administrativa da Brigada de Infantaria Paraquedista e dos batalhões de infantaria paraquedista, de forma a apresentar generalizações sobre estruturas administrativas de unidades administrativas (UA) nos níveis grande unidade (Comando da Bda Inf Pqdt) e unidade. Também foi estudada a estrutura administrativa da tropa aeroterrestre do Exército Espanhol, integrante da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A escolha desse país deveu-se ao seu recente emprego em campanhas militares em diferentes regiões do Globo (Líbia, Líbano e Afeganistão), caracterizando elevado grau de prontidão e operacionalidade.

Metodologia

O método empregado foi o comparativo, pois analisou a estrutura administrativa do Exército Espanhol, comparando-a com os dados colhidos da estrutura administrativa da Bda Inf Pqdt. Essa comparação foi determinante para entender conceitos que serviram como base para a racionalização proposta.

A forma de abordagem da pesquisa foi predominantemente qualitativa, por meio da análise de dados colhidos e da opinião de público especializado. Entretanto, houve, também, abordagens quantitativas, uma vez que se buscou quantificar os resultados da opinião deste público especializado, utilizando, para isso, técnicas estatísticas.

Sobre os procedimentos técnicos empregados na coleta de dados, preten-

deu-se privilegiar as pesquisas documental, bibliográfica e de campo, esta com questionário respondido por especialistas.

Quanto à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de obter dados que, posteriormente, foram trabalhados pelas análises qualitativa e quantitativa.

O universo desta pesquisa foi restrito e composto por especialistas sobre o tema. Para seleção do universo, foram observados os critérios de relevância, representatividade e acessibilidade.

Desenvolvimento

O EB adota os conceitos de forças de atuação estratégicas (FAE) e de forças de ação rápida estratégicas (FAR-E). Para isso, reúne tropas que possuem características como grande mobilidade, flexibilidade, além de elevado grau de prontidão e operacionalidade. Essas tropas devem ter capacidade para atuar, a partir do acionamento, em um curto espaço de tempo, em qualquer parte do território nacional, ou mesmo fora dele.

A Brigada de Infantaria Paraquedista

A Bda Inf Pqdt tem sido empregada frequentemente em situações de crise e nos eventos com repercussão internacional, bem como em operações de garantia da lei e da ordem de vulto, desde a década de 1990, empregando a quase totalidade de seu efetivo operacional, em face da complexidade das missões recebidas. Contudo, nos anos de 2013 e 2014, muitas

OM da Bda Inf Pqdt não operaram com suas frações de combate completas nas operações de grande vulto.

A missão da Bda Inf Pqdt é desdobrar até três forças-tarefas batalhão de infantaria paraquedista (FT BIPqdt), no prazo máximo de 24 horas após o seu acionamento, em qualquer parte do território nacional ou em outras regiões de interesse estratégico no exterior, para:

- executar operações de combate para destruir e vencer forças inimigas, podendo empregar o lançamento aeroterrestre e/ou o aero-transporte;
- participar de operações de amplo espectro integrando forças multinacionais; e
- conduzir operações de garantia da lei e da ordem (BRASIL, 2015).

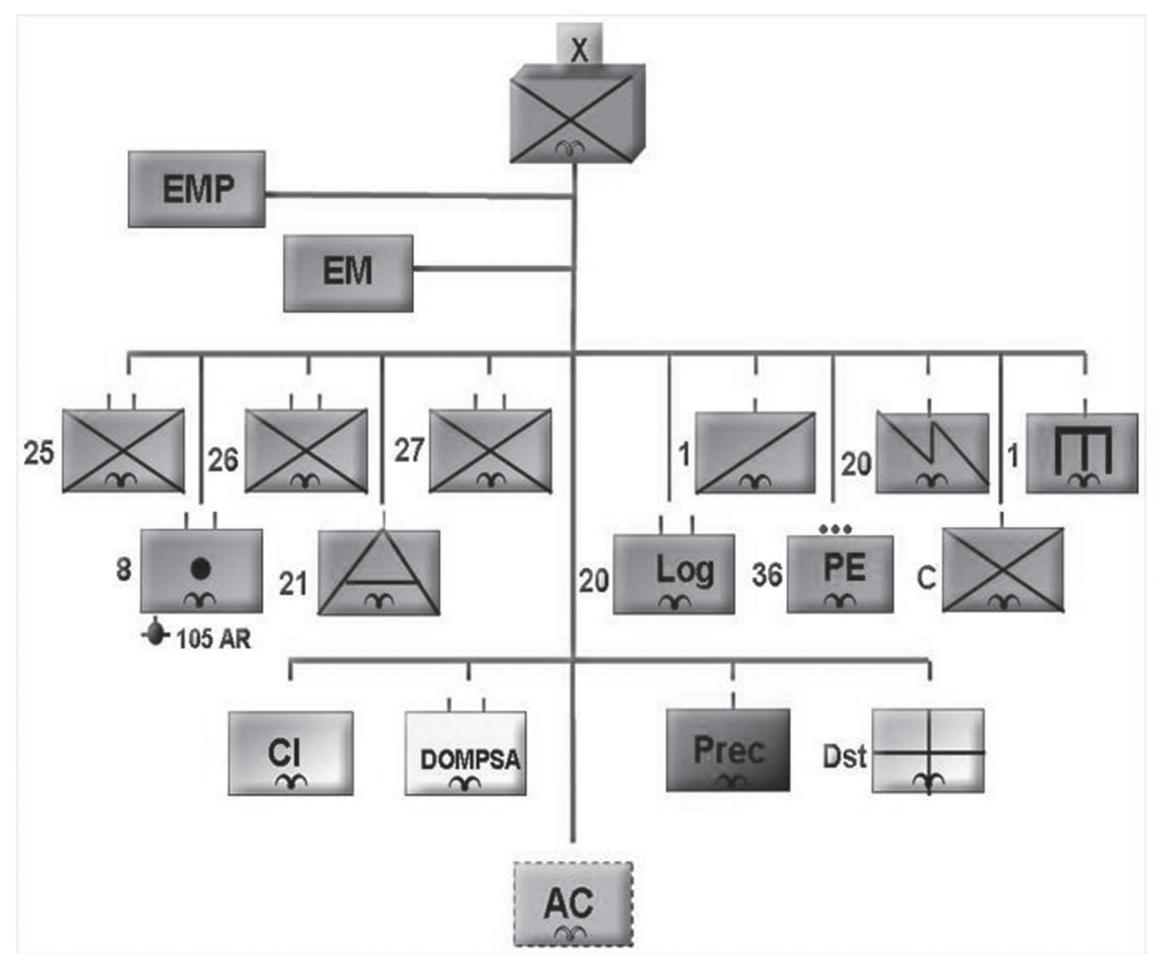


Figura 1 – Organograma da Bda Inf Pqdt

Fonte: www.bdainfpqdt.eb.mil.br

A Bda Inf Pqdt possui aproximadamente 5.400 militares e 15 organizações militares (OM) subordinadas (BRASIL, 2015):

- Cmdo Bda Inf Pqdt;
- 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista (25º Btl Inf Pqdt);
- 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista (26º Btl Inf Pqdt);
- 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista (27º Btl Inf Pqdt);
- 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (8º GAC Pqdt);
- 20º Batalhão Logístico Paraquedista (20º B Log Pqdt); Batalhão de Dobragem e Manutenção Paraquedas e Suprimento pelo Ar (Btl DOMPSA);
- Companhia de Precursors Paraquedista (Cia Prec Pqdt); Companhia de Comando (Cia Cmdo) da Bda Inf Pqdt;
- 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista (1º Esqd C Pqdt);
- 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista (21ª Bia A AAe Pqdt);
- 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista (1ª Cia E Cmb Pqdt);
- 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista (20ª Cia Com Pqdt);
- 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista (36º Pel PE Pqdt); e
- Destacamento de Saúde Paraquedista (Dst Sau Pqdt).

Cerca de 1.200 (mil e duzentos) militares ocupam vagas em quadro de cargos previstos (QCP) com encargos administrativos

distribuídos entre todas as OM da Bda Inf Pqdt, o que representa aproximadamente 22% do efetivo total desta grande unidade (GU). Alguns cargos previstos em QCP requerem que o militar seja de Intendência ou possua uma habilitação em Administração, Direito, Contabilidade ou Intendência, para execução de sua função. Esses cargos específicos serão referenciados no presente trabalho como “especialistas”.

De acordo com a **Figura 1**, observa-se que a Bda Inf Pqdt possui sua organização incompleta, pois não possui ativada a Companhia Anticarro Paraquedista.

Verifica-se, portanto, que a Bda Inf Pqdt possui uma demanda administrativa elevada, levando-se em consideração seu número de OM subordinadas e o grande efetivo de pessoal, que poderá aumentar com a ativação da Companhia Anticarro.

Muitas atividades administrativas desenvolvidas nas OM do EB, nas quais se inserem as OM da Bda Inf Pqdt, são realizadas pelo efetivo de pessoal destinado às atividades operacionais. Observa-se ainda que a criação de muitos sistemas de controle, sejam eles operacionais ou administrativos, aumentou a demanda em efetivo de pessoal para operá-los, o que nem sempre tem sido acompanhado com a criação de novos cargos nos quadro de cargos previstos (QCP) das OM.

Organizações militares tipo base administrativa estão geralmente inseridas em guarnições militares onde a atividade fim é considerada mais importante, e a atividade de apoio (também chamada atividade meio), na qual a base administrativa está inserida, é colocada em segundo plano. No entanto, ela é a responsável por toda a gama de ativi-

des administrativas, financeiras, contábeis, patrimoniais e de pagamento de pessoal... (VILLARINHO JUNIOR, 2009, p 12).

O Cmt Bda Inf Pqdt delega a função de ordenador de despesas (OD) da Bda Inf Pqdt, conforme possibilita o Art. 26 do Regulamento de Administração do Exército (RAE). Esse oficial com o encargo de OD não faz parte da Base Administrativa (B Adm) da Bda Inf Pqdt.

A B Adm da Bda Inf Pqdt é responsável pela gestão administrativa da GU. Está inserida no Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista, não se configurando, portanto, em uma OM. Seu efetivo de pessoal é composto por oficiais do Cmdo da Bda Inf Pqdt e por praças da Cia Cmdo da Bda Inf Pqdt, dos quais aproximadamente 13% são especialistas, seja em Administração, Contabilidade ou Direito. Possui a seguinte constituição, de acordo com o Quadro de Cargos Previstos, em vigor desde 31 de outubro de 2014:

- Divisão de Comando: enquadra o Comando da Base Administrativa, que é composto pelo comandante e subcomandante.
- Divisão de Pessoal: possui em seu organograma a Chefia, Seção de Ajudância-Geral-Secretaria, Seção de Pagamento de Pessoal e Seção do FUSEx (Fundo de Saúde do Exército) e Seção de Transporte Administrativo, perfazendo um total de 28 militares, dos quais aproximadamente 21% são especialistas. Esta divisão possui a seguinte composição de pessoal: a Seção de Ajudância-Geral-Secretaria possui

16 militares, dos quais aproximadamente 19% são especialistas; a Seção de Pagamento de Pessoal possui cinco militares, dos quais 60% são especialistas; a Seção do FUSEx possui três militares, não contando com especialistas; e a Seção de Transporte Administrativo possui três militares, não possuindo especialistas.

- Divisão Administrativa: possui em seu organograma a Chefia, Seção de Administração, Seção de Aprovisionamento, Seção de Finanças, Seção de Aquisição, Seção de Almoxarifado, Seção de Manutenção e Transporte e Seção de Suprimento, perfazendo um total de 62 militares, dos quais aproximadamente 34% são especialistas. Esta divisão possui a seguinte composição de pessoal: a Seção de Administração possui 13 militares, dos quais aproximadamente 62% são especialistas; a Seção de Finanças possui sete militares, dos quais aproximadamente 71% são especialistas; a Seção de Aquisição possui sete militares, dos quais aproximadamente 71% são especialistas; a Seção de Almoxarifado possui 11 militares, dos quais aproximadamente 9% são especialistas; a Seção de Aprovisionamento possui 13 militares, dos quais aproximadamente 15% são especialistas; a Seção de Manutenção e Transporte possui oito militares, não possuindo especialistas; e a Seção de

Suprimento possui dois militares, não possuindo especialistas.

- Divisão de Patrimônio: possui em seu organograma a Chefia, Seção de Patrimônio, Seção de Tecnologia da Informação e Seção de Serviços Gerais, perfazendo um total de 36 militares, dos quais aproximadamente 63% são especialistas. Esta divisão possui a seguinte composição de pessoal: a Seção de Patrimônio possui sete militares, dos quais aproximadamente 71% são especialistas; a Seção de Tecnologia da Informação possui 12 militares, não contando com especialistas; e a Seção de Serviços Gerais possui 16 militares, não contando com especialistas.
- Divisão de Saúde: possui em seu organograma a Chefia e a Formação Sanitária, perfazendo um total de seis militares, não possuindo especialistas. A Formação Sanitária possui cinco militares, não possuindo especialistas.

Do estudo realizado, tomando por base o QCP e a real distribuição do pessoal, verificaram-se os seguintes aspectos na B Adm da Bda Inf Pqdt:

- seus cargos estão distribuídos no QCP do Cmdo da Bda Inf Pqdt e da Cia Cmdo da Bda Inf Pqdt, possuindo em torno de 24% de especialistas, seja em Administração, Direito, Contabilidade ou do Serviço de Intendência;
- as divisões de Patrimônio, Pessoal e

Administrativa são as que possuem a maior parte dos cargos administrativos, onde as funções administrativas mais importantes estão relacionadas àquelas que requerem o emprego de intendentes ou de especialistas em Administração, Direito e Contabilidade para sua execução;

- seu efetivo de pessoal é de 134 militares, oriundos do Cmdo da Bda Inf Pqdt e da Cia Cmdo da Bda Inf Pqdt, e possui 40 militares extra QCP, com destaque para a Div Adm e Div Patm. Os militares extra QCP são oriundos de praticamente todas as OM da brigada, particularmente das operativas;
- 100% dos militares da B Adm da Bda Inf Pqdt possuíam experiência prévia ou treinamento para o exercício de suas funções;
- o tempo médio para atingir o pleno desempenho das funções administrativas mais importantes foi de aproximadamente quatro meses;
- apesar de o QCP facultar que o Cmt da B Adm da Bda Pqdt pode acumular a função de OD, tal função, na prática, é exercida por outro militar que não integra a B Adm.

O batalhão de infantaria paraquedista é a unidade básica de emprego da brigada. Possui aproximadamente 740 militares e tem a seguinte constituição, de acordo com o Quadro de Cargos Previstos, em vigor desde 28 de novembro de 2014: Comando e Estado-Maior; Base Administrativa; Companhia de Comando e Apoio; e três companhias de fuzileiros.

Cerca de 74 militares ocupam vagas em QCP com encargos administrativos distribuídos nas frações do Btl, o que representa aproximadamente 10% do efetivo total desta unidade. No entanto, alguns cargos previstos no QCP requerem que o militar seja de Intendência ou possua uma habilitação em Administração ou Contabilidade para execução de sua função.

O Comando e Estado-Maior é composto pelo comandante do Batalhão, o subcomandante e o Estado-Maior.

A Base Administrativa é que reúne a maioria dos encargos administrativos do batalhão. Possui 38 militares. É composta pela Divisão de Comando, Divisão de Pessoal, Divisão Administrativa e Divisão de Saúde.

A Divisão de Comando engloba o Comando da Base.

A Divisão de Pessoal (Div Pess) possui a seguinte composição: a Chefia, composta pelo chefe da divisão; a Ajudância-Geral-Secretaria possui quatro militares, não contando com especialistas; a Seção de Pagamento de Pessoal possui três militares, dos quais aproximadamente 67% são de especialistas; e a Seção de Relações Públicas, composta apenas pelo seu chefe e que não é formada por especialista. Resalta-se que o chefe desta divisão também é o Ajudante-Secretário.

A Divisão Administrativa (Div Adm) possui a seguinte composição: a Chefia, composta pelo chefe da divisão; a Seção de Administração possui dois militares, contando com 50% de especialistas; a Seção de Próprios Nacionais Residenciais possui um militar, não contando com especialistas; a Seção de Aprovisionamento possui oito militares, contando com 25% de especialistas; a Seção de Almoxarifado possui dois militares, contando com 50% de especialistas; e

a Seção de Manutenção e Transporte, composta de 10 militares, contando com 10% de especialistas. Ressalta-se que, nesta divisão, o seu chefe acumula a função de fiscal administrativo, e os chefes da Seção Administrativa, Seção de Almoxarifado, Seção de Aprovisionamento e Seção de Manutenção e Transporte também acumulam outras funções.

A Divisão de Saúde (Div Sau) possui em seu organograma a Chefia e a Formação Sanitária, perfazendo um total de três militares, não contando com especialistas.

A Companhia de Comando e Apoio (CCAp) é composta pelo Pelotão de Comando, Pelotão de Comunicações, Pelotão de Suprimento, Pelotão de Manutenção e Transporte, Pelotão de Saúde, Pelotão Anticarro e Pelotão de Morteiros Médios. Possui efetivo de 217 militares. Esta companhia possui encargos administrativos apenas no Pelotão de Suprimentos, que possui 36 militares, dos quais aproximadamente 19% são especialistas.

As companhias de fuzileiros (Cia Fuz) são compostas, cada uma, pelo Comando da Companhia, Seção de Comando e por três pelotões de fuzileiros e um Pelotão de Apoio. Estas companhias são voltadas exclusivamente para as atividades operativas do batalhão.

Do estudo realizado, tomando por base o QCP e a real distribuição do pessoal, verificaram-se os seguintes aspectos no BI Pqdt:

- possui aproximadamente 740 militares, e cerca de 74 (setenta e quatro) militares ocupam vagas em QCP com encargos administrativos distribuídos nas frações do Btl, o que representa aproximadamente 10% do efetivo total da unidade. Contudo, apenas sete ocupam vagas de espe-

cialistas, seja como Intendente, seja com habilitação em Administração e Contabilidade, o que representa cerca de 1% do efetivo;

- a Base Administrativa e a CCAp possuem encargos administrativos, sendo que a maior parte dos encargos administrativos se concentra na Divisão Administrativa da Base Administrativa;
- as funções administrativas destacadas como mais importantes estão relacionadas às funções que requerem o emprego de especialistas em Administração e Contabilidade;
- 50% dos militares que desenvolvem as atividades administrativas possuíam experiência prévia ou treinamento para o exercício de suas funções;
- o tempo médio para atingir o pleno desempenho das funções administrativas mais importantes foi de aproximadamente seis meses;
- existem no total 17 militares extra QCP na 1^a Seção do EM, na Div Pess e na Fisc Adm, que são oriundos do próprio batalhão. Destes, aproximadamente 24% são provenientes de frações com encargos operacionais. Ressalta-se que um militar extra QCP no batalhão ocupa função de identificador de corpo de tropa, que não existe em QCP.
- apesar de estar previsto em QCP que o Cmt da B Adm acumule a função de fiscal administrativo, tal função, na prática, é exercida por outro militar, que não integra a B Adm.

A Brigada de Infantaria Ligeira Paraquedista “Almogávares” VI

No exército espanhol, a Brigada de Infantaria Ligeira Paraquedista “Almogávares” VI (BRIPAC) é uma grande unidade constituída, adestrada e equipada para ser empregada como tal, de acordo com a doutrina específica terrestre. Constitui, junto com as demais brigadas da Força Terrestre, um dos elementos fundamentais para projeção de forças, podendo, nas operações dessa classe, ser projetada como tal ou servir de base para constituição de agrupamentos táticos. Sua característica e sua especialidade dão flexibilidade ao emprego da Força em todo o espectro do conflito (ESPAÑA, 2015).

A BRIPAC se articula em um quartel-general e um número fixo, em cada uma delas, de pequenas unidades de combate, apoio ao combate e apoio logístico ao combate (ESPAÑA, 2015). Possui a seguinte constituição, segundo o site da BRIPAC:

- Quartel-General; Batalhão do Quartel-General; Bandeira de Infantaria Ligeira Paraquedista “Roger de Flor” I (BPAC-I);
- Bandeira de Infantaria Ligeira Paraquedista “Roger de Lauria” II (BPAC-II);
- Bandeira de Infantaria Ligeira Paraquedista “Ortiz de Zarate” III (BPAC-III);
- Grupo de Artilharia de Campanha;
- Batalhão de Sapadores Paraquedistas; e
- Grupo Logístico

O Batalhão do Quartel-General é uma unidade muito heterogênea porque enqua-

dra elementos muito diferentes, como a Companhia do Quartel-General, a Companhia de Transmissões, a Companhia de Defesa Anticarro, a Companhia de Reconhecimento Avançado, a Companhia de Inteligência, a Companhia de Defesa Nuclear, Química e Bacteriológica, a Seção de Polícia Militar e a Banda de Guerra (ESPAÑA, 2015).

O Quartel-General tem a missão de exercer o comando, emprego, instrução e preparação da BRIPAC e emprego das unidades que a compõem. O Quartel-General está dividido em: Estado Maior; Seção de Assuntos Econômicos; e Oficina de Comunicação. A Seção de Assuntos Econômicos (SAECo) é a Unidade do Serviço de Administração Econômica (USAe), integrada dentro do escalão básico, para apoio

em assuntos econômico-financeiros às unidades, centros ou organismos (UCO) integrados ao Quartel-General do Exército, à Força e em apoio à Força (ESPAÑA, 2008, p.1-1).

A Seção de Assuntos Econômicos (SAECo) tem por missão levar a cabo a direção, obtenção e controle dos recursos financeiros colocados à disposição do Comando bem como auxiliá-lo e assessorá-lo na tomada de decisões, para satisfazer as necessidades de caráter econômico no âmbito de sua responsabilidade (ESPAÑA, 2008, p.1-1). A Seção de Assuntos Econômicos é o órgão responsável pela Administração Econômica no seio da Brigada. É importante destacar que a SAECo faz parte do QG.

A SAECo, para cumprir suas atribuições, dispõe de quatro áreas funcionais, em que

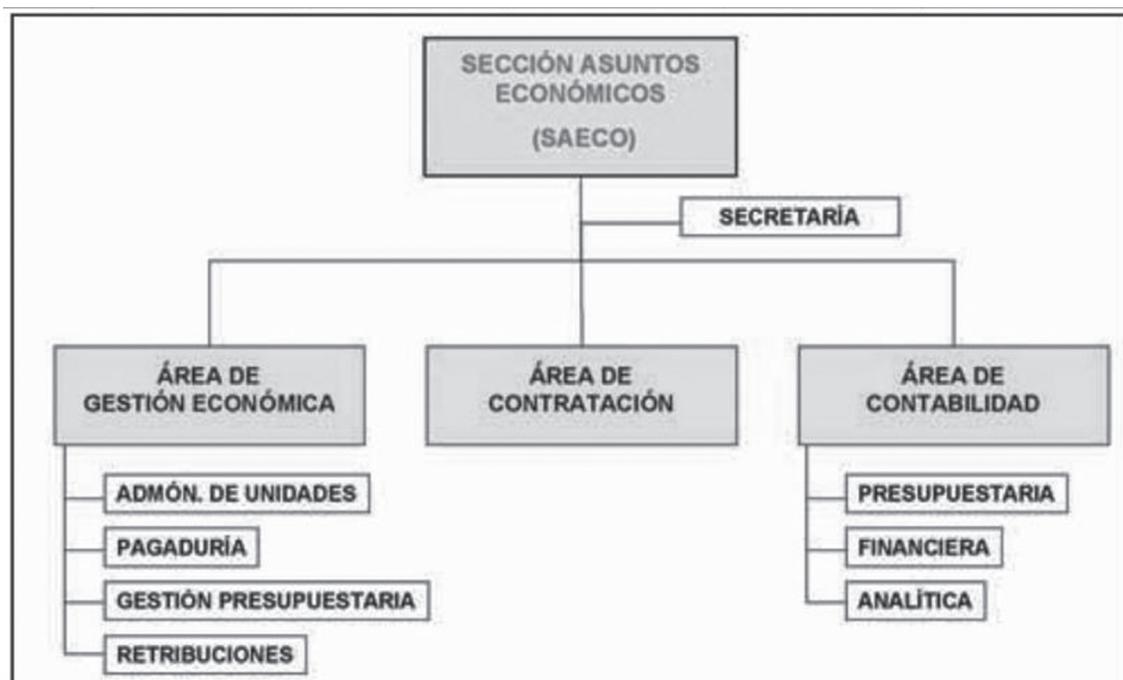


Figura 2 – Organograma da SAECo

Fonte: Manual PA4-902 – Sección de Asuntos Económicos

se administram as distintas tarefas a realizar. Elas são: Chefia, Gestão Econômica, Contratação e Contabilidade (ESPAÑA, 2008, p.1-2).

A Chefia exerce o comando da SAEKO e, além de ser responsável pelo bom andamento da própria unidade, tem como encargo sua direção, podendo ter competências delegadas para efeito de contratação (ESPAÑA, 2008, p.1-2).

A área de Gestão Econômica é encarregada de receber e comprovar as liquidações das Unidades de Serviço de Administração Econômica que dependam, funcionalmente, de elaborar as propostas de pagamento, da preparação e apresentação das contas, assim como de efetuar a movimentação de fundos considerados necessários à contratação (ESPAÑA, 2008, p.1-2).

A área de Contratação é encarregada de confeccionar os diversos expedientes de contratação, de receber, tramitar, preparar e realizar as atuações necessárias derivadas das distintas fases da contratação bem como de prestar apoio ao órgão de contratação correspondente (ESPAÑA, 2008, p.1-2).

A área de Contabilidade realiza o registro contábil em seus aspectos orçamentários, financeiros e, se for o caso, analítico, fornecendo ao Comando informações necessárias para a tomada de decisão (ESPAÑA, 2008, p.1-2).

Do estudo mais aprofundado a respeito da BRIPAC, pode-se constatar que:

- o quadro de cargos (QC) das seções de assuntos econômicos das brigadas não tem civis organicamente. No entanto, em alguns casos, funcionários civis servem nas seções de assuntos econômicos, como resultado de situações administrativas

herdadas do passado. Portanto, não há a premissa de preencher o QC das SAEKO com civis no Exército Espanhol.

- os militares que servem nas seções são do Corpo de Intendência, responsável pela administração econômica, bem como da especialidade Técnica Administração. Portanto, não há militares combatentes das atividades operativas nas SAEKO.
- o único pessoal não previsto no QC, em alguns casos, que trabalha nas SAEKO é o pessoal civil acima mencionado.
- o sistema de movimentações para os militares da área administrativa é o mesmo que o aplicado para os integrantes das armas combatentes, com a ressalva de que somente se movimentam para OM administrativas. Em qualquer caso, as funções que o militar da SAEKO realizará na nova OM, em caso de movimentação, serão similares às executadas anteriormente, por isso, estas movimentações têm repercussões no âmbito pessoal ou familiar, mas não devem representar uma perda da eficácia no desempenho das suas funções. Portanto, embora os militares que trabalham na administração estejam submetidos ao mesmo sistema de movimentações, é possível presumir que não há solução de continuidade na atividade administrativa, uma vez que os mesmos desempenharão funções semelhantes, porém em OM diferentes.

Resultados e discussão

Nota-se que a estrutura organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista e a da BRIPAC se assemelham e se equivalem, pois, a despeito de a estrutura de logística da BRIPAC ser mais reduzida, sua estrutura de engenharia é maior, ao tempo em que ambas as brigadas possuem a mesma quantidade de batalhões de infantaria e grupos de artilharia. Ressalta-se ainda que não foram encontradas na Bda Inf Pqdt estruturas semelhantes às da Companhia de Inteligência e da Companhia de Defesa Nuclear, Química e Bacteriológica existentes na BRIPAC e que, de maneira análoga, não foi encontrada na BRIPAC estrutura semelhante à da Companhia de Precursores Paraquedista (Cia Prec Pqdt) existente na Bda Inf Pqdt.

Do estudo mais aprofundado realizado na Base Administrativa da Bda Inf Pqdt e em um BI Pqdt, tomando por base os respectivos QCP e a real distribuição do pessoal nos cargos previstos, pode-se constatar que:

- apesar de estar previsto em QCP que o Cmt da B Adm do BI Pqdt acumule a função de fiscal administrativo, tal função, na prática, é exercida por outro militar que não integra a B Adm e que poderia integrar o EM visto que, na prática, é um oficial superior;
 - as funções mais importantes destacadas na B Adm da Bda Inf Pqdt estão relacionadas às funções que requerem o emprego de intendentes ou de especialistas em Administração e Contabilidade para sua execução. Já no BI Pqdt, as funções destacadas estão relacionadas às funções que
- requerem o emprego de especialistas em Administração e Contabilidade. Foram destacadas em ambos os universos as funções relativas ao controle dos próprios nacionais residenciais e de pagamento de pessoal;
- a B Adm da Bda Inf Pqdt possui 40 militares extra QCP, com destaque para a Div Adm e Div Patm. Os militares extra QCP são oriundos de praticamente todas as OM da Brigada, particularmente das operativas. Já no BI Pqdt, existem no total 17 militares extra QCP nas seguintes repartições: 1^a Seção do EM, Div Pess e Fisc Adm. Estes militares são oriundos do próprio batalhão, sendo que aproximadamente 24% são provenientes de frações com encargos operacionais. Ressalta-se que um militar extra QCP no batalhão ocupa função de identificador de corpo de tropa, que não existe em QCP;
 - 100% dos militares da B Adm da Bda Inf Pqdt possuíam experiência prévia ou treinamento para o exercício de suas funções. Já no BI Pqdt esse percentual foi de 50%; e
 - o tempo verificado pelos chefes da Div Adm da B Adm da Bda Inf Pqdt, da B Adm e Fisc Adm do BI Pqdt, para dominar plenamente as principais funções administrativas, foi em torno de seis meses. Ressalta-se que estes locais concentram os maiores encargos administrativos desempenhados por especialistas em Intendência, Administração e Contabilidade.

De maneira semelhante à da B Adm da Bda Inf Pqdt, a Secció de Asuntos Económicos da BRIPAC está inserida na estrutura do Comando da BRIPAC para apoiar toda a Grande Unidade. A estrutura da SAEKO comparada com a da B Adm da Bda Inf Pqdt é mais enxuta, devido a o seu organograma contemplar estrutura voltada para a gestão econômica, contratação e contabilidade, assemelhando-se à das divisões Administrativa e de Pessoal da B Adm da Bda Inf Pqdt. Destaca-se que não há militares extra QCP na SAEKO, e seu efetivo reúne somente militares do Corpo de Intendência e da especialidade técnica de Administração, os quais são movimentados somente entre OM administrativas, o que não ocorre na B Adm da Bda Inf Pqdt.

Verifica-se que a SAEKO possui estrutura voltada exclusivamente para a gestão econômica, contratação e contabilidade, o que não ocorre com a B Adm da Bda Inf Pqdt. Para fins de execução das atividades administrativas, é possível que a SAEKO possua demanda administrativa menor, se comparada à da B Adm da Bda Inf Pqdt, devido ao fato de possuir um rol de tarefas administrativas mais específicas e ter vinculada a si menos organizações militares independentes.

Conclusão

O Exército Brasileiro vive um processo de transformação que está sendo conduzido para prepará-lo a atender os desafios do futuro, bem como alçá-lo à condição de uma força moderna e eficiente. Para tanto a racionalização de efetivos é um assunto importante que pode contribuir de maneira efetiva para o atingimento dos objetivos propostos para a citada transformação.

A Bda Inf Pqdt é uma GU de emprego estratégico do Exército Brasileiro, que deve possuir alto grau de prontidão para ser empregada em qualquer parte do território nacional bem como no seu entorno estratégico. Possui uma B Adm responsável pela gestão administrativa da GU, que reúne 15 OM, contudo não se constitui em um OM.

Dos dados levantados com a presente pesquisa, no tocante à B Adm da Bda Inf Pqdt, pode-se concluir que:

- apesar de possuir em seu QCP um efetivo de 134 militares, ainda possui mais 40 extra QCP, que são provenientes das demais OM da Bda, o que pode estar impactando negativamente as atividades das OM operativas.
- apesar do fato de 100% dos militares possuírem experiência prévia ou treinamento, a grande quantidade de militares extra QCP (cerca de 30%) sugere que há necessidade de se reformular o atual QCP e que pode haver necessidade de reformular a capacitação que está sendo conduzida principalmente para os militares que desenvolvem as principais atividades administrativas: intendentes e especialistas em Administração, Direito e Contabilidade, o que poderia redundar em uma redução na demanda por um maior efetivo destinado às atividades administrativas.
- o tempo médio de seis meses levantado para pleno desempenho das funções administrativas representa cerca de 17% do tempo destinado

- aos oficiais e 11% do tempo das praças no exercício de suas funções, se for considerada uma rotatividade de dois anos para os oficiais e de três anos para as praças.
- a B Adm da Bda Inf Pqdt se assemelha à SAECO, contudo esta possui estrutura voltada exclusivamente para gestão econômica, contratação e contabilidade, o que não ocorre com aquela.
 - a rationalização de efetivos vislumbrada na Transformação do Exército cita a contratação de civis, o que pode ser uma alternativa para a solução de continuidade ocasionada pelas movimentações dos militares que executam trabalhos especializados nas áreas de Administração e Contabilidade na B Adm, apesar de tal fato não ocorrer no Exército da Espanha, que optou pela alocação exclusiva de militares de Intendência e da especialidade técnica de Administração nas SAECO.

Com relação aos dados levantados com a presente pesquisa, no tocante aos BI Pqdt, pode-se concluir que:

- os 17 militares que estão remanejados no âmbito do batalhão, somados ao militar que ocupa função que não existe em QCP e à desvinculação da função de fiscal administrativo do Cmt da B Adm, podem indicar a necessidade de aperfeiçoar o QCP, uma vez que tais remanejamentos estão afetando frações e órgãos de Comando

com encargos exclusivamente operacionais — as companhias de fuzileiros e o Estado-Maior.

- o tempo médio de seis meses levantado para pleno desempenho das funções administrativas representa cerca de 26% do tempo destinado aos oficiais e 17% do tempo das praças no exercício de suas funções, se for considerada uma rotatividade de dois anos para os oficiais e de três anos para as praças. Pode ser possível reduzir este tempo, capacitando 100% do efetivo que realiza as atividades administrativas, bem como reduzir a demanda por um maior efetivo destinado a estas atividades.

Por fim, conclui-se que, do estudo realizado, pode estar havendo prejuízos para o desempenho das atividades operativas na Bda Inf Pqdt, em função de os QCP da B Adm e das OM subordinadas carecerem de reformulação e aperfeiçoamentos, pois parte dos militares que vêm sendo utilizados para suprir a demanda administrativa, que não está contemplada nos respectivos QCP, provém das frações com encargos eminentemente operacionais. Portanto, para minimizar tais prejuízos, pode-se aperfeiçoar os QCP, investir em melhor capacitação e aprofundar estudos sobre a viabilidade de se contratarem civis para a execução de algumas funções administrativas específicas na B Adm da Bda Inf Pqdt, como as realizadas na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos e no Almoxarifado, com intuito de reduzir as soluções de continuidade nos processos administrativos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2^a Ed. Brasília: EGGCF 2008.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. **Brigada de Infantaria Pára-quedista**. Disponível em <www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>. Acessado em 10/03/15, às 20:25h.
- BRASIL. Decreto nº 98 820. **Regulamento de Administração do Exército**. Brasília, DF, DOU, 1990.
- CRUZ NETO, Arlindo José da. **Redução dos encargos administrativos nas organizações militares operativas do Exército Brasileiro**. 2013. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares). Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.
- ESPAÑA. Mando de Adiestramiento y Doctrina. **Sección de Asuntos Económicos**. Granada, ES, 2008).
- ESPAÑA. **BRIGADA PARACAIDISTA - BRIPAC**. Disponível em <www.ejercito.mde.es/unidades/Madrid/brripacii/Organizacion/index.html>. Acessado em 05/05/2015, às 20:00hs.
- PEDRO, Everton Lauriano. **As vantagens e desvantagens da implantação da Base Administrativa, no processo de aquisição de materiais, nas Brigadas de Infantaria**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro-RJ, 2012. 34f.
- SOUSA, Edivaldo Barbosa Rodrigues de. **Bases administrativas em OM valor Unidade: validação de sua implantação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos Militares). Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro-RJ, 2001. 36 f.
- VILLARINHO JUNIOR, Wanderley Casimiro. **A gestão de pessoas no Exército Brasileiro como ferramenta motivacional para a valorização dos quadros de uma base administrativa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado Maior do Exército / Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro-RJ, 2009. 46 f.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente **0800 61 3040** Ouvidoria **0800 647 8877** Central de Teleatendimento aos Surdos **0800 646 4747**

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**



Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**



www.bibliex.ensino.eb.br

